

# Português brasileiro e português europeu: um diálogo de séculos

Edição  
Graça Rio-Torto

2022



澳門理工大學  
Universidade Politécnica de Macau  
Macao Polytechnic University



CELGA-ILTEC  
Centro de Estudos de Linguística Geral  
e Aplicada da Universidade de Coimbra



# Português brasileiro e português europeu: **um diálogo de séculos**

Edição  
Graça Rio-Torto

— **Título da série** —

Português Língua Pluricêntrica - Estudos de Linguística.

— **Diretores da série** —

Graça Rio-Torto, Zhang Yunfeng, Liliana Inverno

— **Descrição da série** —

A SÉRIE Português Língua Pluricêntrica - Estudos de Linguística é uma iniciativa do CPCLP/UPM, e do CELGA-ILTEC/UC, e tem como objetivo divulgar a investigação em Linguística do Português, língua pluricêntrica difundida e usada à escala global, e perspectivada à luz de enquadramentos teóricos diversos, na sua diversidade, nos seus contactos, na sua sincronia e na sua diacronia.



© 2022, 澳門理工大學  
UNIVERSIDADE POLITÉCNICA DE MACAU  
澳門新口岸高美士街  
Rua de Luís Gonzaga Gomes, Macau  
cpclp@mpu.edu.mo

Português brasileiro e português europeu:  
um diálogo de séculos

---

主編 Edição : Graça Rio-Torto

封面設計 Desenho da capa : 匯豐印務有限公司 Vui Feng Printing

內頁設計 Grafismo : 匯豐印務有限公司 Vui Feng Printing

印刷 Impressão : 匯豐印務有限公司 Vui Feng Printing

印數 Tiragem : 200 冊 200exemplares

版次1.<sup>a</sup> edição: 2022年06月第一版 (Junho de 2022)

ISBN 978-99965-2-268-0 (平裝)

ISBN 978-99965-2-269-7 (PDF)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou qualquer outro) sem a autorização prévia da editora e do autor.

# Índice Geral

---

<b>Palavras de Apresentação</b>	<b>005</b>
<b>Lista de abreviaturas e convenções</b>	<b>008</b>
<b>Cap. 1. Graça Rio-Torto: Caminhos da diferenciação entre PE e PB</b>	<b>009</b>
1.1. A força do Português Brasileiro Vernáculo ou Popular	009
1.1.1. Alguns dados sobre níveis de instrução no Brasil	010
1.2. Português do Brasil e de Portugal: semelhanças e diferenças	015
1.2.1. Quadro de pronominais pessoais tônicos	015
1.2.2. Simplificação da morfologia verbal: número de pessoas	016
1.2.3. Concordância de número no SN e concordância verbo-nominal	018
1.2.4. Quadro dos pronomes pessoais átonos	020
1.2.5. Funções sintáticas de <i>ele</i>	020
1.2.6. Posição dos clíticos	022
1.2.7. Preenchimento dos lugares de sujeito e de objeto direto	023
1.2.8. Posição do SU e do OD	024
1.2.9. Presença/ausência de artigo antes de possessivo	024
1.3. Origens das particularidades do PB	025
1.4. Cronologia das diversas gramáticas	028
1.5. Referências bibliográficas	032
<b>Cap. 2. Tânia Ferreira, Graça Rio-Torto : Confluência e não confluência entre em PB e PE: presença e ausência de artigo antes de possessivo</b>	<b>035</b>
2.1. Introdução e objetivos	035
2.2. Enquadramento teórico	036
2.2.1. Usos de artigo antes de possessivo nas gramáticas do PE e do PB	036
2.3. Presença e ausência de artigo em PE/PB diante de possessivo	039
2.3.1. Estudos de natureza diacrônica	039
2.3.2. O que condiciona a ausência/presença de artigo em PE e PB?	039
2.4. Metodologia	041
2.4.1. Organização do <i>corpus</i> em estudo	041
2.5. Tratamento e análise dos dados apurados	044
2.5.1. Classes de nominais precedidos por possessivo	046
2.5.2. Omissão de artigo antes de possessivo em PE e PB no <i>corpus</i> em estudo	048
2.5.3. Uso de artigo antes de possessivo em PE e PB no <i>corpus</i> em estudo	050
2.6. Considerações finais	052
2.7. Bibliografia	054

<b>Cap. 3. Zuzana Greksakova: A negação dupla e pós-verbal no português brasileiro: origem e circunstâncias de ocorrência</b>	<b>055</b>
3.1. Introdução	055
3.2. Negação dupla e pós-verbal: hipóteses sobre a sua origem	055
3.2.1. Dupla negação no PE antigo: indefinidos negativos	055
3.2.2. Estratégias de negação no português brasileiro não culto	057
3.3. Hipóteses sobre a origem da negação dupla e pós-verbal no PB	059
3.3.1. Origem interna	059
3.3.2. Origem externa	062
3.5. Análise empírica: metodologia de recolha do corpus	064
3.6. Distribuição das estratégias de negação	066
3.7. Pragmática da negação sentencial	070
3.8. Conclusão	071
3.9. Bibliografia	072
<b>Cap. 4. Ana Isabel Guerra: Colocação dos pronomes clíticos em português europeu e do Brasil. Diacronias da colocação de SE</b>	<b>074</b>
4.1. Introdução	074
4.2. Descrição do estado de arte	075
4.3. Análise de dados	080
4.3.1. <i>Corpus</i>	080
4.3.3. Resultados alcançados	082
4.4. Discussão dos resultados	087
4.5. Considerações finais	091
4.6. Bibliografia	093
<b>Cap. 5. Zhang Yunfeng: Desde quando e em que condições o PB usa ELE e LHE com valor acusativo?</b>	<b>095</b>
5.1. Introdução	095
5.1.1. Metodologia e <i>corpus</i>	095
5.2. Quadro de pronomes na gramática do PB	097
5.2.1. O quadro tradicional de pronomes do PB	097
5.2.2. Reorganização do sistema pronominal no PB	097
5.2.2.1. Pronome clítico <i>lhe</i> com valor [±acusativo]	099
5.2.2.2. Formas tónicas <i>ele(s)/ela(s)</i> com valor acusativo	100
5.3. Valores de <i>lhe</i>	100
5.4. Valores de <i>ele</i>	102
5.5. Competição entre <i>lhe</i> e <i>ele</i> com valor acusativo	103
5.5.1. Dados diacrónicos	105
5.5.2. Condições sintático-semânticas de uso de <i>lhe/ele</i> com valor acusativo	106
5.6. Conclusão	107
5.7. Bibliografia	108

# Índice de quadros, tabelas e gráficos

Cap. 1. Quadro 1. Mudanças recentes no PB (kato 2006, Castilho 2010).	013
Cap. 1. Quadro 2. Redução do quadro dos pronomes pessoais tônicos.	015
Cap. 1. Quadro 3. Simplificação da morfologia verbal: número de pessoas	017
Cap. 1. Quadro 4. número de pessoas verbais (Presente indicativo) no brasileiro 'popular' segundo Chaves de Melo (1946:99) e Silva Neto (1950: 135).	017
Cap. 1. Quadro 5. Simplificação da morfologia nominal e verbal	018
Cap. 1. Quadro 6. Padrões de marcação de número na concordância verbo-nominal(cf. mota, miguel e mendes 2012)	019
Cap. 1. Quadro 7. Quadro dos pronomes pessoais dativo.	020
Cap. 1. Quadro 8: próclise e ênclise no pe e no pb.	022
Cap. 1. Quadro 9. TER E HAVER NO PE e no PB.	026
Cap. 1. Quadro 10. Evolução na Posição de contiguidade do clítico relativamente à conjunção em frases dependentes negativas	028
Cap. 1. Quadro 11. Propostas de periodização.	029
Cap. 1. Quadro 12. Divergências de pontos de vista entre investigadores brasileiros e portugueses relativamente ao caráter inovador ou conservador de uma construção.	031
Cap. 2. Quadro 1. Formas dos pronomes possessivos em PE e PB contemporâneo	036
Cap. 2. Quadro 2. Total de exemplos do corpus estudado	043
Cap. 2. Gráfico 1. Ausência de artigo antes de possessivo: valores percentuais (séc. XV-XX)	044
Cap. 2. Gráfico 2. Presença de artigo antes de possessivo: distribuição percentual ao longo dos séculos	045
Cap. 2. Quadro 3. Exemplos ilustrativos das diferentes classes demarcada	047
Cap. 2. Gráfico 3. Ausência de artigo em função das diferentes categorias apuradas: distribuição, em valores percentuais, dos dados dos subcorpora 1, 2 e 3	048
Cap. 2. Gráfico 4. Presença de artigo nas diferentes categorias apuradas: distribuição, em valores percentuais, dos dados dos subcorpora 1, 2 e 3	050
Cap. 3. Gráfico 1: Número total de ocorrências da negação dupla no PE e no PB por séculos	065
Cap. 3. Gráfico 2: Número total de ocorrências da negação pós-verbal no PE e no PB por séculos	065
Cap. 3. Tabela 1. Presença de estratégias de negação em várias comunidades brasileiras	066
Cap. 3. Gráfico 3: Distribuição da negação dupla no PE e no PB segundo o tipo de texto	067
Cap. 3. Tabela 2: Tipo de oração e tipo de negativa frásica/sentencial (Cavalcante 2009: 257)	069
Cap. 3. Gráfico 4. Número total de ocorrências de negação dupla e pós-verbal com os verbos mais frequentes	070
Cap. 3. Tabela 3. negação no PB segundo a informatividade na proposição negada (Schwenter 2005: 1452)	071
Cap. 4. Tabela 1 – Verbos selecionados ordenados por frequência de lema	081
Cap. 4. Tabela 2 – Corpus obtido e a analisar	084
Cap. 4. Gráfico 1 – Ocorrências totais de ênclise e próclise ao longo dos séculos (sem eliminação de contextos categóricos)	085
Cap. 4. Gráfico 2. Ênclise e Próclise ao longo dos séculos (em contextos de variação)	086
Cap. 4. Gráfico 3. Ocorrências de Ênclise e de Próclise nos séculos XIX-XX, nas variedades PE e PB (em contextos de variação)	086
Cap. 4. Tabela 3. Ênclise e próclise no PB e no PE (séculos XIX e XX):ocorrências e percentagens relativas.	089
Cap. 5. Gráfico 1: Colocação do clítico <i>lhe</i> (PE séc. XIV-XX e PB séc. XVIII-XX).	096
Cap. 5. Quadro 1. Sistema pronominal (Cunha & Cintra [1984] 2000:279)	097
Cap. 5. Quadro 2: Reorganização do quadro pronominal do PB (cf. Arruda, 2006: 38, adaptado)	098
Cap. 5. Gráfico 2: Clítico <i>lhe</i> com valor [±acusativo] (PE séc. XIV-XX e PB séc. XVIII-XX)	100
Cap. 5. Gráfico 3: Clítico <i>lhe</i> com valor [±acusativo] (PB: séc. XVIII-XX)	101
Cap. 5. Quadro 3: Formas <i>lhe</i> com valor acusativo e não acusativo (PE séc. XIV-XX e PB séc. XVIII-XX)	102
Cap. 5. Quadro 4: Formas <i>lhe</i> e <i>ele</i> com valor acusativo (PE séc. XIV-XX e PB séc. XVIII-XX)	103
Cap. 5. Gráfico 4: <i>lhe</i> e <i>ele</i> com valor [+acusativo] (PE séc. XIV-XX e PB séc. XVIII-XX)	104
Cap. 5. Gráfico 5: <i>lhe</i> e <i>ele</i> com valor acusativo (PB: séc. XVIII-XX)	104
Cap. 5. Gráfico 6: Dados diacrônicos: <i>lhe</i> e <i>ele</i> com valor acusativo	105

## Palavras de Apresentação

Como o título dá a entender, este livro é dedicado a alguns aspectos linguísticos do diálogo multissecular entre o Português brasileiro e o português europeu. Assim, reúne-se neste livro a investigação realizada sobre as (des)continuidades entre a Língua Portuguesa do Brasil e de Portugal, por uma equipa da Universidade de Coimbra, que a ela se dedicou no âmbito do Programa de doutoramento em “Linguística do Português” da Faculdade de Letras (<https://apps.uc.pt/courses/PT/course/7361>).

A equipa congrega os seguintes docentes: **Graça Rio-Torto (UC – Universidade de Coimbra, Celga-Iltec)**, **Zhang Yunfeng (UPM-Universidade Politécnica de Macau e Celga-Iltec)**, **Tânia Ferreira (UC – Universidade de Coimbra e Celga-Iltec)**, **Ana Isabel Guerra (UC – Universidade de Coimbra e Celga-Iltec )** e **Zuzana Greksakova (Universidade Comenius, Bratislava e Celga-Iltec)**.

Os estudos dedicam-se a aspectos de natureza predominantemente sintáctica considerados como muito representativos dessas (des) continuidades. Após um primeiro capítulo de contextualização, os demais capítulos ocupam-se de temas e problemas específicos.

- **Cap. 1. Caminhos da diferenciação entre PE e PB.** Nele se se reflete sobre as semelhanças e as diferenças mais impressionantes entre Português ‘popular’ do Brasil e de Portugal, sobre as origens e as cronologias das particularidades do PB, e sobre a força do Português Brasileiro Vernáculo ou Popular e suas implicações na política de língua no país.
- **Cap. 2. Confluência e não confluência entre em PB e PE: presença e ausência de artigo antes de possessivo.** A pesquisa realizada procura dar resposta às seguintes questões: quando e em que condições o PB, ao contrário do PE, preferiu a ausência de artigo definido antes de possessivo + grupo nominal, tendo estabilizado o uso de [ø SEU]. O trabalho empírico realizado procura identificar que factores de natureza linguística condicionam a presença e a ausência de artigo nos dados recolhidos das duas variedades nacionais da língua portuguesa.

- **Cap. 3. A negação dupla e pós-verbal no português brasileiro: origem e circunstâncias de ocorrência.** Neste capítulo intenta-se explicitar desde quando o PB usa “(Não) V NÃO” e se o PE já usa ou usou tal construção. Neste estudo delimitam-se as circunstâncias em que ocorre a construção de negação dupla e pós-verbal no português brasileiro, seja na língua dos falantes menos instruídos, seja nos textos escritos, mais e menos formais, e avaliam-se as hipóteses sobre a origem do fenómeno.
- **Cap. 4. Colocação dos pronomes clíticos em Português europeu e do Brasil. Diacronias da colocação de SE.** Este estudo visa analisar desde quando e em que condições há diferenças relativamente à próclise de SE, dominante no PB, e muito mais circunscrita no PE. Algumas perguntas colocadas são: haverá ocorrências de próclise em posição inicial absoluta (V1), considerado o contexto categórico de ênclise? Quando é que o português deixou de usar predominantemente esse padrão de colocação do pronome clítico e passou a usar mais frequentemente a ênclise? A análise de um corpus temporalmente alargado e tipologicamente heterogéneo dá pistas sobre o período em que a mudança do padrão de colocação dos pronomes clíticos começou a verificar-se e acabou por se impor definitivamente.
- **Cap. 5. (Desde) quando e em que condições o PB usa ELE e LHE com valor de Complemento Directo?** Neste estudo analisam-se as condições de uso de ELE e LHE com valor de Complemento Directo, seja no PE, seja no PB, vernacular e não vernacular, especificando as condições sintático-semânticas do verbo que licencia de uso de *lhe/ele* com valor acusativo. Delimita-se o período cronológico (séculos XIV e XV) em que começa a surgir o uso de *lhe* e de *ele* com valor acusativo e observa-se o incremento de *ele* com função acusativa no PB nos séculos XVIII e XX.

A pesquisa realizada confirma algumas das teses anteriormente conhecidas, mas avança também com dados novos previamente não tidos em conta, porque só agora explicitados. A consideração de um corpus diacronicamente muito amplo e tipologicamente bastante diverso permitiu abrir novas janelas relativamente ao

conhecimento até agora disponível, tornando-se necessária uma criteriosa confirmação ulterior, em fontes fidedignas, e das diferentes épocas compulsadas, a fim de consolidar os resultados aqui obtidos e divulgados.

Tanto quanto as diferenças, também as semelhanças (des)irmanam português europeu e brasileiro, no presente, como no passado. De ambas se faz a força da língua portuguesa. Assumir umas e outras, mas também questionar mitos e preconceitos, é uma missão dos investigadores que importa perseguir sem tibiezas. Oxalá o tenhamos conseguido.

Graça Rio-Torto (organizadora do volume)

A equipa é constituída por:

- (i) **Graça Rio-Torto**, Prof. Catedrática da Universidade de Coimbra, docente na Faculdade de Letras desta Universidade, Diretora do Doutoramento em “Linguística do Português” da FLUC (<https://apps.uc.pt/courses/PT/course/7361>), e coordenadora da equipa. Membro do Celga-Iltec.
- (ii) **Tânia Ferreira**, doutorada em Linguística Portuguesa pela Universidade de Coimbra, docente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e antes na Universidade de Economia e Negócios Internacionais de Beijing/Pequim. Membro do Celga-Iltec.
- (iii) **Ana Isabel Guerra**, doutoranda em Linguística Portuguesa pela Universidade de Coimbra e docente nesta Universidade (Faculdade de Letras). Membro do Celga-Iltec.
- (iv) **Zuzana Greksakova**, doutorada em Linguística Portuguesa pela Universidade de Coimbra e bolsreira da FCT nesta Universidade (Faculdade de Letras/CELGA); docente e tradutora no Instituto Português da Eslováquia e na Faculdade de Letras da Universidade Comenius, em Bratislava. Membro do Celga-Iltec.
- (v) **Zhang Yunfeng**, doutorado em Linguística Portuguesa pela Universidade de Coimbra, Coordenador do Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa da Universidade Politécnica de Macau. Membro do Celga-Iltec.

## Lista de abreviaturas e convenções

A = adjetivo	fem. = feminino	PB = português do Brasil
Adv. = advérbio	fig. = figurado (sentido), figurativo	PBV = português vernacular do Brasil
arc. = arcaico	fr. = francês	PE = português europeu
cap. = capítulo	gr. = grego	pl. = plural
cast. = castelhano	id. = idem	pop. = popular
cat. = catalão	i.e. = isto é	port. = português
cf. = confira	inf. = infinitivo	prep. = preposição
cit. = citado	ing. = inglês	rad. = radical
cláss. = clássico	it. = italiano	séc. = século
CP = Crioulo do Português	IT = índice temático	sg. = singular
CT = constituinte temático	lat. = latim, latino(a)	suf. = sufixo
ed. = edição	masc. = masculino	V = verbo
esp. = espanhol	med. = medieval	VT = vogal temática
ex. = exemplo	N = nome	* = forma agramatical

## Cap. 1. Graça Rio-Torto: Caminhos da diferenciação entre PE e PB

Há muito que todos sabemos, brasileiros e portugueses, que a Língua Portuguesa falada no Brasil e em Portugal difere substancialmente. Não é necessário ser especialista em ciências da linguagem para o constatar, mas já o é para descrever e explicar esta realidade.

Em todo o caso, não se trata de um fenómeno exclusivo da Língua Portuguesa. Quantas vezes ouvimos dizer aos falantes de Língua Espanhola quão difícil se torna a um europeu compreender o espanhol da América, e vice-versa. E tal não impede, quando há genuína boa vontade de cooperação interpessoal, que se ultrapassem as barreiras da divergência e haja intercompreensão linguística. Acontece assim em todo o mundo, até mesmo quando se encontram falantes de línguas mutuamente desconhecidas dos interlocutores.

De outra ordem é o problema de estarmos perante duas gramáticas da Língua Portuguesa: uma brasileira e outra europeia ou lusitana. Caso estejamos, que mal vem daí ao mundo? Já há muito que o Brasil é um país com total autonomia, pelo que em dois séculos de independência as políticas de língua adoptadas são da responsabilidade dos seus governantes, das suas elites e do seu povo. Quanto à competição entre as gramáticas da língua culta e formal e da língua popular e coloquial, essa decorre da realidade do uso, pelo que é inelutável. Cabe a todos os países falantes de língua portuguesa, seja em África, na América, na Ásia ou na Europa, o dever de cuidar e de valorizar a língua, seja ela língua materna, segunda ou veicular.

### 1.1.A força do Português Brasileiro *Vernáculo ou Popular*

O Brasil é um país-continente, que tem ainda elevados índices de falantes de baixa escolaridade e que, pelo seu número e pela sua força social, têm contribuído para uma intensa transformação da língua na fase do Brasil pós-colonial. Desde os tempos mais imemoriais a força da mole de falantes menos instruídos se fez sentir e se sobrepôs à dos falantes mais alfabetizados, até porque estes são em menor número e

utentes de uma fala mais conservadora e menos simplificada. Assim aconteceu quando o latim deu origem às diferentes línguas românicas. E, se a natureza humana não se alterou substancialmente, assim acontecerá com o português brasileiro, por mais que algumas elites cultas tentem que não. Graças aos aportes das teorias sociolinguísticas, a escola tem alterado a forma como vê a variação socioletal e diafásica da língua. As mudanças que a escola tem introduzido, ao ensinar a norma culta por comparação ou por contraste com a norma dita ‘popular’, e a tolerância que os académicos defendem em relação a tal prática, são um sinal de que progressivamente se legitimam as duas normas — formal e informal, se assim lhes quisermos chamar — que coexistem, em alguns falantes em regime de concorrência, no português brasileiro contemporâneo.

Observemos, na secção seguinte, alguns dados que sustentam a convicção acima exposta.

### **1.1.1. Alguns dados sobre níveis de instrução no Brasil**

De acordo com <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/busca-por-indicador/>, a taxa de Escolarização Líquida referente a 2011 é de 51,6 % no Brasil. Segundo Neves 2012:15, a taxa líquida de matrícula no ensino superior brasileiro (entre 18 e 24 anos) situa-se nos 14%, o que é manifestamente insatisfatório. Mais ainda: «A taxa de conclusão no ensino fundamental é muito baixa. Em 2009, para a 4ª série, a taxa de conclusão era de 87,6% e reduzia-se para 63,4% na 8ª série com jovens até 16 anos. No ensino médio, a taxa de conclusão era de 66,6% para jovens até 19 anos (MEC/INEP, 2010). Essa realidade é um dos maiores gargalos da educação brasileira» (idem, ibidem). Comparando com a realidade de muitos outros países, não diria que a situação no Brasil é tão catastrófica no que diz respeito aos níveis de instrução. Mas almejamos sempre mais.

Os dados do Inaf (Indicador de Alfabetismo Funcional) das duas últimas décadas 2001-2018 (cf. <https://alfabetismofuncional.org.br/nivel-analfabeto/>, consultado em 27.06.2021) revelam que o aumento da escolarização não foi suficiente para assegurar o domínio pleno de competências de alfabetismo, uma vez que este patamar máximo se encontra estagnado ao longo da década de 2001 a 2012 nos diferentes

grupos demográficos; regista-se uma significativa melhoria em relação ao alfabetismo quer nas áreas urbanas quer sobretudo nas rurais, mas a proporção de analfabetos funcionais nas áreas rurais ainda era de 44% e de 24% nas áreas urbanas, na década mencionada. Em 2018, a taxa de analfabetismo funcional (população de 15 a 64 anos) desceu para 22% (nível rudimentar), para 34% (nível elementar) e para 25% (nível intermediário).

Estes dados, que auguram uma realidade em franca mudança e em notória melhoria, não deixam de revelar também a existência de um imenso universo de falantes em idade escolar e/ou ativa cujas habilitações escolares não são elevadas e que, pelo facto, não podem ter um conhecimento explícito da língua portuguesa conforme com o da norma culta. São eles também os impulsionadores e utentes do brasileiro vernacular.

Há muito que se assume que a norma culta é a norma de prestígio e, por isso, durante muito tempo foi esta a estudada nas escolas. Hoje em dia assiste-se a uma alteração de paradigma, em parte motivada pelo facto de ser necessário que o aprendente tome consciência das diferenças que existem entre a gramática que usa e a gramática culta que é adoptada nos jornais, na fala formal e pelos falantes mais escolarizados.

A consciência da força do **Português Brasileiro popular** (também denominado **‘Português Brasileiro Vernacular’**) e da pressão que este exerce sobre o Português Brasileiro culto está na base da assunção mais clara, por parte de alguns académicos, da existência de uma gramática largamente difundida que não se revê mais na gramática descrita pelos manuais das décadas de 80 e 90. Essa espécie de bilinguismo interno em que, no seio da mesma língua, convivem língua ‘popular’ e ‘culta’, é muito perceptível, quer a um brasileiro, quer a um estrangeiro, e a elite culta não pode mais ignorá-lo. Daí o surgimento de gramáticas (pedagógicas ou não) do *português brasileiro*.

Na *Nova gramática do português brasileiro* (2009: 204), Ataliba de Castilho afirma que «não foi propriamente o Português falado nas aulas da Universidade de

Coimbra que desembarcou em nossas praias. Era o português popular, não-padrão [...]. Dele deriva, de forma direta, o Português Brasileiro popular».

Quanto a mim, não subscrevo esta afirmação de forma tão peremptória, e ainda mais após a pesquisa realizada por este grupo de investigadores. Não obstante os muitos eruditismos e arcaísmos que a elite culta brasileira ainda hoje usa, é sociologicamente inverosímil que tenha sido a língua formal e culta então usada na Universidade de Coimbra em contextos mais formais, a que tenha sido predominantemente expandida no Brasil.

Como é sabido, os especialistas dividem-se entre os que consideram que os antecedentes mais significativos do brasileiro contemporâneo remontam, em muitos casos, ao português antigo e os que defendem que eles se encontram nas línguas africanas trazidas pelos escravos que nos séculos passados povoaram o Brasil.

Mas a verdade é que, no transcurso diacrónico, é a variedade popular que dá origem a outras línguas. Assim aconteceu do latim para o português, pois o português provem do latim vulgar, não do latim culto. Como a história ensina, tudo leva a crer que o futuro do PB se consolide com base no PB ‘popular’ atual. Quando se fala aqui em ‘popular’ não me refiro apenas ou predominantemente ao português das zonas rurais, não urbanas; nos populosos territórios suburbanos das grandes metrópoles, e também na numerosa população menos escolarizada que nelas vive, não se fala predominantemente a língua culta, formal, mas o PB ‘não culto’ ou também conhecido por ‘popular’.

Os processos e estruturas da nova gramática do PB, já amplamente instalados na gramática de usos, falam por si, e suportam uma língua mais simplificada, mais fácil de ensinar e de aprender.

Comparando o Português do Brasil com o Português de Portugal, Kato 2006 e Castilho 2009 enumeram os seguintes traços diferenciadores do PB e do PE:

(i)	declínio do sujeito nulo, com predominância do sujeito expresso
(ii)	declínio da ordem XVS, atestada em fases mais recuadas do português, e preferência pela ordem SVO, com sujeito expresso antes do verbo
(iii)	objeto nulo (cf. Illari 2010)
(iv)	posição dos clíticos, com domínio da próclise destes
(v)	alteração do sistema de pronomes (cf. também Ilari 2010), com aparecimento de um paradigma de pronomes fracos
(vi)	Português Brasileiro Contemporâneo como língua de proeminência de tópico <sup>1</sup>
(vii)	construções de tópico com retomada pronominal
(viii)	preferência pelas relativas cortadora e copiadora
(ix)	preferência pela oração substantiva dequeísta
(x)	posição do foco contrastivo

Cap. 1. Quadro 1. Mudanças recentes no PB (kato 2006, Castilho 2010).

Estas alterações morfossintáticas ocorridas desde o século XIX são consideradas como perfeitamente consolidadas na fala não culta.

Castilho (2011: 184-185) sintetiza assim as alterações gramaticais caracterizadoras do PB:

«As mudanças gramaticais creditadas ao português quatrocentista são as seguintes: a) o enfraquecimento da morfologia verbal; b) o apagamento de um dos constituintes do redobramento sintático, do qual deriva o uso do pronome tónico na posição de objeto e na estrutura possessiva; c) a perda da ordem verbo-sujeito.

No domínio do PB verificamos mudanças na realização dos argumentos e nas preposições em complementos verbais. Na realização dos argumentos, observamos: a) o preenchimento do sujeito nas encaixadas com sujeito correferencial; b) a gramaticalização das formas pronominais, seja na posição de sujeito, seja na posição de objeto; a extensão do uso das formas pronominais gramaticalizadas para a realização do sujeito arbitrário; e d) a reorganização do sistema pronominal arbitrário, que sai da órbita da 3ª pessoa para as pessoas do discurso. No que concerne às preposições em complementos verbais, foram registados os primeiros indícios da perda gradual da preposição a nos verbos de movimento, nos verbos dativos e nas estruturas perceptivas e causativas. (2011: 184-185).

<sup>1</sup> Illari (2010: 318, nota 2) discorda que o PB seja uma língua de tópico e comentário, e não uma língua de sujeito e predicado.

O rearranjo do sistema pronominal, com emergência do objeto vazio, progressivo declínio dos clíticos acusativos e dativos e substituição de *a* por *para*, declínio do sujeito nulo, cliticização de SN nominativos ((vo)cê; ele(s)) é um processo intimamente relacionado com a gramaticalização das formas pronominais, com a posição dominante de próclise dos clíticos, com o declínio da ordem XVS e preferência pela ordem SVO, e com a instanciação do Português Brasileiro Contemporâneo como língua de proeminência de tópico.

A estas características poder-se-iam acrescentar outras, de que destaco, no PB, a tendência para o desaparecimento do reflexo *se*, que se generaliza como reflexo universal:

- (1) *Nos nossos dias não Ø usa mais fax;*
- (2) *Cabelos longos não Ø usa mais* (letra de uma conhecida canção de Kiko, Leandro e Bruno, «Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones/Girava o mundo mas acabou, fazendo a guerra do Vietnã/Cabelos longos não usa mais, não toca a sua guitarra/e sim/ Um instrumento que sempre dá a mesma nota ra-tá-tá-...[...]»)
- (3) *Eu não se alembro.*

No PE contemporâneo, regista-se a

- (i) não omissão do reflexivo *se*: *nos nossos dias não se usa mais fax*
- (ii) *nós não se lembramos* é formulação comum no PE popular, mas não aceite na norma culta.

Importa, todavia, cotejar os mesmos níveis de língua do português do Brasil e do português de Portugal, e explicitar alguns dados do Português europeu nem sempre conhecidos pela literatura publicada no Brasil.

## 1.2. Português do Brasil e de Portugal: semelhanças e diferenças

Dos muitos traços apontados no âmbito da morfossintaxe como divergentes entre PB e PE — em ambos os casos em registo predominantemente não formal e não culto —, selecionam-se os que se seguem, por serem alguns dos mais impressionantes. Importa esclarecer que, ao longo deste livro, quando se fala de erosão, perda, simplificação, não há preconceitos ideológicos de alguma espécie (cf. Paixão de Sousa 2010; Rio-Torto 2021) ou uma visão decandentista da variação linguística, mas apenas a constatação da não complexificação ou da descomplexificação do português brasileiro vernáculo face ao português brasileiro culto.

### 1.2.1. Quadro de pronominais pessoais tónicos

O quadro seguinte visualiza o quadro de pronomes pessoais tónicos no PB **não formal e não culto** e no PE **não formal e não culto**.

Usa-se aqui ‘pronominais’ em vez de ‘pronomes’ pelo facto de o quadro de unidades que desempenham funções pronominais incluir as unidades pronominais *a gente* e *você*, em alternativa (em coocorrência e em concorrência com) às formas tónicas e até às átonas.

Redução do quadro dos pronominais pessoais tónicos	
PB não formal e não culto	PE não formal e não culto
<i>eu</i>	<i>eu</i>
<i>você/ele</i>	<i>tu</i>
<i>nós</i> , em alternância com <i>a gente</i>	<i>ele/você</i>
<i>eles</i>	<i>nós</i> (em alternância com <i>a gente</i> )
	<i>ele, vocês</i>
	<i>vós</i> é regional ou de cerimónia.

Cap. 1. Quadro 2. Redução do quadro dos pronomes pessoais tónicos.

No Português Europeu (PE), até ao século XVI, usava-se *tu* para o tratamento informal e *vós* para o tratamento formal. *Vossa Mercê* era inicialmente exclusivo para o rei; quando esta forma se generalizou para os nobres, o rei passou a ser tratado por *Vossa Majestade*, *Vossa Alteza*. *Vossa Mercê* foi em seguida aplicado ao tratamento

cerimonioso da burguesia. No PEC **tu** é usado entre pares e **você** ou entre pares, no mundo rural, no de renda média-baixa e no de renda alta, ou como operador de hierarquia, em qualquer estrato sociolinguístico. Basta ouvir algumas emissões televisivas de Portugal para confirmar que assim é: (i) em programas nos quais se dá voz a falantes menos instruídos, ou cujos participantes são de baixa escolaridade, ou mesmo (ii) em programas jornalísticos, como o *Jornal da noite* da TVi, ouve-se uma jornalista reputada como a Dr<sup>a</sup> Judite de Sousa tratar os seus interlocutores por **você**, explícito, sobretudo se não forem figuras marcantes do mundo político, cultural e empresarial.

Não é, pois, de todo verdade que no PEC não se use abundantemente **você**, ainda que por certo em menor escala que no PBC, pois no PE não é a forma quase única ou pelo menos largamente dominante, como acontece em grande parte do Brasil.

No PB Contemporâneo usa-se **o senhor** nas situações formais e **você** quando não há relações de hierarquia. Esta forma continua a alterar-se, configurando-se em **(o) cê**. Nas regiões em que se mantém **tu** no tratamento informal, o pronome **você** marca certo distanciamento.

Se me é permitido um testemunho pessoal, gostava de explicitar que os meus alunos brasileiros de doutoramento ora usam, no tratamento que me dirigem, a formulação, *a senhora*, ora **você** (explícito), ora alternativamente **você/tu** em mails mais informais, o que atesta a grande diversidade de construções em competição.

### **1.2.2. Simplificação da morfologia verbal: número de pessoas**

No que diz respeito à simplificação da morfologia verbal, o português brasileiro não formal e não culto encontra-se num estágio mais avançado que o português europeu congénere, pois neste coexistem, pelo menos na língua padrão, cinco formas, enquanto que no Brasil se registam não mais de quatro (cf. quadro seguinte). Ilari 2010: 330 considera mesmo que «o verbo do PB vernáculo se acha reduzido a duas formas (*eu falo, ocê fala, nós / a gente fala, eles fala*)».

Simplificação da morfologia verbal: número de pessoas		
PB não formal e não culto	PE [±formal] e [±culto]	
<i>falo</i>	<i>falo</i>	2 <sup>a</sup> do plural ( <i>falais</i> ): uso regional (Trás-os-Montes, Beira Alta) ou cerimonioso.
<i>fala</i>	<i>falas</i>	
<i>falamos</i>	<i>fala</i>	
<i>falam</i>	<i>falamos</i>	
	<i>falam</i>	

Cap. 1. Quadro 3. Simplificação da morfologia verbal: número de pessoas

Este quadro de manifestações de pessoa verbal no Presente do indicativo de verbos regulares já se encontra há muito assinalado pelos filólogos brasileiros, como Gladstone Chaves de Melo ou Serafim da Silva Neto, como se observa no quadro seguinte. Tenha-se em conta que nos dois paradigmas de flexão verbal do português brasileiro “popular” de meados do século anterior ora ainda se incluem as formas alternativas *Nós ama* (ou *amamo*), *Nós veve* (ou *vivemo*), *Nós parte* (ou *partimo*), ora já só se regista a modalidade mais simples.

PRESENTE do INDICATIVO					
1 <sup>a</sup> Conj.		2 <sup>a</sup> Conj.		3 <sup>a</sup> Conj.	
Chaves de Melo (1946:99)	Silva Neto (1950: 135)	Chaves de Melo (1946:99)	Silva Neto (1950: 135)	Chaves de Melo (1946:99)	Silva Neto (1950: 135)
Eu amo	Eu lóvo	Eu vivo	Eu dêvo	Eu parto	Eu parto
Tu ama	Tu lóva	Tu veve	Tu déve	Tu parte	Tu parte
Êle ama	Êle lóva	Êle veve	Êle déve	Êle parte	Êle parte
Nós ama (ou amamo)	Nós lóva	Nós veve (ou vivemo)	Nós déve	Nós parte (ou partimo)	Nós parte
Vós ama	Vós lóva	Vós veve	Vós déve	Vós parte	Vós parte
Êles ama	Êles lóva	Êles veve	Êles déve	Êles parte	Êles parte

Cap. 1. Quadro 4. número de pessoas verbais (Presente indicativo) no brasileiro 'popular' segundo Chaves de Melo (1946:99) e Silva Neto (1950: 135).

### 1.2.3. Concordância de número no SN e concordância verbo-nominal

Mais significativa é a divergência entre o português brasileiro não formal e não culto e o português europeu congénere, no que tange ao grau de ‘simplificação’ (sem juízo de valor) da morfologia nominal e verbal. No Brasil, tanto quanto é conhecido, ocorre o enfraquecimento da marcação explícita do número no interior do SN, quer no do SV (por exemplo, na forma verbal da 1ª pessoa do plural, no Presente do Indicativo), o que não se regista em Portugal. Como assinala Castilho 2015, entre outros, a concordância plena é categórica no PE, e variável no PB não culto, podendo ter uma manifestação  $\emptyset$  ou manifestar-se por reanálise de um elemento periférico que passa a assumir-se como nuclear. O quadro seguinte procura plasmar essas diferenças.

±Simplificação da morfologia nominal e verbal	
PB não formal e não culto:	PE [±formal] e [±culto]
Simplificação da <b>morfologia nominal</b> , com perda de {-s} de plural no PB popular, excepto no Especificador ( <i>estes, aqueles, nossos</i> ), e da <b>morfologia verbal</b> , com perda de {-s} de pessoa verbal (nós vamo).	Não simplificação da morfologia <b>nominal</b> (os livros) nem <b>verbal</b> (nós vamos, tu vais, vocês/ eles vão). No PE popular regista-se com frequência a gente vamos (em vez de <i>a gente vai</i> ) <sup>2</sup> , bem como <i>você</i> ( <i>você está a compreender?</i> ) como marcador de distância ou de não familiaridade, pois neste caso usa-se <i>tu</i> .

Cap. 1. Quadro 5. ±Simplificação da morfologia nominal e verbal

O cancelamento de algumas marcas de concordância dentro do SN, amplamente documentado no brasileiro vernacular, e tanto mais atestado quanto mais idoso e pouco alfabetizado é o falante (Almeida, 2018), é algo residual em falantes portugueses de Português língua-materna, com características idênticas às abonadas no Brasil. Em todo o caso, importa esclarecer que a concordância intrassintagmática (como de resto também a intersintagmática) é altamente redundante (afectando, no SN, núcleo(s), elementos prepostos e pospostos) e, como tal, com custos funcionais elevados.

<sup>2</sup> «O português europeu apresenta percentual baixo de a gente (5%) na fala culta» Callou & Almeida 2009: 165).

A par com estas marcas de simplificação na morfologia nominal e verbal, ocorre no PB não formal e não culto uma simplificação da concordância verbo-nominal, ou seja, entre SU e V (cf. também Ilari 2010).

Como assinalam Mota, Miguel, Mendes 2012:184, num artigo consagrado aos padrões de concordância sujeito-verbo e ao enfraquecimento desta na marcação explícita do traço de número no verbo, existe um *continuum* (cf. quadro seguinte) entre marcação canónica ([+sing] e [-sing]) e não canónica ([α sing]), sendo que o enfraquecimento da marcação explícita do número no verbo varia em função do carácter [±padrão] da língua.

[+sing]		
[-sing]		[α sing]
PE padrão	PB padrão Outras variedades PB, PE	PB não escolarizado

Cap. 1. Quadro 6. Padrões de marcação de número na concordância verbo-nominal (cf. Mota, Miguel, Mendes 2012)

A relevância dos padrões de concordância é muito significativa, se tivermos em conta que há uma relação direta entre (i) um sistema rico de concordâncias, como o do PE, com uma morfologia específica de pessoa e de número que assegura a fácil identificação da pessoa SU, e (ii) um valor positivo para o Parâmetro de SU nulo: a marcação morfológica de pessoa/número viabiliza a não explicitude do SU. Relativamente a este parâmetro, o PE é claramente uma língua de SU nulo.

Ao invés, línguas sem um sistema rico de concordâncias têm associado um valor negativo do Parâmetro de SU nulo: é o que se verifica no PB não formal e não culto. A possibilidade de SU nulo se manifestar no PE e a tendência inversa no PB caracteriza as duas manifestações de Português em pólos antagónicos no que ao parâmetro de SU nulo diz respeito e, dada a importância deste, até no quadro das línguas românicas, trata-se de um traço fracturante das duas gramáticas.

### 1.2.4. Quadro dos pronomes pessoais átonos

São as seguintes as alterações registadas no quadro dos pronomes pessoais átonos em PB e em PE ‘populares’.

Quadro de pronomes pessoais átonos	
PB popular: <i>me, a você(s), nos</i>	PE popular: <i>me, te, lhe, a si, a você(s), nos, vos</i> (culto) <i>a vós</i> (regional)
(i) não explicitude do acusativo <b>o</b> : <i>ainda não vi Ø hoje</i>	(i) explicitude do acusativo <b>o/a</b> : <i>ainda não o/a vi hoje</i>
(ii) substituição tendencial do dativo <b>te</b> por <b>para você</b> : <i>preciso falar uma coisa p’ra você</i>	(ii) não omissão do dativo <b>te, lhe</b> : <i>vou dizer-te/lhe/vos uma coisa</i>
(iii) tendência para o desaparecimento do reflexo <b>se</b> , que se generaliza como reflexo universal: <i>Nos nossos dias não Ø usa mais saia; Eu não se alembro.</i>	(iii) não omissão do reflexivo <b>se</b> : <i>nos nossos dias não se usa mais saia</i> (iv) <i>nós não se lembramos</i> é formulação comum no PE popular

Cap. 1. Quadro 7. Quadro dos pronomes pessoais átonos.

A tendência para a codificação analítica do dativo e do genitivo no PB manifesta-se pelo facto de os possessivos *teu, seu, nosso, vosso* serem cada vez mais substituídos por construções preposicionadas com *de*: *lembranças de você(s), casa dele(s), fotografias da gente*. Registe-se que em PE se continua a usar recorrentemente *teu* (*o teu livro*), *seu* (*o seu livro*, seja equivalente a ‘o livro dele’ ou a ‘o livro do interlocutor’), *nosso* (*fotografias nossas*) e *da gente*, por parte de falantes menos instruídos (*fotografias da gente*). Já uma construção como *lembranças vossas* é ou regional (transmontano, beirão) ou usado por falantes cultos.

### 1.2.5. Funções sintáticas de *ele*

No PB não formal e não culto, o pronome *ele* pode desempenhar funções que não se registam no PE, em nenhuma das suas variedades.

No PB não formal e não culto *ele* pode funcionar como objeto direto:

(4) Machado (ou)viu *ela*.....

(5) Procurei *ele*

No PE *ele/a* só funciona como sujeito, pois o objeto direto pronominal é expresso por o/a:

(6) Machado (ou)viu-*a*.

(7) Procurei-*o*

No PB não formal e não culto, o pronome *ele* pode ocorrer na oração relativa copiadora:

(8) O rapaz que *ele* chegou.

No PE não se regista tal construção, mas:

(9) O rapaz que chegou.

O estudo realizado no capítulo 5 deste livro revela que o uso de *lhe/ele* com valor acusativo não está representado no PE atual, mas no PB este valor regista uma utilização mais significativa a partir do século XIX.

Duas novidades avultam da pesquisa efetuada:

- (i) No PB há vantagem absoluta do clítico *lhe* com valor não acusativo, por comparação com o valor acusativo.
- (ii) No PBV há clara preferência pela forma *ele* com valor acusativo face ao clítico *lhe*, sendo a razão entre ambas de quase o dobro da primeira face à segunda.

As formas *lhe/ele* são usadas com valor acusativo preferencialmente com referente [+humano] do pronome e quando o verbo é monotransitivo.

A preferência pela forma *ele* no preenchimento do CD está certamente relacionada com dois factos: o de, no PB, *lhe* ser muito pouco usado, sendo as construções analíticas *para você* ou *para ele* as preferidas; e o de a explicitude lexical do SU no PB dar margem de manobra a que *ele* possa ser usado com outro valor que não o nominativo.

### 1.2.6. Posição dos clíticos

No PB os pronomes átonos podem ocorrer em início de frase, sendo a próclise a posição preferida:

(10) *Me* passa o sal.

No PE a posição canónica do pronome átono, na mesma circunstância, é a de ênclise:

(11) Passa-*me* o sal.

As manifestações da posição dos clíticos em PE e em PB são objeto de estudo do capítulo 4.

Em todo o caso, importa esclarecer que no PE também há contextos impositivos de próclise, como sejam os de frase negativa e de subordinadação frásica.

Próclise	Ênclise
<p>Frases negativas: próclise impositiva</p> <p>Frases subordinadas: a próclise predomina desde o português antigo até ao PE moderno em frases relativas</p>	<p>Frases V1 : ênclise categórica em todos os textos (a ênclise deixa de ser uma construção V1 a partir do sec. 18).</p> <p>Frases relativas e completivas: «Some enclitic relative and completive clauses appear in 18<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> century texts, but these occurrences are marginal in numbers.» (Galves, Britto e Paixão de Sousa (2002)).</p>

Cap. 1. Quadro 8: próclise e ênclise no pe e no pb.

Até ao século XVIII, a ênclise representa uma opção formal marcada (com o verbo em posição inicial de frase) e, como tal a sua frequência de ocorrência não atinge mais que 15%.

No período seguinte dá-se uma inversão de proeminência de ênclise e próclise. Excepto quando usada por motivos estilísticos (cf. *Sermões* de Vieira), a taxa de ênclise em frases V2 permanece baixa (inferior a 20%), como assinalam Galves, Britto e Paixão de Sousa (2002).

### 1.2.7. Preenchimento dos lugares de sujeito e de objeto direto

O modo como PB e PE preenchem os lugares de sujeito e de objeto direto é um dos aspetos de maior divergência entre as duas gramáticas.

O PB regista uma tendência para o preenchimento explícito e lexical do lugar de sujeito e para a elisão do objeto direto:

(12) Ele já viu Ø.

(13) O João já comprou Ø.

O PE regista uma tendência contrária, de elisão do sujeito, assim fazendo *jus* ao facto de ser uma língua de SU nulo, e para o preenchimento do lugar de objeto direto:

(14) (Ele) já *o* viu; (ele) já viu *isso*.

(15) (O João) já *o* comprou; (o João) já comprou *isso*.

No PE o pronome sujeito de uma oração infinitiva preposicionada é codificado pelo pronome na sua forma reta:

(16) Isto é para eu fazer.

No PB o pronome sujeito de uma oração infinitiva preposicionada é codificado pelo pronome na sua forma oblíqua:

(17) Isto é para *mim* fazer.

Note-se que no PE, em fases precoces de aquisição da língua, registam-se igualmente estruturas do tipo das do exemplo anterior; esta construção, muito comum nas crianças em idade pré-escolar, é objeto de correção aquando da sua aprendizagem formal, na escola primária, ou ainda na pré-primária.

### 1.2.8. Posição do SU e do OD

Em PB, como em PE, o sujeito ocorre tipicamente anteposto ao verbo e o objeto direto posposto:

(18) *Maria comeu o chocolate.*

Também em PB como em PE o sujeito pode ocorrer em posição, com deslocamento do OD para a esquerda:

(19) *O chocolate, comeu-o a Maria.*

Divergente é a construção registada no PB e no PE quanto à retoma, ou não do clítico correferente de OD deslocado para a Esquerda.

Em PB o objeto direto pode ocorrer deslocado para a esquerda mas sem que haja retoma por um clítico:

(20) *O chocolate, Maria comeu.*

Assim não se verifica em PE, pois a retoma do clítico é canónica na situação em análise. A omissão deste verifica-se na linguagem infantil em idade pré-escolar, sendo corrigida pela norma culta, ensinada na escola.

(21) *O chocolate, comeu-o a Maria.*

### 1.2.9. Presença/ausência de artigo antes de possessivo

Um traço pouco descrito das dissimilaridades entre PB e PE é o que diz respeito à presença/ausência de artigo antes de possessivo. Como é sabido, a presença de artigo antes de possessivo era inexistente em latim (MATER SUA), e continua a sê-lo em francês (*sa mère*), por exemplo, pelo que é uma inovação da língua portuguesa (*a sua madre, a sua mãe*) atestada desde o português arcaico.

Como se observa no capítulo 3 deste livro, os textos redigidos em Portugal a partir do século XVIII e os redigidos no Brasil desde então revelam a divergência registada entre PE e PB: a um claro e constante aumento das frequências de **uso de artigo** antes de possessivo em Portugal, contrapõe-se um aumento significativo da

**ausência de artigo** antes de possessivo em textos de autores brasileiros. Atesta-se, a partir do século XV, um decréscimo acentuado da omissão de artigo em textos de autores portugueses, representando menos de 2% em PE do século XX <sup>3</sup>. No que concerne aos autores brasileiros, atesta-se a partir do século XVIII uma acentuada subida dos valores percentuais, que atingem os 15% no século XX.

### 1.3. Origens das particularidades do PB

Para as origens das idiossincrasias do PB face ao PE têm sido apontadas essencialmente duas hipóteses (cf. Queriquelli 2012): uma que faz recuar algumas das particularidades do PB ao português arcaico; outra que as inscreve no substrato das línguas africanas e/ou indígenas que fazem parte da identidade da cultura brasileira.

Rosa Virgínia Mattos e Silva, em *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro* (2004: 82), faculta argumentos de que teria sido o significativo conjunto de africanos e de afrobrasileiros o principal agente de difusão do que denomina de ‘português geral brasileiro’ do período colonial, antecedente histórico do português popular brasileiro de hoje. Todavia, nos seus incontornáveis estudos sobre o português arcaico, Rosa Virgínia Mattos e Silva encontra também muitos factos antigos que são perpetuados pelo PB.

Sem negar a importância da influência africana e indígena na cultura e na língua do Brasil, Anthony Naro e Marta Scherre, em *Origens do português brasileiro*, atestam que algumas das construções do português brasileiro atual «são heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas, e não modificações advindas das línguas africanas, ou das línguas dos povos ameríndios». (Naro & Scherre 2007: 210). Também para Noll (2008: 280) «o vocalismo brasileiro, em comparação com o europeu, se apresenta com traços essencialmente conservadores, enquanto o consonantismo está permeado de inovações.».

Os dados apresentados nos capítulos seguintes revelam que no PBV se cruzam essas duas influências: a afro-indígena e a portuguesa arcaica, sendo que ambas se

<sup>3</sup> Em registos literários pode encontrar-se a construção desprovida de artigo: cf. O menino de sua mãe, de Fernando Pessoa.

reinventam, em alguns casos, por forma a construir uma gramática diferenciada do PB não culto e não formal, ou PB vernacular (cf. também Galves, Kato & Roberts 2019; Roberts & Kato 2019).

Por exemplo, a presença de *ter* (e não tanto de *haver*) em construções existenciais (cf. *hoje não tem comida*), típica do PB, já se encontra atestada no português arcaico. Em PE usa-se predominantemente *haver* nas construções existenciais: (*hoje não há comida*), sendo que *ter* com o mesmo valor ocorre em algumas construções cristalizadas, como *tem dias*:

- (22) — Senhor ministro, sente-se apoiado pelo seu colega das Finanças?  
 — Tem dias....

A difusão de *ter* com valor existencial teve lugar a partir dos séculos XIV e XV, excluindo-se *haver* das estruturas de posse, primeiro de algo não inerente e [±material] e depois de posse de algo inerente.

O quadro seguinte ilustra que *haver* deixa de significar posse no PE, sendo esse valor ocupado por *ter*, que acumula posse material, não material. No PE *haver* tem apenas sentido existencial. Sentido diverso é o percurso destes verbo no PB, pois *ter* denota posse e existência. No PB *haver* é usado para os tempos compostos, e no PE esta função é assegurada por *ter*.

Variedades de PT	Pt antigo	PE	PB
<b>Valores</b>			
POSSE	TER/HAVER	TER	-
EXISTÊNCIA		HAVER	TER
AUXILIAR EM TEMPOS COMPOSTOS	haver	TER	HAVER
<b>aver</b> de + infinitivo : futuridade, intenção		+	+
<b>teer</b> de + infinitivo : necessidade e/ou obrigação		+	+

Cap. 1: Quadro 9.TER E HAVER NO PE e no PB.

Como se trata de um tema amplamente explorado no Brasil e em Portugal e em relação ao qual a pesquisa efetuada não logou encontrar dados novos, não o incluímos neste livro.

Já a preferência que o PB acusa pela dupla negação (*não sei, não*) ou pela construção negativa de estrutura «V não» (*sei não*), pode não ser alheia a uma eventual influência não portuguesa <sup>4</sup>. No PE, e com exceção das situações de ênfase (*não sei, não...*), a negação simples é a preferencial (*não sei*).

Referindo-se às significativas alterações do quadro de manifestações pronominais do PB vernáculo, Ilari (2010: 330) defende o caráter não arcaizante do mesmo «Conhecemos bem esse quadro, e por isso ele não nos assusta. Mas convém notar [...] que ele contradiz uma opinião que muita gente compartilha: que o PB é mais estável e mais arcaizante que o PE. Não nos pronomes. O que aconteceu nessa área foi exatamente o contrário».

Uma posição a um tempo arcaicista e indigenista é a de Gladstone Chaves de Melo (1946: 90-91), quando afirma que «a nossa língua popular, falando-se de um modo geral, é substancialmente o português arcaico, deformado, ou se quiserem, transformado em certo aspecto da morfologia e em alguns da fonética pela atuação dos índios e dos negros», e admite que a influência das línguas africanas se faz sentir «na morfologia, na simplificação e redução das flexões de plural e das formas verbais na fala popular» (ibidem).

Como adverte Castilho (2011: 184), «(i) o PB é o resultado de mais do que uma gramática e não pode ser descrito comparativamente apenas em relação ao PE moderno; (ii) algumas questões gramaticais são derivadas das variantes linguísticas do português quatrocentista, cujo desenvolvimento está no domínio do PB».

---

<sup>4</sup> Tanto quanto foi nos possível observar, no português apenas há registo de duas ocorrências de NÃO V NÃO, no sec XVI (Garcia de Resende) e uma em D. Francisco Manuel de Mello.

### 1.4. Cronologia das diversas gramáticas

Vários autores têm defendido a existência de pelo menos três gramáticas no transcurso da língua portuguesa. A primeira gramática (G1) manifesta-se nos textos até cerca de 1350. A segunda gramática (G2) «vai-se impondo no decorrer do séc. 16 e tem sua expressão máxima até a virada do séc. 17 para 18 quando começa a aparecer uma nova competição, correspondendo à emergência do português moderno (G3).» (Galves 2012:71).

Dos vários traços caracterizadores de G2 face a G1, esta autora aduz as propriedades de evolução da sintaxe da interpolação, de que aqui se destaca a que diz respeito à (des)contiguidade do clítico em relação à conjunção, em frases dependentes negativas. Tenha-se em conta que em oração subordinada a próclise é obrigatória.

Assim, G2 distingue-se de G1 por uma nova ordem linear nas frases dependentes negativas.

G1: [+contiguidade do clítico face à conjunção]	G2: [-contiguidade do clítico face à conjunção]
C - cl - X - neg. - V	C - X - cl - neg. - V
que lhe <b>ele</b> não quiz dar	que <b>ele</b> lhe não quiz dar

Cap. 1. Quadro 10. Evolução na Posição de ±contiguidade do clítico relativamente à conjunção em frases dependentes negativas

Segundo Frota, Galves, Vigário 2008, o motor da mudança entre G1 e G2 parece residir na conjugação de duas circunstâncias: (i) incremento da ordem enclítica nas frases não dependentes com sujeito pré-verbal e (ii) mudança prosódica do português europeu cujo ritmo se distancia do ritmo silábico, típico das línguas românicas, e se aproxima do ritmo acentual, típico de outras famílias de línguas (germânicas, eslavas).

O quadro seguinte visualiza o essencial da linha de pesquisa desenvolvida por C. Galves, na Unicamp.

<b>Datação dos textos</b>	<b>Lindley Cintra</b>	<b>Galves et al. revisitado (2006)</b>	<b>RV Mattos e Silva</b>
Até 1385/1420	Português Antigo	Galego-português	Português arcaico
1536-1550	Português Médio	Português hispânico	(1385-1700)
Até sec. XVIII	Português Clássico		Português Médio
sec. XIX-XX	Português Moderno	(1700-1800) Português europeu moderno vs. Português brasileiro	Português europeu moderno vs. Português brasileiro

Cap. 1. Quadro 11. Propostas de periodização.

Como acima ficou dito, a hipótese que Galves coloca assenta na existência de diferentes ‘gramáticas’ ao longo da história da língua portuguesa. A assunção da gramática do ‘português hispânico’, que equivale temporalmente ao período que Rosa Virgínia Mattos e Silva denominou de ‘português médio’ (1385-1700), cujas fronteiras se situam entre o final do português arcaico e o início do português moderno (> 1800), permite recuar a ruptura entre PE e PB ao século XVIII.

Muito há ainda que estudar sobre a Língua Portuguesa, e nomeadamente como esta se manifestava em Portugal e no Brasil, antes da independência deste (o português geral brasileiro no período colonial, de que fala RV Mattos e Silva).

Há muito que é conhecida a alteração ocorrida na segunda metade do século XVIII relativamente à prosódia do português europeu (cf. Herculano de Carvalho 1962), cujo correlato fonético é a redução das sílabas pré-tónicas, já atestadas pelo menos desde 1767 (cf. *Compendio de Orthografia*, de Monte Carmelo, e a sua lista de ‘erros’, como *chuver*, *cutovelo*, *murar* (por *morar*), *putragem*, *tucar*, que atestam a mudança no vocalismo pré-tónico). Esta realidade está na base da existência de um ‘português hispânico’, que distanciava a língua portuguesa europeia das demais línguas ibéricas e românicas. Como afirma Galves (2012: 73) «Não é portanto absurdo pensar que no decorrer da segunda metade do séc. 17, com o progressivo desaparecimento da “geração de escritores formada antes de 1640”, foi-se impondo paulatinamente um novo padrão prosódico, que marcava claramente a identidade do português falado em relação ao castelhano».

Em muitos aspetos o PB é inovador em relação ao PE, mas também este o é em relação ao PB. As análises variacionistas revelam que há alterações em função da faixa etária, sendo os mais jovens e os falantes menos instruídos menos conservadores e introdutores de mudanças. No Brasil, a variante de *ter existencial* e a preferência pelo *futuro perifrástico*, em vez do futuro simples, é quase categórica, nos jovens cuja fala foi analisada nas décadas de 70-90 (Callou & Almeida 2009). Também em Portugal o futuro simples tem sofrido uma acentuada redução de uso, em todas as manifestações de língua, tendendo a confinar-se a um valor ou assertivo ou dubitativo, em função nomeadamente da entoação; para a expressão de futuridade, é o futuro perifrástico o preferido (*vou fazer; hei de fazer*); mas a construção com *haver de* pode ter um valor compromissivo (comprometo-me a V) ou de mera intencionalidade (tenho intenção de V). Para os conhecedores da história da Língua Portuguesa, não se pode afirmar peremptoriamente que a variante de *ter existencial* é inovadora, uma vez que se regista desde o português arcaico.

As palavras seguintes ilustram bem como não são lineares as relações de semelhança e de dissemelhança entre o PB e o PE, havendo numerosas variáveis a ter em conta nos caminhos de (des) continuidades entre ambas as manifestações da língua portuguesa.

«nem sempre se observa a mesma evolução nas duas variedades continentais da língua portuguesa: ora PB se aproxima de PE, ora se afasta. Destaca-se o caso das construções existenciais, em que o português europeu ainda mantém a forma padrão com *haver*, em oposição à implementação de uso do futuro perifrástico, que segue caminho semelhante ao do português brasileiro e já estava documentada no português antigo (Mattos e Silva 2008)» (Callou & Almeida 2009:164).

Ou seja, há gente que pensa que (construção usada no PE em vez de *tem gente que pensa que*) é, para mim, conhecedora da história da língua, uma forma mais inovadora que a construção *tem gente que pensa que*, mais antiga e portanto mais conservadora. Em relação ao uso do futuro perifrástico, é semelhante o caminho do PB e do PE, até porque se trata de uma construção enraizada na língua desde o português arcaico.

<i>há gente</i> que pensa que (PE)	<i>tem gente</i> que pensa que (PB)
R. V. Mattos e Silva; G. Rio-Torto: construção mais inovadora que a construção <i>tem gente que pensa que</i> , <b>mais antiga</b> na língua e, portanto mais conservadora ou menos inovadora.	Callou & Almeida 2009:162 «variante <b>inovadora</b> [do PB] ter-existencial»

Cap. 1. Quadro 12. Divergências de pontos de vista entre investigadores brasileiros e portugueses relativamente ao caráter inovador ou conservador de uma construção.

A pesquisa a desenvolver sobre a língua portuguesa não pode deixar de:

- (i) ter em conta a realidade histórica da língua portuguesa,
- (ii) respeitar os diversos pontos de vista da investigação, isenta de complexos de colonizador e colonizado, uma vez que tal situação histórica há muito deixou de existir, entre Brasil e Portugal, e
- (iii) tomar atenção aos usos da língua, nas diversas comunidades que a falam, e aos estudos que sobre elas se produzem, hoje em dia disponíveis na internet, nos repositórios digitais das Universidades (cf. <https://estudogeral.sib.uc.pt/>, para mencionar o da Universidade de Coimbra), de acesso universal, nas páginas dos seus docentes, e nas das revistas de especialidade
- (iv) não ser normativista e elitista, como acontece ainda por parte de alguma comunidade académica, como bem sublinha Carlos Alberto Faraco, na sua conferência intitulada ‘Desde quando somos normativistas?’, apresentada ao XI FELIN (“*Língua Portuguesa: a unidade, a variação e suas representações*”), Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2012, e publicada em 2015.

A pesquisa a desenvolver deve ainda pautar-se por um conjunto de premissas elencadas por Ataliba de Castilho (2011: 71), que transcrevemos e subscrevemos:

- «1. Os componentes dos sistemas complexos exibem um tipo de ordem sem periodicidade, em fluxo contínuo, em mudança.
2. Os sistemas não são lineares, são dinâmicos, exibem um comportamento irregular, imprevisível
3. Os elementos dos sistemas complexos exibem relacionamentos simultâneos, não são construídas passo a passo, linearmente. Eles são adaptáveis e auto-organizados.
4. As anomalias identificadas pela abordagem clássica exemplificam fenómenos vitais para o

entendimento do problema, e não deveriam ser descartadas como aberrantes.

5. Uma nova tipologia do impreciso, do vago, do aproximativo, precisará ser proposta.

6. A competição nos sistemas é mais importante que sua consistência.

7. Finalmente, ao tratar de fenômenos complexos, nenhum método revelará por si mesmo o objeto por inteiro.»

## 1.5. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, E. M. (2018) “A variação da concordância nominal num dialeto rural”. In: Alessandra de Paula (org.) et al. *Uma história de investigação sobre a língua portuguesa: homenagem a Sílvia Brandão*. São Paulo, Blucher: 77-90.
- ÁLVAREZ LOPES, Laura; Perpétua GONÇALVES; Juanito AVELAR (2018) *The portuguese language continuum in Africa and Brasil*. Amsterdam: John Benjamins.
- CALLOU, D. & J. Avelar (2000) “Sobre ter e haver em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil”. *Gragoatá* 9: 85-114.
- CALLOU, D. & Erica Almeida (2009) “Mudanças em curso no português brasileiro: contrastando duas comunidades”. *Textos selecionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística/Colibri: 161-168.
- CASTILHO, Ataliba de (2011) “Representações das categorias cognitivas e sua diacronia. Linguística cognitiva – Linguística histórica”. *Filologia e Linguística* 13(1): 63-87.
- CASTILHO, Ataliba de (2015) “Representações gramaticais do Português Brasileiro: o problema da concordância”. In: André Crim VALENTE, org. *Unidade e variação na Língua Portuguesa. Suas representações*. São Paulo, Parábola: 39-58.
- CASTILHO, Ataliba (2010) *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo, Contexto.
- FARACO, Carlos Alberto (2015) “Desde quando somos normativistas?”. In: André Crim VALENTE (org.), *Unidade e variação na língua portuguesa. Suas representações*. São Paulo, Parábola: 59-70.
- FERRARO, Alceu (1999) “Diagnóstico da escolarização no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação* 12: 22-47.
- FROTA, Sônia; Charlotte Galves; Marina Vigário (2008) “Ler a fonologia: do português clássico ao português europeu moderno”. In: Sônia Frota; Ana Lúcia Santos (Org.) *Textos Selecionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística/Colibri: 193-206.
- GALVES, Charlotte (2012) “Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio”. In: Tânia LOBO; Zenaide CARNEIRO; Silvana RIBEIRO; Juliana SOLEDADE; Ariadne ALMEIDA. (Org.) *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba: 65-74.
- GALVES, Charlotte (2007) “A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro”. In: A. Castilho; Maria Aparecida T. Morais; R. E. V. Lopes e S. M. L. Cyrino (Org.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes: 513-528.
- GALVES, Charlotte, BRITTO, Helena e SOUSA, Maria Clara Paixão de (2002) *The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus*. Ms, Unicamp. ([www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/artigos/ GALVES\\_Cetal-Fase1c.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/artigos/GALVES_Cetal-Fase1c.pdf))
- GALVES, Charlotte; C. NAMIUTI; M. C. P. SOUSA (2006) “Novas perspectivas para antigas questões:

- revisitando a periodização da língua portuguesa”. In: Annette Endruschat; Rolf Kemmler; Barbara Schafer-Priet (Org.) *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag: 45-75.
- GALVES, Charlotte; Mary KATO; Ian ROBERTS (2019) *Português brasileiro. Uma segunda viagem diacrônica*. Campinas. Editora da Unicamp.
- HERCULANO DE CARVALHO, J. G. H., 1984 (1962) “Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas *e* e *o* em sílaba átona”. *Revista Portuguesa de Filologia* (12): 12-73. Também em *Estudos Linguísticos* vol. II, Coimbra, Coimbra Editora: 77-103.
- ILARI, Rodolfo (2010) “Os pronomes do português brasileiro, algumas comparações”. *Estudos Linguísticos* (SP) 39(1): 314-330.
- INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional), disponível em <https://alfabetismofuncional.org.br/nivel-analfabeto/>
- KATO, Mary (2006) “Comparando o Português da América com o Português de Portugal e com outras línguas” [http://www.poesis.org.br/files/mlp/texto\\_13.pdf](http://www.poesis.org.br/files/mlp/texto_13.pdf).
- MATTOS E SILVA, R. V. (1989) *Estruturas trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1997) “Observações sobre a variação no uso dos verbos *ser*, *estar*, *haver*, *ter* no galego-português ducentista”. *Estudos linguísticos e literários* 19: 253-285.
- MATTOS E SILVA, R. V. (2002) “Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teorias em João de Barros”. Rosa Virgínia MATTOS E SILVA; Américo Venâncio Filho, *O Português Quinhentista – Estudos Linguísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS: 121-142.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004) *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo, Parábola.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006) *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2007) “Novas contribuições para a história da língua portuguesa: ainda os limites do português arcaico”. *Diadorim*. vol. 2. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 99-114.
- MELO, Gladstone Chaves de (1946) *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora. 3ª Edição (1975). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- MOTA, Maria Antónia, Matilde Miguel e Amália Mendes (2012), “Contrastando variedades do português brasileiro e europeu: padrões de concordância sujeito-verbo”, *Papia* 22 (1): 161-187.
- NARO, Anthony Julius & SCHERRE, Maria Marta Pereira (2007) *Origens do português brasileiro*. São Paulo, Parábola Editorial.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta (2012) “Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão” *Preparado para apresentação no Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos)*, em São Francisco, Califórnia Maio 23 a 26, 2012. Disponível em [https://www.usfx.bo/nueva/vicerrectorado/citas/SOCIALES\\_8/Pedagogia/3.pdf](https://www.usfx.bo/nueva/vicerrectorado/citas/SOCIALES_8/Pedagogia/3.pdf).
- NOLL, Volker (2008) *O Português Brasileiro*. Trad. de Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara C. (2008) “Proeminência à esquerda na diacronia do Português: inovação e continuidade” In: *XV ALFAL - Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina*, 2008, Montevidéu. Libro de Resúmenes. Montevidéu: Imprenta Gega v. 1: 332-333.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2010) “A morfologia de flexão no Português do Brasil: Ensaio sobre um discurso de perda”. *Estudos da Língua(gem)* (Impresso) 8: 55-82.
- PEREIRA, Rui (2007) *Formação de verbos em português: afixação heterocategorial*. München: LINCOM (LINCOM Studies in Romance Linguistics 56).

- QUERIQUELLI, Luiz (2012), “O conservadorismo do PB e o ensino de Latim: possíveis implicações”. *Anais do SIELP*. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU. Acessível em [http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume\\_2\\_artigo\\_189.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_189.pdf).
- RIO-TORTO, Graça (ed.) *et al* (2016) *Gramática derivacional do Português*. 2ª ed. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- RIO-TORTO, Graça (2020a) “Renovação do Léxico no Português brasileiro e europeu. Da neologia técnico-científica à neologia expressiva, humorística, lúdica”. *LaborHistorico* vol. 6 (3): 196-223.
- RIO-TORTO, Graça (2020b) “Suffixal changes in Middle Portuguese”. *LaborHistorico* vol. 6 (1): 16-40.
- RIO-TORTO, Graça (2021) “Desafios do português ‘popular’ do Brasil no século XXI”. *LaborHistorico* vol. 7 (Especial): 254-281.
- ROBERTS, Ian; Mary KATO ([1993] 2019) *Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica*. 3ª ed. São Paulo: Contexto.
- RODRIGUES, Alexandra (2008) *Formação de substantivos deverbais sufixados em português*. München: LINCOM (LINCOM Studies in Romance Linguistics 57) (+ CD-Rom)
- RODRIGUES, Alexandra (2008) *Formação de substantivos deverbais sufixados em português*. München: LINCOM (LINCOM Studies in Romance Linguistics 57) (+ CD-Rom)

## Cap. 2. Tânia Ferreira, Graça Rio-Torto: Confluência e não confluência entre em PB e PE: presença e ausência de artigo antes de possessivo

### 2.1. Introdução e objetivos

Uma das diferenças entre o Português Europeu (PE) e o Português do Brasil (PB) diz respeito ao uso de artigo antes de possessivo. Ao longo das últimas décadas, regista-se uma forte tendência para a omissão de artigo definido diante de um possessivo no PB, sem que a construção com artigo tenha desaparecido totalmente (Silva & Callou 1996; Brito 2001; Castro 2006).

O objetivo central deste estudo é o de apurar, através da análise de um conjunto de dados diacrónicos recolhido no *Corpus do Português* (doravante CdP), de Davies e Ferreira, disponível em <http://www.corpusdoportugues.org/>, **quando e em que condições o PB, ao contrário do PE, preferiu a não utilização de artigo definido seguido de possessivo e grupo nominal**. Para tal, pretende-se verificar se, em fases antigas da língua, o português apresentava esta característica e em que momento o PE começou a optar pelo uso preferencial de artigo antecedendo um possessivo. Por fim, o trabalho empírico realizado procura identificar que fatores de natureza linguística poderão condicionar quer a presença quer a ausência de artigo nos dados recolhidos das duas variedades do português.

Após a análise (cf. 2.1) da estrutura dos possessivos em gramáticas do PE (Cunha & Cintra [1984] 2005; Mateus et al. 2003; RAPOSO; MIGUEL 2013) e do PB (Bechara 1999; Castilho 2010), consideram-se (cf. 2.2. e 3.1.) os contributos de outros estudos (Silva & Callou 1996; Castro 2006) numa tentativa de elencar os condicionalismos (3.2.) que estão na base do diferente comportamento em PE e PB.

Em 4. procede-se à análise e tratamento dos dados recolhidos no CdP, tendo em vista identificar em que fase diacrónica e em que condições o PE começou a preferir o uso de artigo antes de possessivo em posição pré-nominal, enquanto em PB tal não ocorreu.

## 2.2. Enquadramento teórico

### 2.2.1. Usos de artigo antes de possessivo nas gramáticas do PE e do PB

Na tradição gramatical, os pronomes possessivos são descritos como elementos que indicam uma relação de posse entre um ‘possuidor’ e um ‘possuído’<sup>5</sup> e que apresentam diferentes formas em função do número de pessoas representadas no ‘possuidor’ e do género e número do que é ‘possuído’.

O PE possui um conjunto de cinco formas que ocorrem em posição pré-nominal<sup>6</sup> (*meu, teu, seu, nosso* e *vosso*) que variam de acordo com o número de pessoas do ‘possuidor’ e o número e género gramatical do que é ‘possuído’ (Cunha & Cintra [1984] 2005:319). No PB o paradigma dos possessivos regista atualmente, três formas (*meu, seu* e *nosso*) que variam também de acordo com as mesmas variáveis (Castilho 2010: 502)<sup>7</sup>.

No Quadro 1 encontram-se representadas as distintas formas de possessivos em PB e em PE:

	Singular – um ‘possuidor’				Plural – vários ‘possuidores’			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
Referência à:	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB
<b>P1 singular</b>	meu		minha		meus		minhas	
<b>P2 singular</b>	teu	seu	tua	sua	teus	seus	tuas	Suas
<b>P3 singular</b>	seu		sua		seus		suas	
<b>P1 plural</b>	nosso		nossa		nossos		nossas	
<b>P2 plural</b>	vosso	seu	vossa	sua	vossos	seus	vossas	Suas
<b>P3 plural</b>	seu		seu		seu			

Cap. 2. Quadro 1. Formas dos pronomes possessivos em PE e PB contemporâneo

<sup>5</sup> O ‘possuído’ pode ser coisa ou pessoa e é sempre de 3ª pessoa (substantivo) (Neves 1993:150).

<sup>6</sup> As formas *dele(s)* e *dela(s)*, que resultam da adjunção da preposição *de* + os pronomes *ele(s)/ela(s)*, só ocorrem em posição pós-nominal (*a mãe dele* vs. *\*a dele mãe*). Este primitivo sintagma possessivo *de + ele(s)/ela(s)* encontra-se totalmente gramaticalizado sob as formas *dele(s)/dela(s)*, e não é objeto deste estudo.

<sup>7</sup> Sobre a ausência das formas de 2ª pessoa do singular e plural no paradigma dos possessivos em PB, Castilho (2010:502) afirma que: «No PB, *vosso* não foi documentado no *corpus* compartilhado do Projeto NURC. Com o enfraquecimento de *teu* e *vosso*, deixou-se uma “casa vazia” na segunda pessoa do quadro pronominal que foi ocupada por *seu, seus*, depois de um processo de reanálise de sua pessoa gramatical, migrando essas formas de P3 para P2»

Quanto ao emprego de artigo antes de um possessivo, as gramáticas tradicionais explicitam que em alguns contextos o definido pode estar presente e noutros pode ser omitido, não sendo claro o que está na base da presença *vs.* ausência de artigo. Mas não se pode depreender que se trata de uma mera opção do falante. Ao analisar um conjunto de dados empíricos sobre o uso de artigo antes de possessivo quer em posição pré-nominal quer em posição pós-nominal, Neves (1993: 178) opina que: «(...) a simples indicação de que em português, o grupo *possessivo + nome* pode ou não, indiferentemente, vir precedido de artigo deve ser considerada simplista».

Para Cunha & Cintra ([1984] 2005), apesar de a omissão de artigo ser mais frequente no PB (Cunha & Cintra [1984] 2005: 216-217), em **PE é obrigatório omitir artigo definido** sempre que o possessivo:

- (i) é parte integrante de uma fórmula de tratamento, como “Nosso Senhor, Nossa Senhora”;
- (ii) integra um vocativo: “Meu Amor”;
- (iii) pertence a expressões ‘formulaicas’: “Em minha opinião, em meu poder, por minha vontade”; e
- (iv) é precedido de um demonstrativo “**Este meu** quintal” (CUNHA & CINTRA [1984] 2005:217).

Todavia, estas mesmas quatro condições são igualmente observadas no PB contemporâneo, como se explicita em Neves 2011:425-426.

O emprego ou a omissão de artigo não tem apenas um valor estilístico, mas codifica uma distinção significativa. Segundo Cunha & Cintra [1984] 2005: 216, em *Este cinto é meu*, o falante transmite «a simples ideia de posse», de pertença; pelo contrário, optando pelo uso do artigo antes de possessivo (*Este cinto é o meu*) o falante faz «convergir a atenção para o objeto possuído, que se evidencia distinto de outros da mesma espécie, não pertencentes à pessoa em causa» (Cunha & Cintra [1984] 2005: *ibid.*).

Também para Bechara (1999: 157) o artigo é de emprego facultativo quando o possessivo surge antes de um nome. No entanto, a presença de artigo é expressamente

obrigatória quando o possessivo não antecede qualquer substantivo, tal como se exemplifica em (exemplo do A.) *Bonita casa era **a** minha*. A omissão de artigo, muito frequente em PB, regista-se quando o possessivo é utilizado com o valor de ‘alguns’, como em (exemplo do A.) *Os Lusíadas têm **suas** dificuldades de interpretação* (Bechara 1999: 157), explicitando indeterminação numérica, como em *Ele teve **seus** excelentes momentos no governo* (exemplo de Neves 2011: 487). Além disso, sempre que o falante expressa uma ação usual, i.e., que pratica de forma frequente, o possessivo dispensa o uso de artigo: *Às oito toma **seu** café* (Bechara 1999: *ibid.*). O A. observa que a ausência de artigo ocorre também numa série de expressões ‘cristalizadas’ em que o possessivo não antecede qualquer substantivo, tais como *de meu, de seu natural* (Bechara 1999: *ibid.*).

Antes de possessivos usados como núcleo de sintagmas nominais (*esse estilo de vida não é **o** meu; **o** teu/seu é bem diferente!*), a presença do artigo é imperativa, em todas as variedades nacionais de português: em PB, e segundo Neves (2011: 425), «Quando está expresso o substantivo, o possessivo pode usar-se com artigo ou sem ele: [...] *Não se preocupe com **a** sua mãe e **a** sua irmã.* [...] *Pronto, fique aí conversando com **o** sua irmã*».

Feita esta breve incursão em gramáticas de referência do português, importa esclarecer a natureza dos fatores que concorrem para um uso de artigo muito mais frequente em PE face ao que atualmente ocorre em PB. Deste modo, na próxima secção (1.2), analisam-se alguns dos trabalhos realizados no âmbito da investigação linguística mais recente que facultam hipóteses explicativas deste fenómeno de variação.

## **2.3. Presença e ausência de artigo em PE/PB diante de possessivo**

### **2.3.1. Estudos de natureza diacrónica**

Em fases antigas da língua portuguesa a omissão de artigo antes de possessivo era muito mais frequente do que a sua presença: «(...) só de Camões para cá se torna de século para século cada vez mais notória a frequência de possessivo reforçado”, i.e., possessivo adjunto precedido de artigo» (Said Ali 1964: 96). O breve estudo estatístico sobre este fenómeno em fases arcaicas da língua portuguesa permite a Said Ali (idem, ibidem) constatar que nos escritos de Fernão Lopes apenas se regista o uso de artigo antes de possessivo em 5% das estruturas, que em *Os Lusíadas* a percentagem aumenta para 30%, em Vieira para mais de 70% e em Alexandre Herculano para, aproximadamente, 90% de ocorrências de artigo diante de possessivo.

Através da análise de *corpora* variados, Silva (1982) faculta dados interessantes sobre a variação de artigo diante de possessivo e suas restrições em distintas fases da língua portuguesa. O estudo abrange textos de português redigidos em Portugal a partir do século XV e textos de língua portuguesa redigidos no Brasil a partir do século XVI. Os dados apurados pela A. permitem concluir que houve um claro aumento das frequências de uso de artigo em Portugal a partir do século XV, enquanto em autores brasileiros esse aumento não foi muito significativo. Da investigação realizada também se constata que, em plena década de 80 do século XX, a frequência de uso de artigo no Brasil equipara-se à frequência de uso em Portugal nos séculos XV e XVI, período da primeira fase de colonização do Brasil. Deste modo, a autora considera que, quanto a este aspeto, o PB apresenta uma feição conservadora em relação ao PE (Silva 1982, Silva & Callou 1996: 115-116).

### **2.3.2. O que condiciona a ausência/presença de artigo em PE e PB?**

Para Castro (2006), o contraste entre PE e PB relativo ao emprego/omissão de artigo antes de possessivos pré-nominais assenta no facto de esta estrutura envolver um artigo expletivo. O possessivo pré-nominal ocorre sempre que o sintagma tem uma interpretação definida e exclui-se quando este não pode ser interpretado como

definido<sup>8</sup>. Nas construções com possessivos pré-nominais o artigo definido é, portanto, expletivo, i.e., semanticamente vazio porque em nada contribui para a ‘definitude’ do sintagma. Assim, o facto de esta construção envolver um artigo expletivo que, tal como noutras construções nominais (com nomes próprios e diante de sintagmas com interpretação genérica), pode ser foneticamente nulo em PB, sendo obrigatório em PE, poderá justificar a variação de uso de artigo antes de possessivos pré-nominais nas duas variedades (Castro 2006).

Admitindo que o uso facultativo de artigo diante de pronomes possessivos é um aspeto característico da língua portuguesa e diverso da maioria das línguas românicas, Silva e Callou (1996) apresentam, através de uma análise fina de *corpora* orais recolhidos em diferentes zonas do Brasil, um conjunto de fatores que condicionam este fenómeno. São as seguintes as variáveis estudadas pelas autoras:

- (i) O paralelismo formal, i.e., caso se registre a ocorrência de artigo antes de possessivo numa dada construção discursiva, grande parte das construções similares apresenta artigo antes de possessivo<sup>9</sup> (Silva & Callou 1996: 117-119);
- (ii) A natureza das preposições que antecedem o possessivo, sendo que as preposições *em* e *a* parecem favorecer a presença de artigo antes de possessivo (Silva & Callou 1996: 119-120);
- (iii) A função sintática desempenhada pelo possessivo: a função de sujeito favorece as ocorrências de artigo diante de possessivo (Silva & Callou 1996: 121);
- (iv) O tipo de ‘possuído’: diante de itens nominais que designam relações de parentesco (*pai*, *mãe*), registam-se frequências muito baixas de uso de artigo antes de possessivo (Silva & Callou 1996: 121);
- (v) A região geográfica: em regiões mais conservadoras e mais próximas do

---

<sup>8</sup> As seguintes palavras explicitam que os possessivos pré-nominais ocorrem sempre em contextos em que o sintagma nominal tem uma interpretação definida: «os demonstrativos – inerentemente definidos – combinam-se (preferencialmente) com possessivos pré-nominais [...] e [...] os possessivos pré-nominais nunca se combinam com determinantes ou modificadores não definidos» (Castro 2006: 10)

<sup>9</sup> Silva & Callou 1996 registam elevadas ocorrências de artigo definido antes de possessivo em orações onde ocorrem outros possessivos em posição pré-nominal antecidos de artigo, como se ilustra no seguinte exemplo das autoras: «A sua maneira de agir... as suas necessidades, o seu comportamento, a sua forma de expressão...os seus valores... são diferentes. EFRJ-364-1.264» (Silva & Callou 1996: 118).

português dos séculos XV e XVII é notória a preferência pela omissão de artigo diante de possessivo (Silva & Callou 1996: 122);

- (vi) A flexão de número, em que a forma do possessivo no singular parece promover o uso de artigo em relação ao plural (Silva & Callou 1996: 123);
- (vii) A pausa e extensão do pé-métrico, sendo que o artigo ocorre «preferencialmente nos pés métricos de menor extensão (...)» (Silva & Callou 1996: 124).

A estes fatores acrescenta ARAÚJO (2014) que a obrigatoriedade, no PE, de artigo definido antes de possessivos pré-nominais, e a sua homóloga omissão no PB, corresponde a um estágio de gramaticalização que ocorreu no PE, mas não no PB, talvez pelo facto de essa gramaticalização ser menos expectável num universo geo- e sociolinguístico com maior influência de afrodescendentes, para muitos os principais agentes da construção e difusão do brasileiro vernacular.

Tendo presentes alguns dos fatores condicionantes da ausência/presença de artigo em estruturas com possessivos, procede-se em seguida ao tratamento dos dados empíricos recolhidos para este estudo, e que servirão para clarificar em que momento histórico e em que condições o PE começou a usar mais frequentemente artigo antes de possessivo, ao contrário do que ocorreu no PB.

## 2.4. Metodologia

### 2.4.1. Organização do corpus em estudo

Para atingir os objetivos deste trabalho, procedeu-se à recolha de estruturas com possessivos pré-nominais – antecedidas ou não de artigo – presentes no *Corpus do Português* (CdP: <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>) de Davies e Ferreira, ao longo do transcurso cronológico compreendido entre os séculos XV a XX.

As estruturas selecionadas são as que contêm os possessivos *seu/sua* e *nosso/nossa*. A seleção destas fundamenta-se nos índices de frequência das mesmas, sendo

que as primeiras são muito mais frequentes do que as segundas: no CdP as formas *seu/sua* registam, aproximadamente, um total de 100.515 ocorrências, enquanto as formas *nosso/nossa* apresentam cerca de 10.951 ocorrências. Também Neves (1993: 155) constata que uma das formas mais frequentes no *corpus* que estudou é a de 3ª pessoa, quer no singular quer no plural: [seu(s)]. Torna-se, assim, possível ter uma visão das situações mais frequentes e das menos frequentes

Entre as estruturas pesquisadas, sejam as estruturas com possessivos pronominais sem artigo [ $\emptyset$  + *seu/sua/nosso/nossa* + grupo nominal], sejam as construções antecedidas de artigo definido [o/a + *seu/sua/nosso/nossa* + grupo nominal], selecionaram-se os exemplos mais frequentes por século<sup>10</sup>.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição do total de dados que compõe o *corpus* em estudo de acordo com

- (i) o século em que foram recolhidos
- (ii) a origem autoral: redigidos por autores portugueses (AUT.PT) ou por autores brasileiros (AUT.BR)
- (iii) a variedade lusitana ou brasileira (PE ou PB), no século XX
- (iv) o tipo de fonte (oral/literária/académica/jornalística) em que se registam.

A distinção de autores portugueses (AUT.PT) e brasileiros (AUT.BR) assenta no conhecimento da biografia dos mesmos. A metodologia adotada levou-nos a considerar como “brasileiros” aqueles que, mesmo tendo nascido em Portugal, cedo foram para o Brasil e lá efetuaram os seus estudos e a sua vida. A lista de autores e respetivas obras que compõem o CdP pode ser consultada em <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>.

Os dados do *corpus* investigado repartem-se por três *subcorpora*:

- (i) o ***subcorpus 1*** apresenta construções recolhidas em textos literários redigidos por autores portugueses (AUT.PT) entre os séculos XV e XVII;

---

10. Para a definição dos casos mais frequentes foi necessário elaborar uma escala de frequências. Classificaram-se como “mais frequentes” as estruturas [VERBO + [artigo] + POSSESSIVO] em que cada exemplo possui um valor superior a 15 ocorrências no CdP. Esta escala foi adaptada, uma vez que se registaram estruturas com possessivos que tinham um número de exemplos muito baixo (entre 8 a 10 ocorrências) por período cronológico.

- (ii) o *subcorpus 2* possui exemplos retirados de textos redigidos por autores portugueses (AUT.PT) e autores brasileiros (AUT.BR) entre os séculos XVIII e XIX;
- (iii) o *subcorpus 3* abrange dados recolhidos no século XX, distinguindo-se os que pertencem ao PE e ao PB (cf. quadro 2).

		SÉCULO+ Autor português (AUT.PT) ou Autor do Brasil (AUT.BR)	Tipo de Fonte	Número de ocorrências	
				Ausência de artigo antes de possessivo Ø + SEU/SUA/ NOSSO/NOSSA + GN	Emprego de artigo antes de possessivo O/A + SEU/ SUA/ NOSSO/NOSSA + GN
Corpus	Subcorpus 1	XV AUT.PT	Literária	735	76
		XVI AUT.PT	Literária	668	83
		XVII AUT.PT	Literária	240	66
		<b>TOTAL Subcorpus 1</b>		<b>1868</b>	
	Subcorpus 2	XVIII AUT.PT	Literária	90	75
		XVIII AUT.BR	Literária	5	8
		XIX AUT.PT	Literária	122	369
		XIX AUT.BR	Literária	506	932
	<b>TOTAL Subcorpus 2</b>		<b>2107</b>		
	Subcorpus 3	XX PE	Oral; Literária; Académica; Jornalística	201	2.330
		XX PB	Oral; Literária; Académica; Jornalística	1.197	600
		<b>TOTAL Subcorpus 3</b>		<b>4328</b>	
	<b>TOTAL Corpus</b>			<b>8303</b>	

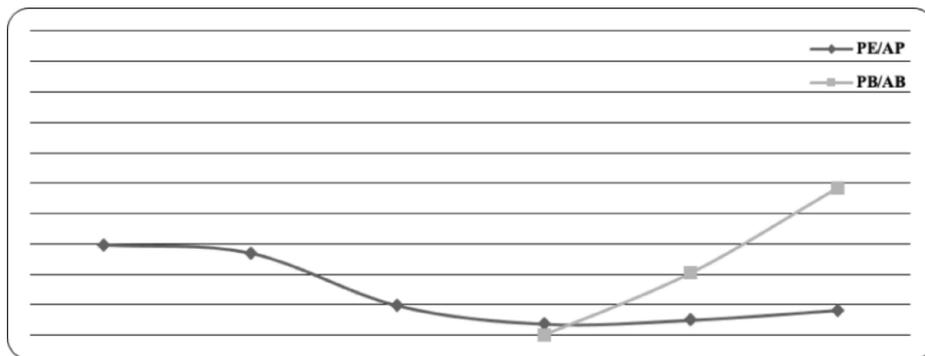
Cap. 2. Quadro 2. Total de exemplos do corpus estudado

O quadro acima permite constatar

- (i) uma notória **prevalência da ausência de artigo nos séculos XV, XVI e XVII e XVIII** (valores de 735, 668, 240, 90 vs., respetivamente, 76, 83, 66, 75).
- (ii) Uma **maior representatividade do uso de artigo** antes de possessivo no **século XIX**, seja em autores portugueses (369 vs. 122), seja em autores brasileiros (932 vs. 506).
- (iii) Uma alteração de paradigma no século XX, desta feita com sentidos inversos nos escritos de autores portugueses e de autores brasileiros:
  - a. **no PE domina claramente a presença de artigo** (com 2.330 vs 201)
  - b. **no PB domina claramente a ausência de artigo** (com 1.197 vs. 600).

## 2.5. Tratamento e análise dos dados apurados

O conjunto total de dados apurados viabiliza o cálculo das percentagens relativas das duas estruturas em estudo e o apuramento, ao longo dos séculos, da distribuição da ausência (cf. gráfico 1) e da presença de artigo (cf. gráfico 2) diante de possessivo pré-nominal.



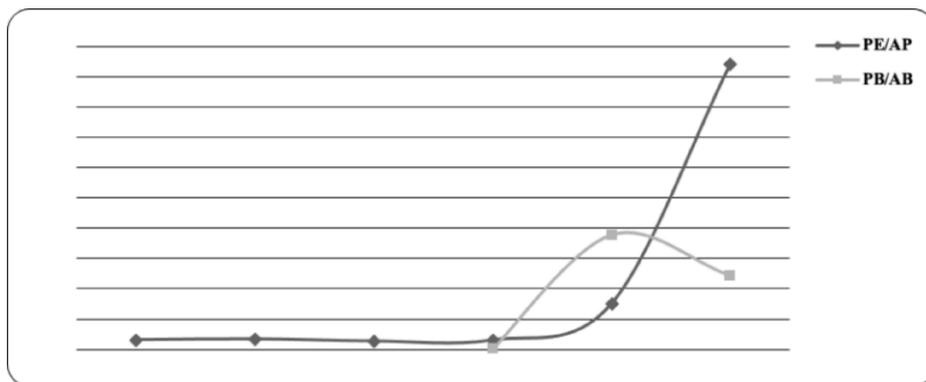
Cap. 2. Gráfico 1. Ausência de artigo antes de possessivo: valores percentuais (sécs. XV-XX)

A leitura do gráfico 1 permite constatar, a partir do século XV, um **decréscimo acentuado da omissão de artigo em autores portugueses (AUT.PT)**. No século XX as percentagens de **omissão de artigo em PE** não chegam a atingir os 2% em PE. *Mutatis mutandis*, o uso de artigo antes de possessivo só pode ter crescido no PE. Já

Rinke (2010) assinalara que no século XIII o uso de artigos definidos é excepcional (6%) antes de possessivo, e assim perdura até ao século XVII. Só a partir do século XVIII se observa um aumento do emprego do artigo definido em sintagmas nominais possessivos, tendo-se generalizado no séc. XIX.

No que concerne aos autores brasileiros (AUT.BR), verifica-se, a partir do século XVIII, uma acentuada subida dos valores percentuais, chegando a atingir os 15% no século XX.

As frequências de ausência de artigo no século XX em PB são muito similares às registadas no século XVI, pelo que, quanto a este aspeto da gramática, o PB perpetua a construção mais conservadora da língua.



Cap. 2. Gráfico 2. Presença de artigo antes de possessivo: distribuição percentual ao longo dos séculos

No que concerne à frequência de uso de artigo antes de possessivo, verifica-se uma situação oposta à anterior. Regista-se um **aumento exponencial do uso de artigo antes de possessivo em autores portugueses** (AUT.PT), mormente do século XVIII até ao século XX, atingindo então os 30%.

**Em autores brasileiros** (AUT.BR) verifica-se, essencialmente a partir do século XIX, uma **diminuição gradual do uso de artigo antes de possessivo** que, no século XX, corresponde a cerca de 6% das ocorrências em (cf. gráfico 2).

Entre os séculos XVIII e XIX regista-se uma notória convergência na subida

dos valores percentuais de uso de artigo antes de possessivo, seja por parte de autores portugueses, seja por parte de autores brasileiros. Esta situação pode, em parte, dever-se ao facto de muitos dos autores do Brasil desta época possuírem uma forte ligação com os padrões literários e culturais portugueses, reproduzindo-os ainda de forma relativamente sistemática.

Face ao desiderato de verificar em que condições estruturais a ausência vs. presença de artigo tem lugar, os exemplos do *corpus* foram organizados em diferentes categorias, em função do conteúdo do grupo nominal que se situa à direita do possessivo, mais precisamente:

- (i) a natureza semântica do item, i.e., se o nome possui o traço [+animado] ou [-animado];
- (ii) a presença de um numeral entre o possessivo e o nome;
- (iii) a presença de um adjetivo entre o possessivo e nome.

Na próxima secção apresenta-se a descrição detalhada das categorias apuradas, bem como os resultados obtidos (5.2. e 5.3.).

### **2.5.1. Classes de nominais precedidos por possessivo**

Para uma análise quantitativa mais fina, organizaram-se os dados em função da natureza semântica do N à direita do possessivo:

- (1) O possessivo antecede um item nominal [+ animado]
  - (1a) O nome [+animado] designa uma relação de parentesco (*mãe, pai*)
  - (1b) O nome [+animado] não codifica qualquer relação de parentesco (*amigo, criança*)
- (2) O possessivo antecede um item nominal [-animado]
- (3) O possessivo antecede um numeral seguido de nome
- (4) O possessivo antecede um adjetivo seguido de nome.

No quadro a seguir apresentam-se alguns exemplos de cada categoria, retirados do *corpus* escrutinado.

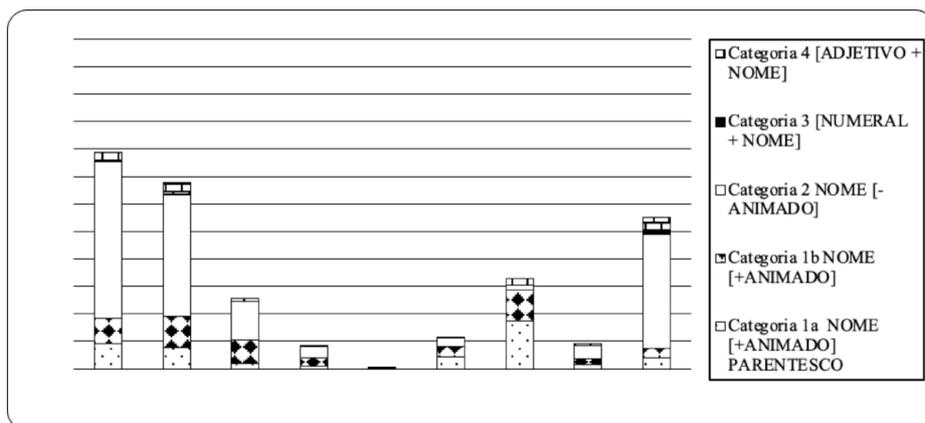
Cate goria	Ausência de artigo	Presença de artigo
	Exemplos	Exemplos
1	1a «O imponderável de Almeida de João também foi seu pai(...)» [19N:Br:Folha]; «Benjamin Harrison era seu neto. (...)» [19Ac:Pt:Enc]; «E esta moça se dizia que era sua sobrinha, filha de hum seu irmão» [16:Pinto:Peregrin]	«Culpada de tudo era a sua mulher Sinhá.» [19:Fic:Br:Rego:Fogo]; «(...) durante um golpe militar, tendo o seu cunhado Nicolas Grunitzky, que se encontrava no exílio (...)» [19Ac:Pt:Enc]; «(...) que ella aly tinha no Vcunchenirat, que era o seu amigo» [16: Pinto: Peregrin];
	1b «Não direi que se fez seu amigo (...)» [19:Fic:Br:Peixoto:Chamada]; « (...) para uma citação de Camões, que era seu poeta favorito» [18:Alencar:Sertanejo]	«Já lhe ouvi isso [...] há muitos anos, ou foi a sua irmã...» [18:Machado:Esau]
2	«(...) Apresentamos nossa demissão (...)» [19N:Br:SP]; «Tão medonho era seu aspecto que a cigana [...] fugiu espavorida (...)» [18:Alencar:Sertanejo]	«Toda corporação tem a sua cota de coporativismo.» [19Or:Br:Intrv:ISP]; «Quando Rosemary Scallon [...] anunciou a sua candidatura em Agosto (...)» [19N:Pt:Expr]
3	«Como se iniciou profissionalmente no gênero e qual foi sua primeira atividade?» [19Or:Br:Intrv:Web]; «(...) se não que assi como era seu primeiro fruto?» [15: Pinheiro: Pregacam]	«Estética da criação verbal tem a sua primeira edição brasileira [19Ac:Br:Lac:Thes]; «Para o mancebo, o painel era a sua primeira prenda de amor (...)» [18:Alencar:Garatuja]
4	«A influência política do Estado na República teve sua grande fase no período da Revolução (...)» [19Ac:Br:Enc]; «a consciencia de cada hum he seu intimo conselheiro (...)» [16:FMMelo:Politica]	« e, na Câmara dos Comuns, fez o seu célebre discurso» [19Ac:Pt:Enc]; «O primeiro foi de sempre e pêra sempre, que é a sua resplandecente glória (...)» [15:Vicente:Obra2]

Cap. 2. Quadro 3. Exemplos ilustrativos das diferentes classes demarcadas

Apuradas as categorias, procedeu-se ao cálculo das frequências relativas de cada uma, tendo em conta o total de dados recolhidos por *subcorpus* (cf. quadro 2). Nas próximas secções deste trabalho apresentam-se os resultados obtidos, tratando-se, começando pelos exemplos em que se regista a omissão de artigo definido (secção 5.2), e prosseguindo com os casos em que se verifica o uso de artigo diante de possessivo (secção 5.3). Pretende-se averiguar se nas duas variedades do português e nos diferentes *subcorpora* se registam idênticos valores de frequência tanto de ausência de artigo como da sua presença nas várias categorias criadas.

### 2.5.2. Omissão de artigo antes de possessivo em PE e PB no corpus em estudo

No gráfico 3, apresenta-se a distribuição dos valores de frequência apurados por categoria, calculados em função do total de dados recolhidos em cada *subcorpus* (cf. quadro 2).



Cap. 2. Gráfico 3. Ausência de artigo em função das diferentes categorias apuradas: distribuição, em valores percentuais, dos dados dos *subcorpora* 1, 2 e 3

Importa desde logo mencionar que das quatro classes consideradas, a que maior diversidade de nomes integra é a categoria 2, de nomes [-animado], seguindo-se-lhe a categoria 4, em que o possessivo é seguido de adjetivo.

Considerem-se, em primeiro lugar, os valores relativos à ausência de artigo registados no *subcorpus* 1, i.e., em construções recolhidas em textos literários redigidos por autores portugueses (AUT.PT) entre os séculos XV e XVII.

Assiste-se neste período cronológico a uma tendência decrescente para a omissão de artigo antes de possessivo em todas as categorias (cf. gráfico 3). É na passagem do século XVI para o século XVII que se observa uma descida mais acentuada da ausência de artigo antes de possessivo em autores portugueses.

Relativamente aos dados do *subcorpus 2* (exemplos retirados de textos redigidos por autores portugueses (AUT.PT) e autores brasileiros (AUT.BR) entre os séculos XVIII e XIX), pela sua escassez, sobretudo no século XVIII, a omissão de artigo caracteriza-se por uma representatividade muito baixa. Já no século XIX há um ligeiro aumento dos valores em textos de autores portugueses, registando-se uma subida mais significativa nos exemplos produzidos por autores brasileiros (cf. gráfico 3). Começa assim a esboçar-se, neste período cronológico, o contraste relativo às estruturas com possessivos entre as obras redigidas em Portugal e as redigidas no Brasil.

No que respeita aos exemplos que compõem o *subcorpus 3* (dados recolhidos no século XX, no PE e no PB) constata-se uma oposição significativa entre PE e PB em todas as categorias. A ausência de artigo antes de possessivo é muito mais frequente em PB do que em PE, pois neste apenas cerca de 5% do conjunto total de exemplos do PE apresenta omissão de artigo diante de possessivo (cf. gráfico 3).

A categoria que mais exemplos de omissão de artigo apresenta em todos os subcorpora é a categoria 2, ou seja, os casos de ausência de artigo definido são mais frequentes quando o possessivo antecede um nome de um denotado [-animado] (cf. exemplos (1)-(4)). A supremacia desta categoria em relação a outras está certamente correlacionada com o facto de estes itens nominais serem muito mais abundantes que os demais nominais da língua.

- (1). «(...) mesmo tudo que **tem sua vida** particular desde a sua infancia até a sua velhice; querer que o menino (...)» [17:Coutinho:Economica]
- (2). «(...) ficou desesperado da sua uida e nũa pode dormir toda aquella nocte e **fez seu testamento**.» [14:Malr:Orto]
- (3). «Teoricamente podemos provar algumas propriedades do centro de massa, porém este não é **nosso** intuito.» [19Ac:Br:Enc]
- (4). «(...) Acrescente-se que, apesar de todas a liberdades ostensivas que tomava, tão grande era **sua eficácia** que Manuel António começou também (...)» [19:Fic:Pt:Barreno:Ilhas]

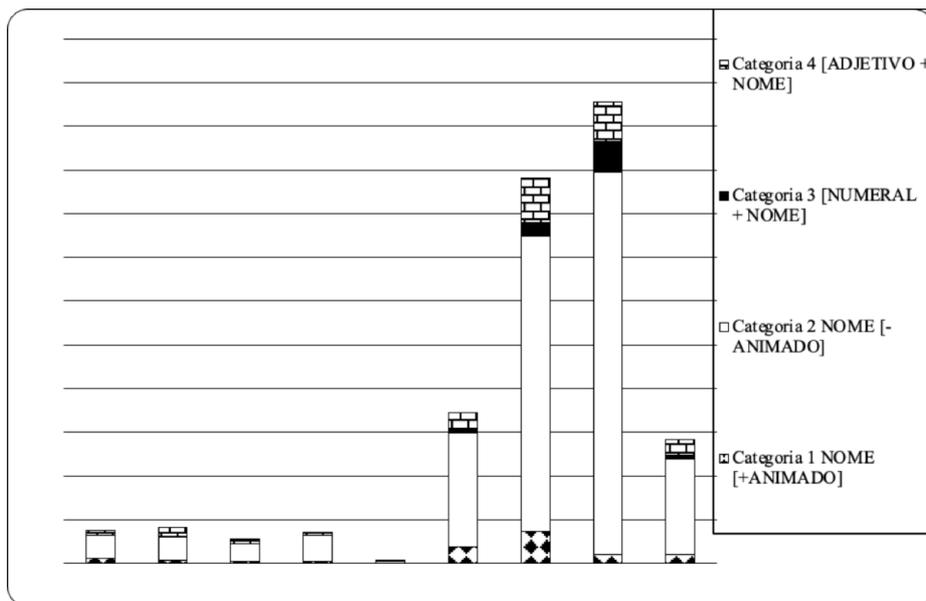
Perante itens lexicais [+animados] (categoria 1) a ausência de artigo é também expressiva (cf. gráfico 3) em todos os períodos cronológicos considerados. Além disso, o facto de o nome que segue o possessivo representar uma **relação de parentesco** (1a) parece condicionar a opção pelo **não emprego** de artigo (cf. exemplos (5)-(8)):

- (5). «(...) hũa em crucificar a Cristo que lhe devia ser obra gloriosa, pois não **era Seu filho** (...)» [15:Barros:Pnefma]
- (6). «(...) a qual **era sua prima** em quarto grao de 3 – 10 (...)» [17:Leme:Paulistana]
- (7). «-Ela é **nossa irmã** - disse com acento de súplica. (...)» [19:Fic:Pt:Rosa:Retrato]
- (8). «Mas o Deus é **nosso Pai** e lá vai deixando a gente viver, não é? (...)» [19:Fic:Pt:Melo:Autópsia]

Estes dados estão em consonância com o que Silva & Callou (1996: 121) apuraram: a omissão de artigo é muito mais frequente em todos os momentos cronológicos quando o nome denota uma relação de parentesco.

### 2.5.3. Uso de artigo antes de possessivo em PE e PB no corpus em estudo

No gráfico seguinte apresentam-se as frequências de **uso de artigo** antes de possessivo em PE e PB, calculadas em função do total de dados apurados em cada *subcorpus* definido para o presente estudo (cf. quadro 2).



Cap. 2. Gráfico 4. Presença de artigo nas diferentes categorias apuradas: distribuição, em valores percentuais, dos dados dos *subcorpuses* 1, 2 e 3

A primeira observação que se impõe é a de um crescendo de representatividade na presença de artigo antes de possessivo ao longo dos séculos (de 5% a 55%).

A presença de artigo regista valores idênticos nos séculos XV a XVII (cf. gráfico 4), não ultrapassando nunca os 5%, por contraste com os quase 55% do século XX. Note-se que a opção pelo uso de artigo antes de possessivo regista percentagens menores (< 5%) do que as apuradas no mesmo período (cf. gráfico 3) relativas à ausência de artigo (valores entre 12% e 40%).

No *subcorpus 2* (exemplos retirados de textos redigidos por autores portugueses (AUT.PT) e por autores brasileiros (AUT.BR) entre os séculos XVIII e XIX) verifica-se uma clara subida dos valores percentuais da presença de artigo nos dados de todas as categorias, tendência que se mantém em crescendo no PE do século XX e que se inverte no PB. O facto de no PB do sec. XIX ainda se verificar uma elevada taxa de presença de artigo diante de possessivo pode dever-se à natureza escrita e formal dos textos escrutinados, e porventura também à circunstância de os autores destes textos seguirem ainda de perto a norma europeia, à época tida como padrão.

Em todo o caso, no sec. XX o PE opta pelo uso intenso (mais de 50%) de artigo diante de possessivo pré-nominal, e o PB pela ausência de artigo no mesmo contexto (menos de 15%). Os dados do *subcorpus 3* revelam, pois, um claro domínio pelo uso de artigo no PE (mais de três vezes superior) face ao que ocorre no PB, tendência claramente oposta à que se o gráfico 3 explicita.

Relativamente às categorias apuradas constata-se, de novo, um claro domínio da categoria 2, i.e., das construções em que o artigo antecede um item nominal [-animado] (cf. exemplos (9)-(11)), de longe a classe de natureza mais diversificada.

- (9). «(...) O homem que só **tem o seu braço** se vê obrigado pela fome a pedir ao proprietário que o deixe cultivar (...)» [17:Coutinho:Economica]
- (10). «(...) e a Terra de Magalhães. M. Qual **he a sua extensão?** (...)» [17:Silva:Escola]
- (11). «(...) Nos sábados de Aleluia **era o seu luxo** queimar um judas defronte da casa; (...)» [18:Azevedo:Mulato]

Outra das categorias mais representadas, embora de modo menos expressivo, é a categoria 4, em que o possessivo antecede um adjetivo seguido de nome (cf. (12)-(13)):

- (12). «um destes últimos **é o nosso amável** colega Agenor de Carvoliva (...)»  
[19:Fic:Br:Barreto:Diário]
- (13). «(...) mas que **teve a sua grande** forma na novela de cavalaria, e nomeadamente na chamada «  
matéria de Bretanha (...)» [19Ac:Pt:Enc]

Diante de um item [+animado] (cf. (14)-(15)), a opção pelo uso de artigo regista valores percentuais muito baixos nos diferentes períodos cronológicos.

- (14). «(...) tenha ele as qualidades ou defeitos que tiver, **poderá ser o seu homem.** (...)»  
[18:Azevedo:Sogra]
- (15). «(...) **Era a sua menina**, era o seu enlevo, era a melhor e era a mais linda (...)»  
[19:Fic:Pt:Ribeiro:Escadas]

## 2.6. Considerações finais

O presente trabalho pretendeu determinar, com base na análise de um conjunto de dados compilados para o efeito, em que fase diacrónica e em que condições o PE optou pelo uso preferencial de artigo antes de possessivo pré-nominal. Assim, com base no tratamento quantitativo dos dados contendo os possessivos *seu/sua* e *nosso/nossa* retirados do [www.corpusdoportugues.org/](http://www.corpusdoportugues.org/), foi possível verificar que **é essencialmente a partir dos séculos XVIII e sobretudo no XIX que se assiste a um uso sistemático de artigo diante de possessivo em PE.** É também no século XX que no PB o uso de artigo no mesmo contexto passa a residual, sobretudo comparado com o que ainda se verificava na produção escrita do século XIX: **é, pois, na transição do século XIX para o XX que se regista uma muito acentuada mudança de paradigma no Brasil.**

Os valores de frequência de ausência de artigo no PB do século XX (cerca de 30%) são idênticos às frequências registadas em textos portugueses redigidos no século XV (menos de 40%), o que aproxima claramente o PB contemporâneo do português mais antigo.

O estudo empírico realizado permitiu corroborar que, antes de itens nominais que denotam relações de parentesco (*filho, mãe, pai*), há uma tendência para omitir artigo antes de possessivo tanto em PE como em PB, nos diferentes séculos analisados. Tal realidade pode ser justificada pelo carácter de ‘definitude’ destas

construções que dispensa, assim, o uso de definido.

Nos demais cotextos e, nomeadamente, quando o possessivo determina um nome que denota algo [-animado], é possível quer a presença, quer a ausência, de artigo definido, sendo a presença muito mais sensível no PE que no PB. Em trabalho posterior serão explorados os dados recolhidos, com o intuito de verificar que outros fatores (como, por exemplo, a função sintática do sintagma nominal com possessivo; a presença de uma determinada preposição) podem influenciar quer o emprego quer a omissão de artigo em PE e PB. Os dados quantitativos necessitam de ser validados através de análises qualitativas de novos materiais, para que assim se obtenha uma imagem mais fidedigna das mudanças linguísticas entrevistadas.

Em todo o caso, salienta-se

- (i) a notória **prevalência da ausência de artigo nos textos escritos dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII**,
- (ii) a **maior representatividade do uso de artigo** antes de possessivo no século XIX, seja em autores portugueses, seja em autores brasileiros,
- (iii) a alteração de paradigma no século XX, com sentidos inversos nos escritos de autores portugueses (com **domínio da presença de artigo**) e de autores brasileiros (com **domínio da ausência de artigo**).

Face aos dados analisados, torna-se legítimo considerar que o PE não deu continuidade ao português mais antigo, divergindo deste, e que o PB perpetua ou revitaliza o uso de [Ø] + possessivo, desde sempre existente na língua.

## 2.7. Bibliografia

- ARAÚJO, Aline Moreira de (2014) “A relação entre artigo definido e pronome possessivo pré-nominal no português brasileiro”. *Revista Inventário* (UFBA) 14, 23-34.
- BECHARA, Evanildo (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- BRITO, Ana Maria (2001) “Presença/ausência de artigo antes de possessivo em Português do Brasil”. Clara Nunes Correia & Anabela Gonçalves (Orgs.) *Textos selecionados do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, Colibri: 551-573.
- CASTILHO, Ataliba de (2010) *Nova Gramática do Português Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contexto.
- CASTRO, Ana (2006) “Possessivos e artigo definido expletivo em PE e PB”. *Veredas Online* 10 (1) <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo045.pdf>.
- COSTA, Iraneide (2002) “O uso de artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII – XVI”. Rosa Virgínia matos e silva & Américo Venâncio Lopes Machado Filho (Orgs.) *O Português Quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS: 283-306.
- CUNHA, Celso & Lindley F. cintra ([1984] 2005) *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (18ª edição). Lisboa: Editora Sá da Costa.
- MATEUS, Maria H. et *alli* (2003) *Gramática da língua portuguesa* (5ª edição revista e aumentada). Lisboa: Caminho.
- NEVES, Maria H. Moura (2011) *Gramática de usos do português* (2ª ed.). São Paulo: Editora Unesp.
- NEVES, Maria H. Moura (1993) “Possessivos”. Ataliba de castilho (Org.) *Gramática do Português Falado, vol. III*. Campinas: UNICAMP: 279-316.
- RAPOSO, Eduardo Paiva; Matilde MIGUEL (2013) “Introdução ao sintagma nominal”. Eduardo Paiva RAPOSO et al., *Gramática do Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 1: 703-734.
- RINKE, Esther (2010) “A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português”. *Estudos de Lingüística Galega* 2: 121-139.
- SAID ALL, M. (1964) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos: 95-98.
- SILVA, Giselle & Dinah Callou (1996) “O uso do artigo definido diante de possessivo”. Inês Duarte & Isabel Leiria (Orgs.) *Congresso Internacional sobre o Português* vol. III. Lisboa: Colibri/ Associação Portuguesa de Linguística: 115-125.

## Corpus

- Davies, Mark & Michael Ferreira (2006-) *Corpus do Português*: 45 million words, 1300s-1900s. Disponível online em: <http://www.corpusdoportugues.org>.

## **Cap. 3. Zuzana Greksakova: A negação dupla e pós-verbal no português brasileiro: origem e circunstâncias de ocorrência**

### **3.1. Introdução**

No português brasileiro não culto há três estratégias diferentes de negação frásica (PE) ou sentencial (PB). Este estudo visa avaliar as hipóteses sobre a origem do fenómeno da negação dupla e pós-verbal no português brasileiro e delimitar as circunstâncias em que ocorrem. Para tal, analisam-se dados extraídos do Corpus do Português, com o intuito de descortinar situações e contextos que dão preferência a diferentes estratégias de negação. No PE são escassas as ocorrências, mas a negação dupla e pós-verbal é frequente no português brasileiro não culto seja nos textos escritos, seja em contexto oral.

### **3.2. Negação dupla e pós-verbal: hipóteses sobre a sua origem**

São duas as hipóteses sobre a origem deste fenómeno: uma hipótese que associa a evolução da negação dupla e pós-verbal à mudança linguística, e outra à influência das línguas africanas. Alguns autores (cf. Santana & Nascimento 2011: 2) afirmam até que esta estratégia se encontra em textos do português europeu do século XVI.

#### **3.2.1. Dupla negação no PE antigo: indefinidos negativos**

Para podermos analisar como evoluiu a negação dupla e pós-verbal no português brasileiro, é importante verificar se este fenómeno já existia no latim ou no português europeu antigo. Martins (1994: 179-180) fala de “dupla negação” sempre que no latim clássico e vulgar se encontrava a coocorrência de marcadores negativos indefinidos com outros itens negativos. Enquanto no latim clássico (cf. (1)) esta coocorrência resultava em proposições afirmativas, no latim vulgar (cf. (2)) a interpretação era negativa.

- (1) latim clássico (Cícero): *Nemo non uidet.* (Toda a gente vê.) (Ernout e Thomas 1953: 154)

- (2) latim vulgar (Petrônio): *Neminem nihil [mulieribus] boni facere oportet.*  
(Ninguém deveria fazer[-lhes] nada [de] bom.) (Ernout e Thomas *ibid*)

Em fases mais recuadas, todos os negativos indefinidos coocorriam com marcadores de negação predicativa em posição pré- ou pós-verbal. Esta coocorrência da dupla negação era obrigatória no proto-romance, mas deixou de ocorrer nas línguas românicas mais inovadoras como o português moderno. Esta mudança na negação ocorreu em três fases (Martins 1994: 183):

- I. *Nenhum/nada/ninguém-não-V* (português antigo: os indefinidos como itens de polaridade fracos)  
↓
- II. *Nenhum/nada/ninguém-(não)-V* (português clássico: os indefinidos como itens de polaridade fracos e fortes)  
↓
- III. *Nenhum/nada/ninguém-V* (português moderno: os indefinidos como itens de polaridade fortes)

Segundo Martins (1994: 186), as classes de “itens de polaridade fracos” e de “itens de polaridade fortes” têm origem «na observação de que certos itens de polaridade impõem restrições mais fortes do que outros no que diz respeito ao tipo de contextos em que ocorrem. ... Basicamente, os itens de polaridade fortes são legitimados apenas em contextos negativos, enquanto os itens de polaridade fracos são legitimados não só em contextos negativos mas também no tipo que Bosque (1996) designa por modais (cfr. Ginnakido 1993, 1994) e que são aqueles em que, nos romances medievais, ocorrem sem valor negativo palavras como *nenhum, nada, ninguém*.»

Em nenhuma época, do português arcaico ao português moderno, ocorreu o fenômeno da negação dupla ou pós-verbal, com a forma e função com as quais existe no português brasileiro.

No Corpus do Português ([www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org)) encontramos apenas dois exemplos da dupla negação no português antigo:

- (3) “**Ò não troques não** o valor, de obrigações tam grandes, pello officio de hûas inuteis lagrimas, que sempre (com as memorias de que procedem) podes levar contigo.” (Francisco Manuel de Melo - Epanaphora política primeira, 1637) [16:FMMelo:Politica]
- (4) “Os deoses com vossa mão alagay aquella nao fazey **que não venha não** o quanto sangue troião que traz nela aquele mao.” (Garcia de Resende – Cancioneiro de Resende, 1516) [15:Resende:Cancioneiro]

A inexistência de negação dupla e pós-verbal no português europeu leva-nos a questionar como surgiu e evoluiu este fenómeno no PB<sup>11</sup>.

### 3.2.2. Estratégias de negação no português brasileiro não culto

No português brasileiro não culto é possível encontrar três estratégias diferentes de negação. Trata-se de:

- |                                   |                   |                    |
|-----------------------------------|-------------------|--------------------|
| (5) - negação canónica/pré-verbal | não + VERBO       | <i>não sei</i>     |
| - negação dupla                   | não + VERBO + não | <i>não sei não</i> |
| - negação pós-verbal              | VERBO + não       | <i>sei não</i>     |

Estas três estratégias não se limitam a frases declarativas, mas podem ocorrer também em frases imperativas e interrogativas, como mostram os exemplos (6-7) de Schwegler 1991: 190-191):

- (6) **Não** fale português!  
**Não** fale português **não**!  
Fale português **não**!
- (7) Ele **não** fala português?  
Ele **não** fala português **não**?  
Ele fala português **não**?

---

11. Por isso Marroquim 1996: 150 afirma: «Não se deve procurar na negativa dialectal influência da língua arcaica. É um fenómeno surgido dentro do quadro da nossa própria evolução linguística.»

Ainda que com valor semântico idêntico, as diferentes alternativas de (6) e de (7) não são sempre permutáveis, pois o uso de cada uma depende da pragmática do discurso, o que veremos mais tarde. As restrições existem também na área da sintaxe. Schwegler (1991: 195) é o primeiro a notar que a negação pós-verbal não ocorre nas frases subordinadas.

A negação frásica no PB apresenta estas cinco características (Schwegler 1991:210):

1. Uso de três estratégias da negação (pré-verbal, dupla e pós-verbal)
2. Uso das mesmas partículas em todas as estratégias
3. Ausência da ênfase na negação dupla e pós-verbal
4. Posição final na frase da negação pós-verbal
5. Deslocação do segundo elemento da negação dupla para a posição final nas frases complexas (Eu **não** vou se você estiver a fim de ir sozinho **não**)

Segundo Sousa (2011: 91), além do marcador negativo pré-verbal *não* na negação dupla há também uma variação *num* (*não/num...não*).

No português europeu, encontramos só a negação pré-verbal para exprimir negação não marcada, e esta é também a única estratégia de negação no português arcaico. Negação dupla usa-se só nas frases enfáticas em forma da resposta curta:

- (6) «- É a savelha, que não é igual.  
- Pois, **não** é, **não**.» [19Or:Pt:Cordial]

Observemos, então, como poderão ter surgido, no Brasil, as duas estratégias alheias ao português europeu.

### 3.3. Hipóteses sobre a origem da negação dupla e pós-verbal no PB

São duas as teorias que explicam a origem das diferentes estratégias de negação no português brasileiro não culto. Uma delas relaciona os fenómenos da negação dupla e pós-verbal com a teoria da variação e mudança, e defende que se trata de fenómenos de origem interna. A outra tenta mostrar que são de origem externa, ou seja, foram influenciados pelas línguas africanas durante o tempo da escravatura.

#### 3.3.1. Origem interna

Para a Teoria da Variação e Mudança, a língua é um sistema dinâmico. Olhada sob o ponto de vista sincrónico, a língua exhibe ao mesmo tempo traços regulares e estáveis e traços não muito estáveis. A negação frásica no português brasileiro é um destes traços. O português brasileiro, tal como outras línguas, apresenta várias estratégias de negação. Contudo, em línguas como francês ou inglês, havia no máximo duas estratégias num mesmo período.

O processo natural de mudança na negação é conhecido por “Ciclo de Jespersen”: nele o número de marcadores de negação frásico aumenta ou reduz. Jespersen descreveu o processo do seguinte modo:

«The history of negative expressions in various languages makes us witness the following curious fluctuation: the original negative adverb is first weakened, then found insufficient and therefore strengthened, generally through some additional word, and this in its turn may be felt as the negative proper and may then in course of time be subject to the same development as the original word.» (Jespersen 1917:4)

Aplicado ao fenómeno em estudo, o Ciclo de Jespersen pode ser assim representado:

(9) 1ª fase: NEG + VERBO	<i>não sei</i>
2ª fase: NEG + VERBO + NEG ENFÁTICA	<i>não sei (não)</i>
3ª fase: NEG + VERBO + NEG OBRIGATÓRIA	<i>não sei não</i>
4ª fase: VERBO + NEG	<i>sei não</i>

De acordo com Schwegler (1988: 27), trata-se de um movimento cíclico no qual, na segunda fase, o marcador enfático perde a sua função enfática e torna-se, na

terceira fase, um marcador negativo duplo ou descontínuo; no final da quarta fase, esse marcador passa a funcionar como o marcador negativo do predicado, uma vez eliminando o marcador antecedente.

Na fase três, perde-se a pausa entoacional entre a frase e o marcador pós-verbal (*não sei, não > não sei não*) devido à significativa frequência de uso (Schwegler 1988: 38-39). É interessante que em línguas como francês e inglês, os marcadores pré- e pós-verbal na fase 2 e 3 não são os mesmos. Contudo, no português brasileiro há uma repetição do mesmo marcador o que, devido à identidade fonética com o marcador pré-verbal, podia facilitar a inclusão no contorno entoacional da frase (Schwegler 1991: 209)

Para explicar as motivações deste movimento cíclico, defendem alguns que este tipo de inovações ocorre mais frequente e mais rapidamente em situações de instabilidade social (Eckert 1986, Posner 1985). Outros sustentam a hipótese de influência estratal (Tanase 1986). Schwegler (1988: 36) propõe uma causa múltipla para o ciclo de negação nas línguas indo-europeias, assumida a “Propensão psicolinguística universal para marcadores negativos enfáticos”

1. O uso frequente da ênfase resulta na expansão do traço semântico da negação para o elemento enfático.
2. A frequência do uso ou a nova função pragmática fazem com que o segundo marcador perca o seu valor enfático e se torne um marcador negativo simples.
3. As línguas têm tendência a eliminar a redundância e um dos marcadores é omitido.

A razão para uma nova estratégia da negação surge então da necessidade de um marcador de negação enfático. É comum encontrar este tipo da negação complementar em forma de “negative tag” no português europeu:

(10) “Pois, **não** é, **não**.” [19Or:Pt:Cordial]

Também é discutível se se trata de uma mudança em progresso (NEG1 > NEG2/3) ou não, tendo em conta a frequência do uso da negação dupla e pós-verbal. Schwenter (2006: 336) considera que a frequência da negação dupla nunca excede 20% e da negação pós-verbal 5% nas falas regionais (cf. dados da Tabela 1). O autor

não crê que no futuro ocorra uma mudança para a negação pós-verbal, até porque a negação dupla e pós-verbal têm distribuição e função pragmáticas diferentes da negação canônica (pré-verbal). Também para Sousa (2007: 26) não se trata de formas concorrentes, porque a negação canônica é dominante<sup>12</sup>. A autora suporta o seu ponto de vista com a análise de dados recolhidos, segundo os quais «os informantes mais jovens (crianças de 8 a 11 anos) mostram um desempenho que foge ao esperado em uma mudança em progresso, utilizando menos a variante inovadora que a faixa etária imediatamente superior.» (Sousa 2007: 43). Já para Furtado da Cunha (2007) as duas estratégias (negação dupla e pós-verbal) são mais comuns na fala dos jovens e raras no discurso escrito.

Diferente é a perspectiva de Furtado da Cunha (2007), que admite que a negação dupla e pós-verbal continue a ser usada num leque maior de contextos até se tornar completamente gramaticalizada. Em seu entender,

«The facts discussed so far support the trajectory of change implied in the synchronic variation of negation strategies in Brazilian Portuguese. First, the older, grammaticalized preverbal negative is the most frequent, both in speech and in writing. Second, both double and postverbal negatives are used in restricted contexts in speech; it is expected that these contexts will gradually extend as the negations are grammaticalized. Third, double as well as postverbal negatives are rare in written discourse. Fourth and finally, double and postverbal negatives are more frequent in the speech of younger speakers.» (Furtado da Cunha 2007: 1648).

Naro & Scherre (2007: 179) justificam a mudança em progresso à luz da Teoria da Variação. Segundo estes linguistas, «virtualmente todos os **traços, típicos e característicos do português popular actual do Brasil**, em especial os que os distinguem de outras variedades mais privilegiadas da mesma língua, **já estavam presentes na língua que aqui chegou com os próprios portugueses** ... não existe base empírica para sustentar a hipótese de que um conjunto significativo de características usuais no português brasileiro contemporâneo, especialmente no português brasileiro

---

12. Segundo Sousa (2007: 26) «a noção de mudança linguística para a Teoria da Variação pressupõe a ocorrência de competição entre formas que pode resultar no item inovador substituindo a forma canônica ou na especialização de uma das formas; aí ambas passam a coexistir, mas, agora, com funções diversas.»

popular, tenha origem em características das línguas africanas ou em quaisquer outras línguas que não o português próprio».

Naro & Scherre seguem o princípio da Navalha de Ockham segundo o qual não devem ser postuladas múltiplas causas sem necessidade. Se houver uma confluência de várias motivações com as mesmas consequências, prefere-se a teoria mais simples. Por isso, os autores rejeitam qualquer causa externa e atribuem todas as propriedades estruturais do português brasileiro às origens internas e genéticas. Consideram ainda que

«Se quaisquer elementos estruturais estranhos à gramática portuguesa entraram em algum momento histórico na fala brasileira, nenhum deles sobreviveu. O português brasileiro não é o português simplificado ou o português com a influência africana, é o português com as suas raízes originais, rurais e populares, transplantado para uma terra mais fértil e conseqüentemente com um desenvolvimento mais intenso.» (Naro & Scherre 2007: 186)

### **3.3.2 Origem externa**

Uma segunda hipótese sobre a origem da negação dupla e pós-verbal considera a influência de línguas africanas como uma possibilidade na evolução das estratégias da negação, não obstante a polémica existente quanto à dimensão desta influência externa.

O português brasileiro não culto exhibe várias características típicas das línguas crioulas e africanas como, por exemplo, a falta da concordância verbal e nominal, mas também exhibe traços, como o da negação dupla e pós-verbal, que podem ter uma origem ambígua.

Holm (1987), Guy (1989), Baxter (1992), Mello (1997), Lucchesi (2001), entre outros, apresentam argumentos a favor de mudanças de carácter crioulizante. O conceito de ‘transmissão linguística irregular’ (Lucchesi 2001: 123) designa, nas palavras de Baxter & Lucchesi 2009: 101, «os processos históricos de contacto maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas, entre os séculos XVI

e XIX, em decorrência da acção do colonialismo europeu na África, Ásia, América e Oceânia.» Guy (1989) considera que o português brasileiro não culto resulta de uma criouliização prévia seguida de um processo posterior de descriouliização, decorrente do prolongado contacto da variedade não culta com o português culto. Guy (1989: 236) argumenta que os escravos afro-brasileiros e os seus descendentes, ao aprender a língua-alvo, adquiriram primeiro os traços mais fáceis de serem aprendidos, ou seja, os traços mais salientes. Os traços menos salientes, no nosso caso os traços criouliizantes, como a negação dupla e pós-verbal, tornam-se marginais.

Assim, num processo de pidginização/criouliização<sup>13</sup> de tipo ‘leve’, a língua não passa por uma reestruturação profunda e independente da gramática. Na primeira fase a língua perde algumas estruturas gramaticais, mas na fase seguinte começa a recomposição destas estruturas e a maximização dos recursos disponíveis, como é o reforço do processo da negação com construções da negação dupla (Lucchesi 2001: 124)

As características criouliísticas do português brasileiro são bem visíveis nas variedades não cultas faladas pela maioria da população, que se caracteriza por uma grande diversidade sociolinguística. Tais características são também típicas das outras comunidades americanas que têm uma história linguística de pidginização e criouliização e uma história social de escravatura (Guy 1989: 227). De facto, o Brasil foi o país com o maior influxo dos escravos levados para a América, e os descendentes destes escravos formam a hoje a maioria dos falantes do português brasileiro não culto. Uma das razões pela qual nunca se desenvolveu uma língua crioula é o facto de o Brasil já ser habitado quando os portugueses a ele chegaram. Através do contacto com os índios que falavam a língua tupi, os portugueses aprenderam uma variedade desta língua, chamada ‘Língua Geral’, que era uma koiné influenciada pelo português. Assim, os escravos africanos, ao chegar ao Brasil, já aí encontraram uma língua que aprenderam como língua segunda, e que os seus descendentes passam a falar como língua materna. No século XVIII houve uma mudança para uma variedade

---

13. Os autores não fazem a distinção entre os processos de pidginização e de criouliização porque esta distinção «está na oposição entre aqueles que defendem que o processo de transmissão linguística irregular é regido por factores socioculturais e aqueles que defendem que este processo é fundamentalmente determinado por factores psicobiológicos.» (Lucchesi & Baxter 2009: 112)

não-crioulizada do português, o que impediu a criação de um crioulo. Contudo, há evidência de que o português crioulo era usado nas plantações do Nordeste do Brasil, uma vez que os escravos que nelas trabalhavam vieram das ilhas de São Tomé e Príncipe com o conhecimento de crioulos do Golfo da Guiné (Holm 1989:299-300).

As estratégias de negação dos quatro crioulos do Golfo da Guiné – o são-tomense (**na...fa ~na...fo**) e o angolar (**na...wa**) da Ilha de São Tomé, o principense (**...fa**) da Ilha do Príncipe e o fá d'Ambô (**na...f**) da Ilha de Ano Bom, têm em comum a negação dupla e pós-verbal (cf. (11)-(13)) (nestes, CP = Crioulo Português):

(11) São-tomense CP: I'ně **na** ka 'tlaba na'i **fa**  
eles **não** ASPECT trabalhar aqui **não**  
“Eles não trabalham aqui.” (Ferraz 1976:36, *apud* Holm 2004: 82)

(12) Angolar CP: **a na** ka 'bende 'kiki nge **wa**  
**não** PV vender peixe aqui **não**  
“Não se vende peixe aqui.” (Ferraz 1990: 44)

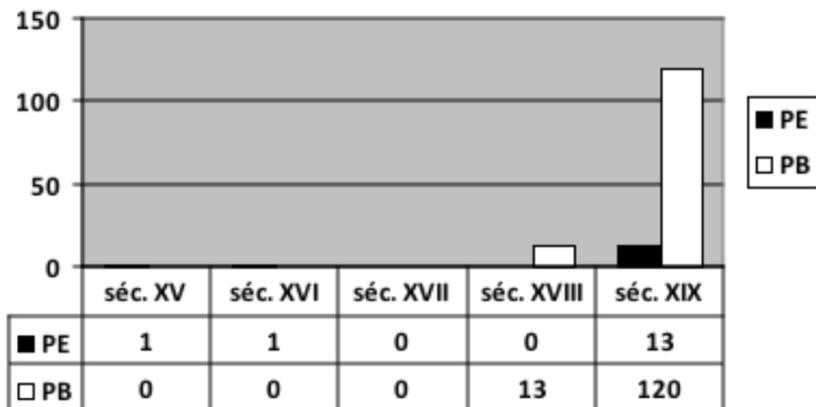
(13) Principense CP: zwã se'be lan'da **fa**  
João saber nadar **não**  
“João não sabe nadar.” (Ferraz 1979: 11)

Estas estratégias têm origem nas línguas africanas – nas línguas kwa (Holm 2004) ou nas línguas bantu ocidentais (Ferraz, 1979: 11 *apud* Mello 1997: 149).

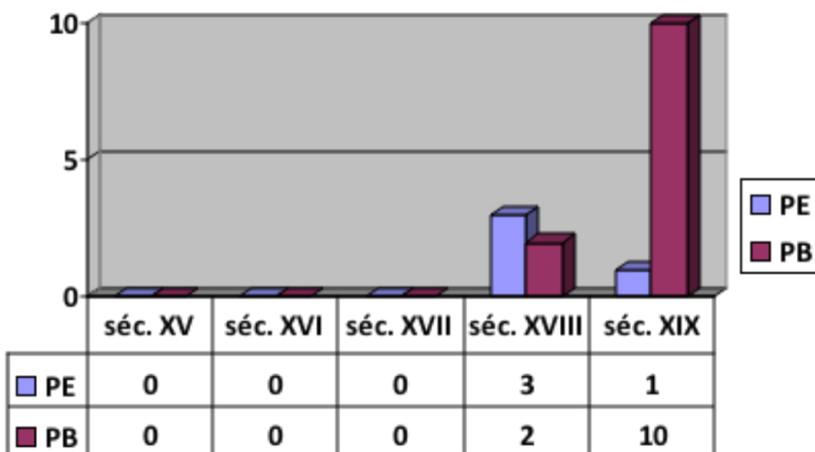
### 3.5. Análise empírica: metodologia de recolha do corpus

Neste trabalho analisamos os dados recolhidos no Corpus do Português, de Davies e Ferreira, disponível em [www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org). Limitámos o nosso *corpus* a ocorrências de negação dupla em forma de **não [verbo] não** e da negação pós-verbal em forma de **[verbo] não (...)**. Não considerámos os casos de *num [verbo] não* nem os casos de *não [sintagma verbal complexa] não*. O número total de ocorrências de negação dupla foi de 148 ocorrências em 58 verbos diferentes, e de negação pós-verbal foi de 16 ocorrências em 8 verbos diferentes. Para analisarmos

a frequência nas variedades portuguesas europeia a brasileira organizámos os dados segundo a procedência (portuguesa e brasileira) dos autores, segundo os séculos (cf. Gráficos 1 e 2) e o tipo de texto (cf. Gráfico 3).



Cap. 3. Gráfico 1: Número total de ocorrências da negação dupla no PE e no PB por séculos



Cap. 3. Gráfico 2: Número total de ocorrências da negação pós-verbal no PE e no PB por séculos

Relativamente à negação dupla, nos textos antigos portugueses dos séculos XV e XVI foram encontradas uma só ocorrência por século, e nenhuma ocorrência da negação pós-verbal. A negação pós-verbal só ocorre nos séculos XVIII e XIX.

### 3.6. Distribuição das estratégias de negação

Como já mencionado, é idêntico o valor semântico das três estratégias de negação no português brasileiro. O que as distingue é o valor pragmático e a distribuição do seu uso. Em regra, uma das estratégias é não-marcada e as demais são marcadas. A forma não-marcada, ou canónica, distingue-se das formas marcadas por três características: tem frequência mais elevada, a sua distribuição funcional é menos restritiva e a sua estrutura é menos complexa (Schwenter 2005).

Assim, é possível usar a negação canónica em qualquer contexto, mas a distribuição da negação dupla e pós-verbal é mais restrita: por exemplo, não se encontram estas estratégias em frases declarativas simples não-marcadas (Sousa 2011: 91).

A estratégia mais comum é a negação canónica, sendo mais frequente quanto menor é o isolamento da comunidade, ou a taxa de contacto linguístico é mais intensa.

A frequência do uso destas três estratégias já foi amplamente estudada nos dialectos de várias comunidades rurais, o que está atestado na Tabela 1<sup>14</sup>:

<b>Autor</b>	<b>não + VERBO</b>	<b>não + VERBO+ não</b>	<b>VERBO + não</b>	<b>Comunidade</b>
Roncarati (1996)	77%	18%	5%	Fortaleza
Camargos (2000)	70%	27%	3%	Belo Horizonte
Cavalcante (2009)	66%	28%	6%	Bahia
Santana/Nascimento (2011)	78%	20%	2%	Matinha

Cap. 3. Tabela 1. Presença de estratégias de negação em várias comunidades brasileiras

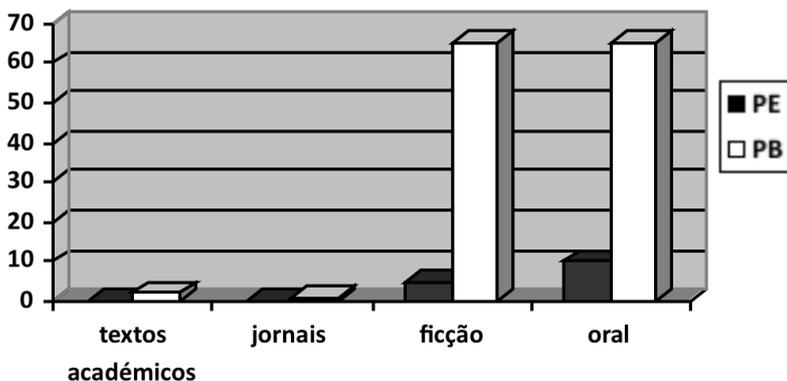
Furtado da Cunha (2001:8) ainda acrescenta que a ocorrência depende da modalidade discursivo-textual: todas as estratégias estão presentes na oralidade, mas nos textos escritos apenas se encontra a negação pré-verbal.

<sup>14</sup> Segundo Marroquim (1996: 148), na fala do Nordeste do Brasil «as negativas, no dialecto, vêm sempre duplicadas na frase, colocadas antes e depois do verbo». Mas são contraditórios os resultados da frequência de uso da negação dupla e pós-verbal no português brasileiro não culto em diferentes comunidades rurais (cf. Sousa, 2007; Furtado da Cunha, 2007).

A análise por nós efetuada no *Corpus do Português* permite constatar que a negação dupla e pós-verbal ocorrem também nos textos escritos de ficção (cf. Gráfico 3). Supomos que o número elevado da negação dupla na ficção tem a ver com o facto de os autores pretenderem uma representação fiel da linguagem oral dos falantes das áreas rurais.

(14) “De vez em quando encontro ele aqui pela beira do rio, todo esquisito. **Não** sei **não**, mas tem coisa dentro dele. Não quis falar mais daquilo...”  
[19:Fic:Br:Rego:Fogo]

(15) “ — **Num** grite **não** patroa. Grite **não**. O patrão está na várzea aqui pertinho. Pode ouvir.” [19:Fic:Br:Cavalcante:Inimigos]



Cap. 3. Gráfico 3: Distribuição da negação dupla no PE e no PB segundo o tipo de texto

A distribuição e a frequência de uso dependem também de restrições sintáticas, como o tipo de frase ou de verbo. Quanto ao tipo de frase, já observámos que todas as estratégias podem ocorrer em frases declarativas, interrogativas e imperativas.

No estudo que realizou, Cavalcante (2009: 253) considerou três possibilidades da ocorrência: (i) respostas a pergunta total, (ii) perguntas e (iii) não respostas, e verificou que a negação pré-verbal é preferida em não respostas enquanto a negação dupla e pós-verbal ocorrem principalmente em respostas e perguntas.

**Resposta a pergunta total:**

- (16) “ — Mas que teria sucedido, não sabes?  
— **Não** sei **não** senhor, porque vim me embora..” [18:Azevedo:Coruja]
- (17) “ — E não podes trazê-los?  
— Posso **não** .” [18:Cunha:Sertões]

**Pergunta:**

- (18) “(tem hora que) sai uma briga **não é não não** sai **não**?” [19Or:Br:LF:SP]

A segunda variável linguística é o tipo de oração. Cavalcante (2009) e Santana & Nascimento (2011) atestaram que a frequência do uso das estratégias de negação independe do facto de se tratar duma oração absoluta, principal, coordenada ou subordinada.

**Oração absoluta:**

- (19) “Com meus pés **não** vou **não**, mulher.” [18:Oliveira:Guidinha]
- (20) “Vi falar **não**.” [19:Fic:Br:Chiavento:Meninas]

**Oração principal:**

- (21) “...bilhete de loteria **não** tira **não** porque se tirar (...)” [19Or:Br:LF:Recf]
- (22) “Depois que eu aprendi isso eu nunca mais deixei passar **não**.”  
[19Or:Br:Intrv:Web]

**Oração coordenada:**

- (23) “...dizem que eu sou louco ((ri)) ((risos)) ((rindo)) mas **não** sou **não**”  
[19Or:Br:LF:Recf]
- (24) “...se não quer, tem que evitar, mas abortar **não**.” [19Ac:Br:Lac:Thes]

**Oração subordinada:**

- (25) “precisava de dentes muito mais fortes que eu acho que **não** havia **não**”  
[19Or:Br:LF:SP]

A investigação de Cavalcante (2009: 257) mostra que o único tipo de oração não atestado com negação dupla ou pós-verbal é a oração adverbial. (cf. Tabela 2). Aliás, a negação pós-verbal não foi documentada em nenhum tipo de oração subordinada. Orações matrizes, nomeadamente as absolutas, favorecem a ocorrência da negação dupla. Por outro lado, a negação pré-verbal ocorre sobretudo nas orações encaixadas.

TIPO DE ORAÇÃO	[NÃO VP]		[NÃO VP NÃO]		[VP NÃO]		TOTAL
	%	Pr.	%	Pr.	%	Pr.	
Absoluta	26	.27	37	.52	36	.89	118
Principal	69	.48	30	.53	1	.22	319
Coordenada assindética	60	.48	32	.53	7	.64	913
Coordenada sindética	66	.45	33	.58	1	.20	249
Substantiva	77	.60	23	.45	—	—	86
Adverbial	100	—	—	—	—	—	112
Causal / explicativa	85	.69	15	.33	—	—	154
Relativa	90	.81	10	.21	—	—	73

Nível de significância: .000 para [Não VP], .008 para [Não VP não], .005 para [VP não].

Cap. 3. Tabela 2: Tipo de oração e tipo de negativa frásica/sentencial (Cavalcante 2009: 257)

A terceira variável é o tipo de verbo. Santana & Nascimento (2011:12) consideraram três tipos de verbos que admitem negação dupla: os estativos, os cognitivos e os de acção/movimento/processo/evento. A negação dupla ocorre principalmente com os verbos de acção/movimento/processo/evento (25%) e com os estativos (21%):

Verbo de acção/movimento/processo/evento:

(26) “- eles **não** ligam **não** -” [19Or:Br:LF:Recf]

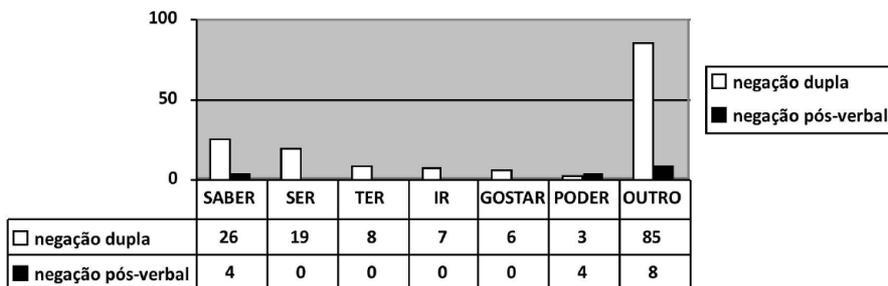
Verbo estativo:

(27) “- e esse negócio todo aí eu **não** gosto **não** -” [19Or:Br:LF:SP]

Verbo cognitivo:

(28) “**Não** sei **não**, minha Nhanhã, eu costumo tingir só vestidos e peças de roupa” [19:Fic:Br:Penna:Menina]

Na análise por nós efetuada do *Corpus do Português* (cf. Gráfico 4) foram abonados 58 verbos diferentes com construções da negação dupla e 8 verbos em construções de negação pós-verbal. O maior número de ocorrências (30) verificou-se com o verbo cognitivo SABER (26 com negação dupla e 4 com negação pós-verbal), seguido pelo verbo SER (19 ocorrências com negação dupla). Ocorrências com outros verbos situam-se entre um e oito. O número de ocorrências de negação dupla com os cinco verbos mais frequentes (66 ocorrências) representa quase metade (43%) do corpus total; a negação pós-verbal representa mesmo metade.



Cap. 3. Gráfico 4. Número total de ocorrências de negação dupla e pós-verbal com os verbos mais frequentes

Há também outras variáveis linguísticas, como o tipo de sujeito ou de complemento verbal e ainda variáveis sociais como a escolaridade, a faixa etária, o sexo, o uso da televisão, que não vamos aqui explorar.

### 3.7. Pragmática da negação sentencial

Schwegler (1991: 194) faz distinção entre a informação pragmática contida nas orações com negação pré-verbal e nas orações com negação dupla ou pós-verbal. Segundo o A., em orações declarativas a negação canônica (pré-verbal) estabelece simplesmente um facto sem nenhuma pressuposição, considerada por Givón (1984) como consubstancial da negação frásica. Contudo, a negação dupla ou pós-verbal sinaliza a contradição.

(29) “Quando estive no Rio, **não fui na praia.**” (Schwegler 1991:194)

(30) “Quando estive no Rio, **(não) fui na praia não.**” (Schwegler 1991:194)

A primeira frase não pressupõe nem nega uma afirmação ou uma suposição. Já a segunda frase pressupõe uma asserção afirmativa prévia e contradi-la. O autor também afirma que esta oposição parece ser enfática, mesmo que os falantes não notem nenhuma diferença em termos de significado. Contudo, o uso das estratégias da negação não é aleatório: os falantes percebem, ainda que num nível subconsciente, a diferença pragmática das três estratégias da negação.

Lima (2010) mostra (cf. exemplo seguinte) que nem todos os usos da negação dupla são pressuposicionais:

(31)“— ...Quería falar igual ao Pato Donald...Quería imitar ele falando, mas não dava certo.

— Nunca conseguiu?

— Nunca consegui. Não tinha jeito. Aí ficava frustrada...É, coisas assim, né? **Mas de livro, livro não gostava não.**” (Lima 2010: 26)

É por esta razão que Schwenter (2005: 1452) não usa o conceito da pressuposição na sua análise pragmática do uso da negação frásica, mas opta pela distinção entre o novo e o velho no discurso. Segundo o A., a negação pré-verbal pode negar qualquer situação que seja velha para o falante e/ou o ouvinte, mas nova para o discurso. A negação dupla requer uma proposição que seja activada por conteúdo velho para o discurso. A negação pós-verbal tem um uso mais restrito e pode negar só as proposições que sejam directamente activadas no discurso em progresso.

<b>Estratégia de negação</b>	<i>Novo no discurso</i>	<i>Dedutível</i>	<i>Directamente activado</i>
Negação pré-verbal	+	+	+
Negação dupla	-	+	+
Negação pós-verbal	-	-	+

Cap. 3. Tabela 3. negação no PB segundo a informatividade na proposição negada (Schwenter 2005: 1452)

### 3.8. Conclusão

Não é consensual a a origem das estratégias da negação no português brasileiro não culto. Se, na realidade, a negação está a passar pelo ‘ciclo de Jespersen’, será que a negação dupla e pós-verbal se vão tornar as estratégias mais proeminentes? Caso não, podemos então assumir que se trata da influência das línguas africanas?

De acordo com os dados por nós recolhidos, o uso da negação dupla é limitado ao domínio oral e à literatura que tenta representar a fala das pessoas, nomeadamente das comunidades rurais. O uso da negação pós-verbal é muito residual.

Além das variáveis sociais, a distribuição de estratégias de negação diferentes depende de variáveis linguísticas como o tipo de frase ou de verbo. Na análise só

considerámos a variável “tipo de verbo” e os resultados apontam para a existência de verbos (por exemplo, os verbos “saber”, “ser” ou “ter”) que dão preferência ao uso da negação dupla e pós-verbal face a outros. Por isso exemplos como “*não sei não*” ou “*sei não*” estão amplamente enraizados na fala rural do Brasil.

### 3.9. Bibliografia

- BAXTER, Alan N. (1992) “A contribuição das comunidades Afro-Brasileiras Isoladas para o Debate sobre a Crioulização Prêvia: um exemplo do Estado da Bahia.” Ernesto D’ANDRADE & Alain KIHM (Eds.) *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri: 7-35.
- CAMARGOS, Marcelo (2000) “A negativa: uma análise qualitativa”. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/LCA/clca03.htm>.
- CAVALCANTE, Rerisson (2009) “A negação sentencial”. Dante LUCCHESI; Alan BAXTER; Ilza RIBEIRO (Org.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA: 251-267.
- ECKERT, Gabriele (1986) *Sprachtypus und Geschichte: Untersuchung zum typologischen Wandel des Französischen*. Tübingen: Gunter Narr.
- ERNOUT, Alfred & François THOMAS (1953) *Syntaxe latine*. Paris: Klincksieck.
- FERRAZ, Luiz Ivens (1976) “The origin and development of four creoles in the Gulf of Guinea”. *African Studies* 35 (1): 33-38.
- FERRAZ, Luiz Ivens (1979) *The Creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- FERRAZ, Luiz Ivens (1990) “Uma avaliação linguística do Angolar”. *Papia* 1 (1): 38-46.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (2001) “O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação”. *D.E.L.T.A.* 17 (1): 1-30.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (2007) “Grammaticalization of the strategies of negation in Brazilian Portuguese”. *Journal of Pragmatics* 39: 1638-1653.
- GIVÓN, Talmy (1984) *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins.
- GUY, Gregory (1989) “On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese.” *Estudios sobre Español de América y Lingüística afroamericana*. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo: 227-245.
- HOLM, John (1987) “Creole influence on Popular Brazilian Portuguese”. Glenn GILBERT, *Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University of Hawaii: 406-429.
- HOLM, John (1989) *Pidgins and Creoles: Volume II. Reference Survey*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOLM, John (2004) *Languages in Contact: The Partial Restructuring of Vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JESPERSEN, Otto (1917) *Negation in English and other languages*. Copenhagen: A.F. Høst & søn.
- LIMA, Luana Santos de (2010) *A negação sentencial: uma abordagem pragmática*. Trabalho de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LUCCHESI, Dante (2001) “As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000)”. *D.E.L.T.A.* 17(1): 97-130.
- LUCCHESI, Dante; Alan BAXTER (2009) “A transmissão linguística irregular.” Dante LUCCHESI; Alan BAXTER; Ilza RIBEIRO (Org.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA: 101-124.
- MARROQUIM, Mário (1996) *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. Curitiba: HD Livros Editora.

- MARTINS, Ana Maria (1994) “Aspectos da Negação na História das Línguas Românicas”. In: Ivo CASTRO (Ed.) *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística: 170-209.
- MELLO, Heliana R. de (1997) *The genesis and development of Brazilian Vernacular Portuguese*. PhD. dissertation, City University of New York.
- NARO, Anthony Julius & Maria Marta Pereira SCHERRE (2007) *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- POSNER, Rebecca (1985) “Post-verbal Negation in Non-Standard French: a historical and comparative view”. *Romance Philology* 39: 170-197.
- RONCARATI, Cláudia (1996) “A negação no português falado”. Alzira Tavares de MACEDO; Cláudia RONCARATI; Maria C. MOLLICA (Eds.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 97-112.
- SANTANA, Jan Carlos Dias de & Priscila Brasileiro Silva do NASCIMENTO (2011) “A negação no português falado da Matinha/BA: um estudo sociolinguístico”. *Letra Magna* ano 07, n. 14. [www.letramagna.com]
- SCHWEGLER, Armin (1988) “Word-order changes in predicate negation strategies in Romance languages.” *Diachronica* V (1-2): 21-58.
- SCHWEGLER, Armin (1991) “Predicate negation in contemporary Brazilian Portuguese – a change in progress”. *Orbis* 34: 187-214.
- SCHWENTER, Scott A. (2005) “The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese.” *Lingua* 115: 1427-1456.
- SCHWENTER, Scott A. (2006) “Fine-Tuning Jespersen’s Cycle”. Betty J. BIRNER & Gregory WARD (Eds.) *Drawing the Boundaries of Meaning: Neo-Gricean Studies in Pragmatics and Semantics in Honor of Laurence R. Horn*. Amsterdam: Benjamins: 327–344.
- SOUSA, Liliana Teixeira de (2007) *Formas reduzidas de itens negativos no português brasileiro*. Tese de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-6YSJTW/formas\\_reduzidas\\_de\\_itens\\_negativos\\_no\\_portugu\\_s\\_brasileiro.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-6YSJTW/formas_reduzidas_de_itens_negativos_no_portugu_s_brasileiro.pdf?sequence=1).
- SOUSA, Liliana Teixeira de (2011) “Sentential negation in Brazilian Portuguese: pragmatics and syntax”. *JournalLIPP* 1: 89-104.
- SOUSA, Liliana Teixeira de (2018) “Sobre as origens da distinção entre negação de proposição e negação de evento no Português Brasileiro”. *Estudos de Linguística Galega, Número especial*: 123-138.
- TANASE, Eugène (1986) “Sur les origines de la négation à deux termes du français”. *Morphosyntaxe des langues romanes. Actes du XVIIe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes* (Aix-en-Provence 1983), vol. 4. Aix-en-Provence: Université de Provence: 579-589.

Corpus do Português ([www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org))

## Cap. 4. Ana Isabel Guerra: Colocação dos pronomes clíticos em português europeu e do Brasil. Diacronias da colocação de *SE*

### 4.1. Introdução

A colocação dos pronomes clíticos em português europeu (PE) tem sido objeto de numerosos estudos<sup>15</sup> por se tratar de um padrão que se afasta do predominante na maioria das restantes línguas românicas<sup>16</sup>, bem como no português do Brasil (PB)<sup>17</sup>, e pelo facto de o padrão de colocação dos pronomes clíticos em português ter sido alvo de mudança linguística ao longo da sua história.

Algumas perguntas se colocam desde já: será que em fases pretéritas da língua não era possível encontrar ênclise em contextos sintáticos que não aqueles em que o verbo assumia a posição inicial absoluta (V1)? Será que não se encontram ocorrências de próclise neste contexto V1, considerado categórico de ênclise? Quando é que o português deixou de usar predominantemente a colocação proclítica do pronome pessoal e passou a usar mais frequentemente a ênclise? Uma das preocupações do presente estudo será a de procurar encontrar evidências, na análise de um *corpus*, para a identificação do período em que a mudança do padrão de colocação dos pronomes clíticos começou a verificar-se e acabou por se impor definitivamente.

Outra questão a investigar neste estudo é a comparação entre o padrão de colocação de pronomes clíticos em PE e em PB, aspeto considerado diferenciador destas variedades do português. Todavia, sendo a posição proclítica também fundamental na variedade PE, devido aos diversos atratores de próclise existentes, será que se verifica, na realidade, uma situação tão diferenciada entre PE e PB? Quais

---

<sup>15</sup> Como os de: Duarte, Matos e Faria (1995), Galves, Brito e Sousa (2005), Galves (2003), Martins (2013), entre outros.

<sup>16</sup> Ilari (2013: 61) destaca essa diferença, afirmando: «Nas outras línguas românicas há também próclise e ênclise, mas essas posições são determinadas exclusivamente pelo modo do verbo (...)». Kato e Martins (2016) consideram que: «A distinct property of clitic placement in Portuguese, in comparison to other Romance languages, is its independence with respect to verbal morphology.»

<sup>17</sup> Duarte (2020: 2760): «A posição dos pronomes clíticos (...) é um dos fenómenos gramaticais mais frequentemente apontados na distinção entre o PB e o PE (...)». Kato e Martins (2016): «We have shown that the two main varieties of Portuguese [EP and BP] may radically diverge in word order as is the case with clitic placement.»

os contextos em que a posição relativa dos pronomes é mais proclítica em PB do que em PE? Poder-se-á então dizer que em PB não há qualquer situação em que a posição enclítica seja usada? E se há, em quais? Já em relação ao contexto sintático de verbo em posição inicial absoluta: quando é que o PB mudou e o PE continuou a manter a posição enclítica?

Tendo em conta as questões colocadas, o presente trabalho tem como principais objetivos: comprovar se no final do período ‘clássico’<sup>18</sup> se verificou realmente uma mudança a nível do padrão de colocação de pronomes clíticos da língua portuguesa; compreender quando as duas variedades do português em análise (PE e PB) se começaram a afastar quanto à colocação do pronome clítico em relação ao verbo; aferir os contextos em que se verificam diferenças na colocação dos clíticos e confirmar se a colocação dos clíticos nestas variedades diverge de forma tão marcada como os estudos fazem querer.

Na secção seguinte faz-se a descrição do estado da arte (4.2.); na secção 4.3. identifica-se o *corpus* e justificam-se os critérios usados na sua definição (4.3.1.), explica-se a metodologia de trabalho usada (4.3.2.), e, por fim, os resultados alcançados são apresentados e analisados (4.3.3.). A comparação entre os dados alcançados e os disponíveis em estudos anteriores é realizada na secção 4.4. No final, destaca-se o que de mais relevante se alcançou, suas limitações e necessidades de investigação futura.

## 4.2. Descrição do estado de arte

De acordo com Brito, Duarte e Matos (2003: 847-857), em PE moderno, a colocação dos pronomes clíticos **não se caracteriza por uma variação livre na maioria dos contextos, pois a sua colocação respeita restrições contextuais**. Assim, enquanto a ênclise (V-cl) é considerada o padrão básico, não marcado, a posição proclítica (cl-V) decorre da presença de determinadas unidades, os atratores de

---

<sup>18</sup> Ainda que os limites cronológicos e as designações atribuídas às diferentes fases da história do português nem sempre sejam coincidentes, ao longo do presente trabalho Português Clássico referir-se-á ao período localizado entre o século XVI e a primeira metade do século XVIII (com base em autores como Galves (2010), fazendo referência à proposta de Lindley Cintra, e Castro (2013)).

próclise ou proclisadores<sup>19</sup>, que precedem e dominam o hospedeiro verbal do clítico, no contexto sintático. Partindo da constatação de que «a posição proclítica é induzida por factores de natureza sintáctico-semântica ou prosódica» (Brito, Duarte e Matos, 2003: 850), as autoras formulam a seguinte regra de colocação dos pronomes clíticos em PE: «na ausência de atratores de próclise que c-comandem e precedam o clítico no mesmo sintagma entoacional, a ênclise é o padrão que se obtém» (Brito, Duarte e Matos, 2003: 853).

Da mesma forma, já Duarte, Matos e Faria (1995: 129) consideravam a ênclise como padrão não marcado em PE, salientando estar-se mesmo a assistir a um alargamento do uso da ênclise a contextos em que a próclise deveria ser usada: «(...) in contemporary European Portuguese, enclisis is not only the unmarked pattern for clitic placement but is also spreading to contexts where proclisis should be used».

Por outro lado, Galves (2003) considera que o padrão sintático básico de colocação de pronomes clíticos em PE é a próclise e que apenas de um ponto de vista fonológico a ênclise poderá ser entendida como padrão básico: «From the point of view of the analysis proposed here, the basic syntactic pattern is proclisis. It is from a phonological point of view that the basic pattern is enclitic». A autora relaciona o padrão de colocação em PE com a sua prosódia peculiar e conclui que a distribuição das posições proclítica e enclítica dependem da interação de requisitos fonológicos e restrições na computação sintática. Sintetiza o padrão da seguinte forma: «Be enclitic whenever you need (for phonological reasons) AND you can (for syntactic reasons)» ou, na nossa tradução, «Sê enclítico quando necessitares (por razões fonológicas) E puderes (por razões sintáticas)».

De um ponto de vista diacrónico, o padrão de colocação de pronomes clíticos é considerado como uma das características mais relevantes que mudaram ao longo da história da língua (cf. Galves e Lobo, 2009: 174: «A ordem dos clíticos é um dos fenômenos de variação e mudança mais salientes na história do português»).

No Português Clássico (séculos XVI-XVIII), a posição **enclítica**, diferentemente

---

<sup>19</sup> Para uma descrição dos atratores de próclise em PE contemporâneo consulte-se Martins (2013).

do que ocorre no PE contemporâneo, era considerada uma construção **marginal**, apenas categórica em condições muito específicas em que o verbo se encontrava em posição inicial absoluta na frase (V1). De acordo com Galves, Britto e Sousa (2005: 51), a ênclise, neste período, ocorria exclusivamente em V1 e a próclise era a opção em todos os outros contextos. O padrão enclítico surgia, então, em consonância com a Lei de Tobler-Mussafia, segundo a qual «as formas clíticas não podem ocupar a posição inicial absoluta na frase» (Brito, Duarte e Matos, 2003: 849). Os sintagmas pré-verbais, quando ocorriam em estruturas com ênclise, eram entendidos como externos à oração<sup>20</sup>.

Confrontadas com a percentagem superior de ênclise encontrada nos *Sermões* do Padre António Vieira (nascido em 1608), Galves (2003) e Galves, Britto e Sousa (2005) justificam que a sintaxe enclítica do autor não é um efeito de mudança de gramática, mas antes resulta de um efeito estilístico de oposição de termos, próprio do estilo da oratória barroca<sup>21</sup>.

No que diz respeito a contextos em que o verbo, hospedeiro do clítico, era antecedido por um sintagma pré-verbal, havia neste período da língua uma variação relativa, com predomínio da próclise. Em função dos dados analisados, Galves, Britto e Sousa (2005) propõem dois contextos de variação:

- (i) O primeiro contexto de variação (I), em que o sintagma à esquerda do verbo é classificado como sujeito, advérbio ou sintagma preposicional, apresenta, até ao último quarto do século XVII, percentagens de ênclise muito reduzidas<sup>22</sup>, configurando-se, assim, a próclise como opção preferida.
- (ii) Nos contextos de variação II, em que o verbo é antecedido por um conector de coordenação ou por uma oração dependente, a percentagem de ênclise é maior e com grande diversidade entre autores<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> As construções enclíticas precedidas por um constituinte são entendidas (cf. Galves, Britto e Sousa, 2005) como estruturas V1, sendo esse constituinte compreendido como elemento externo à oração.

<sup>21</sup> Percentagem de ênclise que contrasta com a da maioria dos restantes autores da época, e que, por vezes, é identificada como indiciando a viragem do Português Clássico para o Português Moderno.

<sup>22</sup> Percentagens de ênclise à volta de 10% ou menos, com exceção para M. da Costa (21%) e *Sermões* de Vieira (45%) (Galves, Britto e Sousa, 2005: 45).

<sup>23</sup> Percentagens de ênclise, entre os autores nascidos nos séculos XVI e XVII, variam entre os 22% e 80% após conector de coordenação e 0% e 88% após oração dependente (Galves, Britto e Sousa, 2005: 48-49).

### **Em ambos os contextos, a partir de 1700 a ênclise torna-se dominante.**

As referidas autoras correlacionam ainda a extensão da oração pré-verbal com a escolha da posição enclítica ou proclítica: quanto maior o tamanho da oração que precede o verbo, maior a possibilidade de funcionar como sintagma entoacional autónomo, logo o verbo surgiria em posição inicial e ocorreria a ênclise. Entre textos de autores nascidos nos séculos XVI-XVII, a frequência de ênclise revela-se superior quando o verbo é precedido por uma oração dependente com mais de 8 palavras fonológicas, aspeto que deixa de ter relevância após o século XVIII.

Segundo Galves (2003), o aumento da ênclise e o declínio da sensibilidade ao tamanho das orações pré-verbais em conjunto dão uma forte evidência de que, a partir do século XVIII, a ênclise deixara de ser governada pela Lei de Tobler-Mussafia e, conseqüentemente, deixara de ser um ‘fenómeno VI’. Assiste-se, então, à mudança do padrão de colocação dos pronomes clíticos quando a frequência de próclise decresce e a ênclise deixa de ser entendida como derivando apenas de estruturas VI. Galves, Britto e Sousa (2005) localizam essa mudança nos inícios do século XVIII.

O padrão de colocação de pronomes clíticos surge, como mencionado na introdução, como um dos traços mais relevantes na distinção entre as variedades do português: PE e PB<sup>24</sup>. De acordo com vários autores<sup>25</sup>, a próclise tornou-se, no PB, o padrão normal, usado em todos os contextos, mesmo naqueles que sempre foram, ao longo da história da língua portuguesa, categóricos de ênclise.

Morais e Ribeiro (2004: 24) chamam a atenção para os resultados alcançados em vários estudos quantitativos de análise de *corpora* que evidenciam que a próclise se tornou o padrão básico na gramática vernacular, mesmo de falantes escolarizados. Todavia, as mesmas autoras realçam a dificuldade em definir a evolução do padrão

---

<sup>24</sup> Galves e Lobo (2009: 181): «Como já é do conhecimento geral, a colocação pronominal é um dos aspectos gramaticais em que o português brasileiro coloquial moderno difere mais obviamente do português europeu moderno. Isso se deve ao fato de que, ao longo do tempo, o PE e o PB tomaram rumos opostos. Enquanto o primeiro se tornava mais enclítico, o segundo generalizava a próclise, estendendo-a, em particular, à posição inicial absoluta».

<sup>25</sup> Como Moraes e Ribeiro (2004), Galves e Lobo (2009), Carneiro e Galves (2010), Marquilhas (2013), entre outros.

em PB, devido ao grande afastamento entre a língua falada e a língua escrita desta variedade<sup>26</sup>, aspeto não encontrado em PE, em cujos autores oitocentistas a ênclise se encontra já estabelecida como padrão dominante. Esta variação no uso é também destacada por Carneiro e Galves (2010: 22-23) aquando da descrição da colocação dos pronomes clíticos da gramática do português brasileiro moderno: «Apesar de ser marcada por uma variação no uso, em particular na escrita, pode dizer-se que a gramática da colocação de clíticos no PB se caracteriza pela próclise generalizada em todos os contextos, inclusive aqueles em que a ênclise é obrigatória tanto em PCI [Português Clássico] quanto em PE, ou seja, nas orações VI – sempre enclíticas na história do português». Silva (2013) corrobora esta tendência do uso de clíticos em início absoluto de frase, no entanto, exclui dela os clíticos de acusativo *o(s)*, *a(s)*, que a aparecerem tendem a seguir a forma infinitiva do verbo<sup>27</sup>.

Silva (2013: 153) destaca ainda haver, no PB, um crescente número de ocorrências de ênclise em contextos sempre categóricos de próclise, mesmo no PE contemporâneo (como os contextos de negação e subordinação, referidos pela autora)<sup>28</sup>. Duarte (2020: 2763-2764) sustenta essa ideia com exemplos de ênclise em vários contextos com indutores de próclise, considerando tratar-se de uma «regra ‘mal assimilada’». Destaca, porém, que as ocorrências de ênclise nesses contextos se ligam essencialmente ao clítico SE nominativo. Conclui que, para além deste clítico particular e a ligação dos clíticos de acusativo, já acima referidos, que cliticizam ao verbo no infinitivo, a ênclise «é sentida muito formal» em PB<sup>29</sup>.

Assim, poder-se-á afirmar que o padrão de colocação em PB, no que aos

---

<sup>26</sup> Morais e Ribeiro (2004): «Nos textos de autores brasileiros, porém, é mais difícil traçar a evolução desse padrão, uma vez que existe um distanciamento profundo entre a língua falada e a língua escrita.»

<sup>27</sup> Silva (2013: 153) «No português do Brasil, existe ainda uma aceitação generalizada dos clíticos na primeira posição da oração (...), excetos os acusativos *o(s)*, *a(s)*; estes, com rara ocorrência na fala, encontram-se, contudo, em posição enclítica ao infinitivo, como na variedade europeia (...).» Exemplos da autora: «\* O vi no cinema.» e «Vamos vê-lo amanhã.»

<sup>28</sup> Silva (2013: 153): «Existe, no entanto, uma tendência crescente para a ênclise em contextos em que até em português europeu sempre se usou a próclise, em textos de estudantes ou de jornalistas. Esta tendência manifesta-se sobretudo nas orações subordinadas e nas negativas: / (4) a. O vestido que dei-lhe de presente ficou bom. / b. Despertei quando ligaram-me da escola. / c. Eu não disse-lhe que viesse!»

<sup>29</sup> Duarte (2020: 2764): «De modo geral, mesmo na escrita, a ênclise com outros clíticos que não o *se* nominativo e o clítico acusativo *o(s)*, *a(s)* junto ao infinitivo (cf. *para levá-lo*, *vou levá-lo*) é sentida como muito formal no português falado no Brasil.»

pronomes clíticos diz respeito, é essencialmente proclítico, podendo, contudo, identificar-se uma variação entre a posição enclítica e a proclítica, especialmente na língua escrita, devido ao «(...) distanciamento entre a forma da gramática da língua falada e a forma da gramática da língua escrita, principalmente a dos textos mais formais (...)» (Morais e Ribeiro 2004: 22).

### 4.3. Análise de dados

#### 4.3.1. Corpus

Tendo em conta os objetivos do trabalho, foi necessário definir um *corpus* que possibilitasse a recolha de dados relevantes para as questões em estudo. Optou-se por uma base de dados que permitisse não só o acesso a textos de vários séculos, mas também representativos do PB e do PE, nos séculos mais recentes (especificamente nos séculos XIX e XX<sup>30</sup>). Foi escolhido o Corpus do Português (45 milhões de palavras dos séculos 1300-1900), [www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org), de Mark Davies e Michael J. Ferreira.

A escolha do universo de clíticos a analisar recaiu em *SE*, por várias ordens de razão:

- (i) Por se tratar de um clítico com diversos valores (*SE* anafórico, *SE* impessoal, *SE* decausativo; cf. Ribeiro, 2011<sup>31</sup>), o que desde logo alargava o leque de estruturas passíveis de serem analisadas.
- (ii) O facto de, segundo Galves, Britto e Sousa (2005: 47-48), antes de século XVIII, a ênclise se encontrar fortemente correlacionada com uso de *SE*, favorecimento que deixa de existir após o século XVIII em que a ênclise surge como opção preferida para qualquer tipo de clítico.

---

<sup>30</sup> Enquanto no século XX as ocorrências de PE e PB se encontram separadas, para o século XIX foi necessário separar as ocorrências totais de acordo com a origem e a vida dos autores dos textos.

<sup>31</sup> Dependendo do verbo a que se liga e do contexto em que aparece, *SE* pode surgir como *SE* anafórico, quer em estruturas reflexas (O rapaz associou-se ao protesto dos jovens.), quer em estruturas recíprocas (O Pedro e o Paulo saudaram-se amigavelmente.); como *SE* impessoal, quer em estruturas de sujeito indeterminado (Procedeu-se à atribuição de prémios.), quer em estruturas passivas de *SE* (Os bolos comeram-se ainda antes do jantar.); e como *SE* decausativo, em estruturas decausativas (O vidro partiu-se com a tempestade.) (classificação e exemplos da autora).

Selecionado o pronome clítico, foi necessário delimitar os verbos a analisar. Os verbos selecionados funcionam como possível hospedeiro verbal do pronome clítico *SE*, nomeadamente no seu uso impessoal e/ou passivo. Outros usos, como o anafórico ou o decausativo, não estão excluídos<sup>32</sup>, mas os primeiros revelam-se empiricamente mais abundantes e estruturalmente menos restritivos que os demais. Foram escolhidos verbos representativos de diferentes frequências<sup>33</sup>, sendo as seguintes as sete unidades verbais selecionadas:

Verbo	pesquisar	ofender	alugar	vender	ouvir	ver	dizer
Frequência do lema	76	272	329	2 597	6 448	23 316	39 890

Cap. 4. Tabela 1 – Verbos selecionados ordenados por frequência de lema

Na fase seguinte, procedeu-se à recolha, na base de dados, das diferentes formas de cada verbo nas duas posições do clítico em estudo:

- (i) enclítica (*[V] se*) e
- (ii) proclítica (*se [V]*).

Tendo-se verificado que nem todas as ocorrências de pronomes clíticos, em posição enclítica, estavam representadas na recolha, designadamente aquelas em que *SE* se liga ao verbo com um hífen, realizou-se uma nova pesquisa com seis formas<sup>34</sup> de cada verbo.

Devido ao grande número de ocorrências em determinados contextos, foi necessário selecionar apenas parte do total de ocorrências. Assim, selecionaram-se cem ocorrências de forma aleatória sempre que estas eram superiores a cem; quando superiores a mil, foram selecionadas dez por cento das ocorrências totais. Porém, em alguns contextos de ênclise foi necessário analisar um maior número de ocorrências de forma a encontrar pelo menos um caso a analisar, pelo que foram sendo selecionadas cem consecutivamente, razão pela qual o corpus selecionado para a posição enclítica se aproxima mais do total de ocorrências na base de dados do que o corpus selecionado de próclise.

<sup>32</sup> A distribuição de ênclise, próclise e mesóclise em PE não é sensível aos diferentes estatutos funcionais que o pronome clítico pode assumir (cf. Duarte, Matos e Faria 1995: 132-134), pelo que se torna desnecessário diferenciar o corpus em função dos mesmos e respetivas construções.

<sup>33</sup> Frequências do lema de acordo com Corlex: [http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica\\_de\\_corpus/projecto\\_lmcp.php](http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_lmcp.php).

<sup>34</sup> No presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo, na 3ª pessoa singular e plural. Por exemplo, no caso do verbo *dizer*: *diz-se*, *dizem-se*, *dizia-se*, *diziam-se*, *disse-se*, *disseram-se*.

### 4.3.2. Metodologia

A recolha efetuada implicou a eliminação de todos os exemplos em que *SE* não correspondia a um pronome pessoal átono, como, por exemplo, os contextos em que *SE* é uma conjunção de subordinação condicional («**pesquisando se** alguém lhe seguia o rasto») (18: Silva: Mocidade)).

Em seguida, eliminaram-se todos os contextos sintáticos categóricos quer de próclise, quer de ênclise.

**Os contextos categóricos de próclise** eliminados da análise, ou seja, aqueles em que existem proclisadores (sublinhados nos exemplos), cuja presença, ao longo da história da língua portuguesa, sempre induziu próclise<sup>35</sup>, são os seguintes:

- (i) Orações negativas (cf. (1) e (2)).
- (ii) Orações subordinadas (cf. (3) e (4)).
- (iii) Presença de determinados advérbios (cf. (5) e (6)).
- (iv) Presença de determinados quantificadores (cf. (7) e (8)).
- (v) Em «construções apresentativas iniciadas por um constituinte ligado discursivamente [tipicamente constituintes locativos e dêicticos demonstrativos]» (Brito, Duarte e Matos, 2003: 856) (cf. (9) e (10)).
- (vi) Presença de preposições indutoras de próclise<sup>36</sup> (cf. (11) e (12)).

- (1) «E verdadeiramente nunca **se ouvira** mais devota e ardentemente pregar da Virgem gloriosa que ao dicto Bernardinho.» (15:FlosSanct)
- (2) «— Olhe, senhor pároco, disse a S. Joaneira, não **se ofenda** com o que lhe vou dizer, mas eu já lhe queria como filho...» (18:Queirós:Crime)
- (3) «(...) foi este hum dia de mayores lastimas, e lagrimas, que **se vio** em Espanha ha muytos annos» (16:FMMelo:Política)
- (4) «Apeou-se Manuel Canho a uma loja, onde **se vendiam** fazendas, chá, rapé e quinquilharias» (18:Alencar:Gaúcho)
- (5) «E bem **se viu** quanto mais naturais são pera eles que pera nós, pois em tam poucos dias» (15:Barros:Asia1)

---

<sup>35</sup> Cf. Brito, Mateus e Matos, 2003: 853-857; Galves, Britto e Sousa, 2005; Galves 2003.

<sup>36</sup> Este contexto foi acrescentado aos indicados nas referidas obras, por se considerar que a presença de determinadas preposições induz igualmente a próclise.

- (6) «O silêncio era o do sepulcro: só **se ouvia** o respirar incerto e descompassado do enfermo.» (18:Garrett:Viagens)
- (7) «Tudo **se vende** no grande mercado deste mundo, menos juízo, o que falta a muita gente» (18:Pereira:Máximas)
- (8) «exemplifica-se o processo neurótico de alguém **se ver** de fora, comprazendo-se na apreciação distanciada da sua própria situação» (19Or:Pt:Intrv:Web)
- (9) «Aqui **se vende** uma carregaçao de livros gregos para Tomás de Sousa, que nos dizem estuda esta (...)» (16:Brochado:Cartas)
- (10) «Alli **se vê** tambem do lado opposto A Diva, que do Espumeo Mar nascêra, (...)» (18:Vanconcelos:Zargueida)
- (11) «Resultado: terem de **se vender** dois campos, quase pegados ali à quinta, para pagar a dívida» (19:Fic:Pt:Figueiredo:Gata)
- (12)«(...) sipaio traduziu as ordens do secretário e os negros soltaram gritos festivos por **se verem** livres de trabalhos e regressarem às aldeias» (19:Fic:Pt:Soromenho:Terra)

No caso da **posição enclítica**, foram excluídos todos os contextos sintáticos em que o verbo se encontra em posição inicial absoluta da frase (V1):

- (13)«**Diz-se** ainda inremysyvel per pryvaçom, por que nom ha a congruencia (...)» (14:DDuarte:Conselheiro)
- (14)«**Viam-se** os santos assar e comer e não os via ninguém enfraquecer (...)» (15:Lucena:SFXavier)
- (15)«**Viu-se** o mesmo naquelas prudentes mulheres da Pérsia, que vendo seus maridos fugir (...)» (16:Andrada:Casamento)
- (16)«Quem me dera já vê-la! **Diz-se** que era uma vez Trafaria, lugar coberto de areia, onde andando eu (...)» (17:Oliveira:Cartas)
- (17)«**Ouvia-se** ranger o carvão sobre o papel de Holanda» (18:Azevedo:Condessa)
- (18)«**Vê-se** que este povo não é o que muita gente pensa» (19:Fic:Br:Morais:Igaraunas)

Definido o corpus, procedeu-se à determinação dos contextos sintáticos em que podem surgir ênclise e próclise, em variação, tendo em conta a colocação do verbo na frase:

- (i) Em construções coordenadas imediatamente após conector de coordenação (Coord V1) (cf. (19)).

(ii) Precedido de constituintes pré-verbais, seja um sujeito pré-verbal e/ou outro(s) sintagma(s) ( $V>1^{37}$ ) (cf. (20)).

(iii) Em construções coordenadas com constituinte(s) entre o conector de coordenação e a sua posição (Coord  $V>1$ ) (cf. (21)).

(19) «Mas a penas saíndo ao campo, descobrirão a marinha, e se ouviu distinto o ruído das agoas, quãdo reconhecêdoas (...)» (16:FMMelo:Política)

(20)«ho sol se diz elle mesmo xpisto» (14:SantaMaria:Evangelhos)

(21)«Ajuntou o Reya gente, que pode, e em tres batalhas se vio favorecido da fortuna.» (17:Mealhada:PH2)

Em seguida identificaram-se os constituintes à esquerda do verbo. Nas ocorrências analisadas, estes são dos seguintes tipos: sintagma nominal com função de sujeito (cf. (20)), sintagma preposicional (cf. (21)), sintagma adverbial (cf. (22)) e oração dependente (cf. (23)).

(22)«Agora se vende Portugall doado, que tantas cabeças e sangue custou a gaanhar quando foi filhado aos mouros (...)» (14:Lopes:Fernando)

(23) «Chegada a caravela, se viu uma rara maravilha (...)» (17:Consciencia:Academia)

Os dados recolhidos encontram-se esquematizados na seguinte tabela:

Século Corpus		XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX		XX		Total
							PE	PB	PE	PB	
Ênclise	<b>Total</b>	60	193	578	325	219	3267	1852	1168	7662	
	<b>Selecionado</b>	60	193	578	325	219	1890	966	841	5072	
	<b>Excluído</b>	60	183	546	277	168	1337	591	533	3695	
	<b>V1</b>	0	3	12	36	24	106	137	123	137	578
	<b>A analisar</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>27</b>	<b>157</b>	<b>153</b>	<b>252</b>	<b>171</b>	<b>799</b>
Próclise	<b>Total</b>	127	797	1818	1641	1311	2342	1758	1305	11099	
	<b>Selecionado</b>	127	235	376	385	277	821	406	366	2993	
	<b>Excluído</b>	42	24	84	119	52	109	59	71	560	
	<b>V1</b>	1	1	0	0	0	0	0	2	4	
	<b>c/Proclisadores</b>	80	159	270	239	205	696	342	262	2253	
<b>A analisar</b>	<b>4</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>31</b>	<b>146</b>	

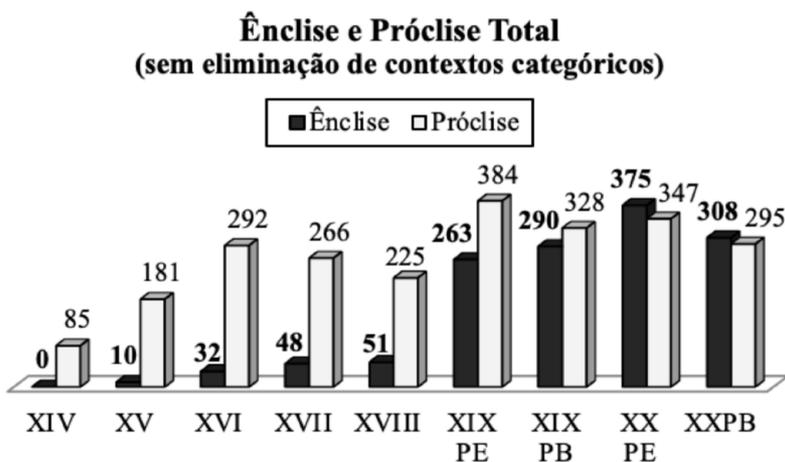
Cap. 4. Tabela 2 – Corpus obtido e a analisar

<sup>37</sup> Dado surgirem algumas ocorrências em que o verbo é antecedido por mais do que um constituinte pré-verbal, logo ocupando a terceira posição na frase (V3), optou-se por usar  $V>1$  para os contextos sintáticos com qualquer número de constituinte(s) à esquerda do verbo, sejam os casos mais comuns em que apenas um constituinte se encontra à esquerda do verbo (V2), sejam também os referidos (V3). O mesmo critério foi usado para a definição do contexto sintático Coord  $V>1$ .

### 4.3.3. Resultados alcançados

Considerando as ocorrências totais de ênclise e de próclise ao longo dos séculos, sem a eliminação dos contextos categóricos, identifica-se uma mudança, especialmente notória, após o século XVIII, em que a ênclise se aproxima da próclise, chegando mesmo a ser-lhe ligeiramente superior, no século XX.

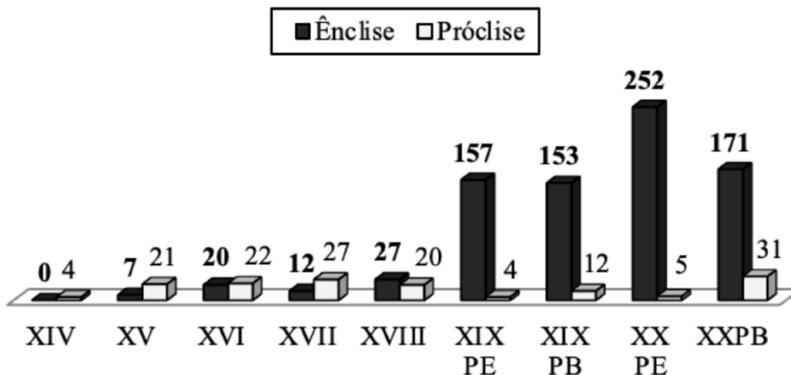
Um ligeiro declínio da próclise e aumento da ênclise, mesmo que não muito acentuados, é verificado a partir do século XVI até ao século XVIII, o que faz ponderar se não estaria já em curso a mudança, ainda que não estivesse completa.



Cap. 4. Gráfico 1 – Ocorrências totais de ênclise e próclise ao longo dos séculos (sem eliminação de contextos categóricos)

Passando à análise dos contextos de variação, e uma vez eliminados os contextos categóricos de ênclise e de próclise, novamente se verifica grande mudança após o século XVIII, pois há uma inversão do padrão de colocação de pronomes em contextos de não impositividade: a próclise decresce (ainda que no PB seja maior do que em PE e que no século XX no PB seja superior aos séculos anteriores), passando a ênclise a dominar. No século XVIII, verifica-se já essa inversão ainda que de forma muito pouco significativa.

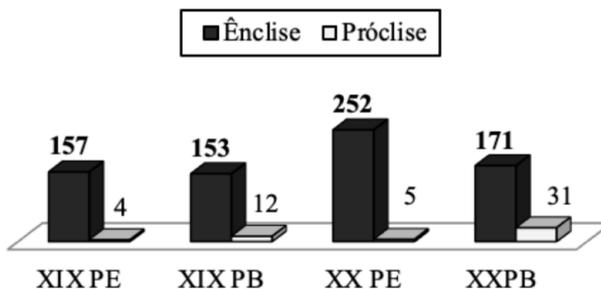
### Ênclise e Próclise ao longo dos séculos (em contextos de variação)



Cap. 4. Gráfico 2. Ênclise e Próclise ao longo dos séculos (em contextos de variação)

Nos séculos XIX e XX, comparando as variedades PB e PE, verifica-se uma maior diferença entre próclise e ênclise em PE, do que em PB, ainda que nesta última variedade ela seja igualmente significativa.

### Ênclise e Próclise nos séc. XIX-XX: PE & PB (em contextos de variação)



Cap. 4. Gráfico 3. Ocorrências de Ênclise e de Próclise nos séculos XIX-XX, nas variedades PE e PB (em contextos de variação)

#### 4.4. Discussão dos resultados

Sem contraditar as propostas de Galves (2010) sobre a evolução das diferentes ‘gramáticas’ da língua portuguesa ao longo dos séculos, os dados novos aqui recenseados obrigam a algumas modalizações.

A mudança de padrão após o século XVIII é deveras evidente nos dados analisados: a próclise, que até então imperava, e a ênclise, identificada como uma construção marcada, invertem posições por completo, tornando-se a ênclise o padrão dominante.

Os dados analisados permitem identificar algumas diferenças na relação ênclise / próclise do Português Médio (período localizado por Galves, Namiuti e Sousa (2006) entre a segunda metade do século XIV e o século XVIII): nos **séculos XIV e XV a posição proclítica** surge, sem dúvida, como **dominante** (são apenas 7 as ocorrências de ênclise no século XV); entre os **séculos XVI e XVIII** parece confirmar-se uma maior **variação** das duas possíveis posições nos contextos não categóricos, pois a ênclise já regista um número de ocorrências ligeiramente superior no século XVIII (27 face a 20 de próclise).

Apesar de Galves, Britto e Sousa (2005)<sup>38</sup> e Galves (2003)<sup>39</sup> considerarem que em fases mais recuadas da língua, nomeadamente antes do século XVIII, a **ênclise era categórica** quando o verbo surgia em posição inicial absoluta da frase (V1), obedecendo à Lei de Tobler-Mussafia; foi possível encontrar no *corpus* analisado (cf. (24)-(25)) **ocorrências de próclise em contextos sintáticos de V1**, especificamente nos dois primeiros séculos analisados (XIV e XV), o que parece comprovar o predomínio da colocação proclítica na época:

(24)«Cõ ysto forõ contentes os de hũa cidade e da outra. **se vyo** cõ el rey dõ

---

<sup>38</sup> Ao analisarem textos de 20 autores nascidos entre 1542 e 1836, Galves, Britto e Sousa (2005: 39) afirmam que: “Our empirical arguments and structural analysis sustain that in texts up to the 18th century, enclisis is strictly a Verb-first phenomenon (...)”

<sup>39</sup> Galves (2003: 2) afirma: “The striking fact about CIP [Classical Portuguese, the language written in Portugal between the 15th and the 18th century] is that, in contrast with EP [Modern European Portuguese], only when the verb is in absolute position is enclisis categorical.”

Afonso de Portugal e doutras cousas que fez Acabadas as cortes,  
foysse el rey pera Cidade Rodrigo» (13: CIPM:CGEspP)

(25) «(...) como huã seja mais graue doença. **se diz** auerse auido com mays  
misericordia» (14:SantaMaria:Evangelhos)

Tal situação volta a encontrar-se em duas ocorrências do século XX, no PB:

(26)«Um asno tombou pela metade levando o onagro que Azougue montava. **Se ouviu** gritaria envolvendo a floresta de vozes que nunca, talvez, tenha  
ouvido» (19:Fic:Br:Novaes:Mao)

(27)«(...) D. Evangelina já tinha começado a se recolher. **Se vendo** mais à  
vontade, Duda falou para a preta sem levantar os olhos do livro (...)»  
(19:Fic:Br:Cavalcante:Inimigos)

Estas ocorrências poderiam igualmente ser explicadas pelo facto de se considerar haver um predomínio de próclise em PB, por contraste com o que ocorre em PE. Contudo, há que ter em atenção que, no *corpus* analisado, **a ênclise continua a sobrepor-se à próclise em contextos sintáticos não categóricos, ou seja, em contextos de variação**, mesmo na variedade do PB.

Observando a Tabela 3, relativa aos séculos XIX e XX, verifica-se não haver diferenças percentuais muito significativas entre PB e PE, seja em relação à próclise seja em relação à ênclise.

No entanto, regista-se uma certa discrepância entre a situação do século XIX e a do século XX. Enquanto no século XIX as percentagens de ênclise e próclise apresentam grande proximidade (ênclise de 97,5% no PE e de 92,7% no PB; próclise de 2,5% no PE e de 7,3% no PB), no século XX verifica-se claro crescimento da próclise no PB (15,3% vs. 1,9% no PE) e um número relativamente maior de ocorrências de ênclise no PE (98,1% em PE vs. apenas 84,7% no PB). Tal alteração espelha uma mudança já então verificada na língua falada, num registo mais informal, e amplamente documentada no presente; todavia, o *corpus* analisado, predominantemente escrito e formal, não possibilita a identificação dessa mudança, mas apenas de uma tendência oposta no português de além e de aquém atlântico.

		XIX PE	XIX PB	XX PE	XX PB
<b>Ocorrências</b>	<b>Ênclise</b>	157	153	252	171
	<b>Próclise</b>	4	12	5	31
	<b>Total</b>	161	165	257	202
<b>Porcentagem</b>	<b>Ênclise</b>	97,5%	92,7%	98,1%	84,7%
	<b>Próclise</b>	2,5%	7,3%	1,9%	15,3%

Cap. 4. Tabela 3. Ênclise e próclise no PB e no PE (séculos XIX e XX): ocorrências e porcentagens relativas.

Ao longo dos séculos foi possível encontrar uma colocação variável (quer enclítica, quer proclítica), nos mesmos contextos sintáticos, por vezes até no mesmo autor, o que comprova a variação existente no mesmo século (cf. (28) e (29)) e na mesma obra (cf. (30) e (31)).

(28)«(...) eles cometeram a praia e, indo já perto dela, **vêm-se** vir demandar de duas embarcações de ladrões bem esquipadas com o remo em punho.» (15:Lucena:SFXavier)

(29)«E, disparando grande copia de instrumentos que estavam a ponto, **se ouviam** grandes vozes que diziam: (...)» (15:Trancoso:Proveito)

(30)«Entristiceu o Pay, **vendeu-se** obrigado por força do voto, a sacrificar a filha, e em sinal de (...)» (17:Mealhada:PH2)

(31)«Finalmente havendo passado algumas razões de huma, e outra parte, **se ouvio** Oraculo do Ceo, que declarou; que Job nauella disputa em tudo fallou com (...)» (17:Mealhada:PH2)

A escrita do Padre António Vieira, tão escrutinada na literatura da especialidade (cf. Galves, Britto e Sousa, 2005), revela-se muito esclarecedora. No *corpus* analisado, foram encontradas, em contextos sintáticos similares, seis ocorrências em ênclise e cinco em próclise. Em consonância com a conclusão das autoras, de que a ênclise em Vieira resulta de uma intenção estilística de destacar os termos em oposição, verificou-se que em cinco das seis ocorrências enclíticas do pronome ocorre, precisamente, um contraste entre termos:

(32) «O certo é que em Lisboa **ouvem-se** os repiques, e no exército **sentem-se** as feridas e **experimentam-se** as faltas» (16:Vieira:Cartas)

- (33)«A mesma luz e a mesma candeia ao longe **vê-se**, ao perto alumeia»  
(16:Vieira:Futuro)
- (34)«As pégadas estão manifestas e **vêm-se**; as raízes estão escondidas, e não se vêem: e assim tem Deus (...)» (16:Vieira:Sermons)

Todavia, numa das ocorrências em que há ênclise, não se verifica essa oposição de termos: nas *Cartas*<sup>40</sup>, a ênclise surge nos mesmos contextos sintáticos que a próclise, sem necessitar da presença de um sintagma contrastante:

- (35)«O enviado de França **diz-se**, sem pedir segredo, que tivera em dois correios cartas (...)» (16:Vieira:Cartas)
- (36)«Ao residente **se ouviu** dizer que os consulentes deste negócio haviam de ter algum perigo ou trabalho, e (...)» (16:Vieira:Cartas)
- (37)«Nos jogos de descarte pelo descarte **se vê** claramente quão seguro tem na mão o triumpho quem ha-de vencer.» (16:Vieira:Sermons)

Relembrando os contextos de variação apontados por Galves, Britto e Sousa (2005), de acordo com os quais a ênclise é mais frequente, até ao século XVIII, quando à esquerda do verbo se encontra uma oração ou um conector de coordenação (contextos de variação II), e não um sujeito, advérbio ou sintagma preposicional (contextos de variação I); foi possível, no entanto, encontrar, no *corpus* estudado, ocorrências de **ênclise quer nos contextos de variação I (cf. (41)-(42)), quer nos contextos de variação II (cf. (38) a (40))**:

- (38)«Mas aquelle meczquinho **veendo se** assi confuso nom deu honra a Deos nem ao seu servo (...)» (15:FlosSanct) [Sujeito]
- (39) «Outros, a que chamam iogues e os gregos antigamente chamaram gimnosofistas, **vendem-se** por homens castos, não se obrigando nunca ao matrimónio (...)» (15:Lucena:SFXavier) [Sujeito (com modificador)]

---

<sup>40</sup> Galves, Britto e Sousa (2005: 56-57, 64) consideram existir um contraste entre as obras de Vieira Sermões e Cartas, ambas representativas do Português Clássico, mas pertencentes a estilos diferentes: em Sermões, obra ao estilo da oratória barroca, a ênclise, em percentagens superiores à de outros autores contemporâneos, surge essencialmente em contextos contrastivos; já em Cartas verifica-se um número mais reduzido de ocorrências de ênclise, consistentes com o de outros autores da época, e sem oposição de termos.

- (40)«Pella menhã disserão se algumas missas na nao, confessey me, **veyo me** avizo que se vião (...) (16:Sarzedas:Diario)» [sintagma preposicional]
- (41)«(...) tornou à viagem e eles cometeram a praia e, indo já perto dela, vêem-se vir demandar de duas embarcações de ladrões bem equipadas com o remo em punho.» (15:Lucena:SFXavier) [oração]
- (42)«Aberta a sucessao, **viu-se** que era nomeado nela Lopo Vaz de Sampaio, capitao de Cochim.» (16:Sousa:Anais) [oração]

A impossibilidade de se verificarem pormenorizadamente as percentagens relativas de ênclise e próclise em cada um dos contextos de variação propostos pelas autoras, não permite, por agora, apresentar afirmações categóricas acerca do assunto.

#### 4.5. Considerações finais

O presente estudo teve por objetivo procurar identificar em que período da história da língua portuguesa se assistiu à mudança de padrão de colocação dos pronomes clíticos e procurar encontrar similaridades e / ou disparidades entre as variedades do português PE e PB nos séculos XIX e XX.

No que diz respeito à mudança do padrão de colocação dos pronomes clíticos no período estudado, verificou-se, pela análise do *corpus*, que **o predomínio da posição proclítica em contextos de variação** (eliminados os contextos categóricos de ambas as posições) **muda significativamente após o século XVIII**, período denominado por Galves (2010) Português Moderno, sendo necessário distinguir, a partir do século XIX, entre o português europeu e o português do Brasil. No período anterior é possível encontrar diferentes tendências. **Nos séculos XIV e XV observa-se um grande predomínio da posição proclítica em contextos de variação**, com ocorrências muito escassas de ênclise, e entre o século XVI e XVII parece haver uma **aproximação maior do uso de próclise e de ênclise em contextos de variação**. No **século XVIII** verifica-se já um **ligeiro predomínio da ênclise nos contextos de variação**, indiciando a mudança prestes a ocorrer: afirmação da ênclise como posição dominante, em detrimento da posição proclítica.

Na comparação do PB e do PE, averiguou-se uma diferença entre os séculos XIX e XX. No século XIX os dados comprovam uma maior aproximação entre as duas variedades do que no século XX, em que se confirma uma tendência contrária entre PB e PE: enquanto em PE a ênclise parece consolidar o seu predomínio, em PB assiste-se a um ligeiro crescimento de próclise e a uma menor percentagem de ênclise. A tendência reconhecida em PB é também corroborada pela presença de ocorrências, mesmo que de apenas duas, de próclise em contexto categórico de ênclise (V1), aspeto também identificado nos séculos XIV e XV, quando a próclise era o padrão de colocação predominante. Ainda que não se tenha identificado a predominância da posição proclítica, no *corpus* estudado, recolhido essencialmente de fontes escritas e formais, a tendência reconhecida, no PB do século XX, vai ao encontro do uso generalizado da próclise na língua falada do Brasil, mesmo por falantes escolarizados (cf. Castilho 2010), com variação na língua escrita, que se distancia de sobremaneira da língua falada.

Não desconsiderando as conclusões alcançadas pelo presente estudo, este beneficiaria de uma análise mais detalhada e aprofundada dos dados recolhidos. A análise do tipo de constituintes à esquerda do verbo mais comum na ênclise e na próclise pode ser um dos caminhos a tomar numa investigação futura, bem como a tentativa de correlacionar a extensão dos constituintes pré-verbais com a posição selecionada. O acesso a dados orais contemporâneos do PB e do PE possibilitaria, por certo, uma melhor aferição de características diferenciadoras do português brasileiro e do português europeu.

## 4.6. Bibliografia

- ANTONELLI, André Luís (2007) *O clítico SE e a variação ênclise/próclise do Português Médio ao Português Europeu Moderno*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269036>>.
- BECHARA, Evanildo (1988) *Lições de Português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Padrão – Livraria Editora [14ª edição revista].
- BECHARA, Evanildo (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna [37ª edição revista e ampliada].
- BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês e MATOS, Gabriela (2003) Tipologia e distribuição de expressões nominais. M. H. M. MATEUS *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho: 847-867.
- CARNEIRO, Zenaide e GALVES, Charlotte (2010) “Variação e Gramática: Colocação de clíticos na história do português brasileiro”. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte 18 (2): 7-38.
- CARVALHO, Maria José (2010) “Sintaxe e Pragmática dos clíticos no português medieval”. *Matraga*, Rio de Janeiro 17 (26): 113-131.
- CASTILHO, Ataliba de (2010) *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.
- CASTRO, Ivo (2013) “Formação da língua portuguesa”. Eduardo P. RAPOSO *et al.* (orgs.) *Gramática do Português*, Volume I. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian: 7-14.
- CYRINO, Sonia e JOANILHO, Mariângela (2006) “Para a história do português brasileiro: mudança e memória”. *Língua e Instrumentos Lingüísticos* 16: 57-71.
- DUARTE, M. Eugênia L. (2020) “Aspectos contrastivos entre o português do Brasil e o português europeu”. Eduardo P. RAPOSO *et al.* (orgs.) *Gramática do Português*, Volume III. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian: 2735-2779.
- DUARTE, Eugênia; KATO, Mary A. e BARBOSA, Pilar (2001) “Sujeitos Indeterminados em PE e PB”. *Colóquio Apresentado no II Congresso Internacional da ABRALIN* (13 a 16 de março) Fortaleza. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6490>>.
- DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela e FARIA, Isabel (1995) “Specificity of European Portuguese Clitics in Romance”. Isabel Hub FARIA e Maria João FREITAS (eds.) *Studies on the Acquisition of Portuguese*. Lisboa: Edições Colibri / APL: 129-154.
- GALVES, Charlotte (2003) *Clitic-placement in the History of Portuguese and the Syntax-Phonology Interface*. Ms., Unicamp. Disponível em: <[http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/e1/GALVES\\_C-Fase1c.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/e1/GALVES_C-Fase1c.pdf)>.
- GALVES, Charlotte (2010) “Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio”. Tânia LOBO, Zenaide CARNEIRO, Silvana RIBEIRO, Juliana SOLEDADE, Ariadne ALMEIDA (orgs.) *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA: 74-88. Disponível em: <[http://www.tycho.iel.unicamp.br/static/papers/files/GALVES\\_C-2010.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/static/papers/files/GALVES_C-2010.pdf)>.
- GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena e SOUSA, Maria Clara Paixão de (2005) “The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus”. *Journal of Portuguese Linguistics*, 4: 39-67. Disponível em: <[file:///C:/Users/anais/Downloads/166-375-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/anais/Downloads/166-375-1-SM%20(1).pdf)>.
- GALVES, Charlotte e LOBO, Tânia (2009) “Ordem dos clíticos”. Tânia LOBO e K. OLIVEIRA (orgs.) *África à vista: Dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA: 174-207. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/48/pdf/lobo-9788523208882-06.pdf>>.
- GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane e SOUSA, Maria Clara Paixão (2006) “Novas perspectivas

- para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa”. A. ENDRUSCHAT, R. KEMMLER e B. SCHAFFER-PRIEB (orgs.) *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag. Disponível em: [https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/gnps\\_2006.pdf](https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/gnps_2006.pdf) >.
- ILARI, Rodolfo (2013) “O português no contexto das línguas românicas”. Eduardo P. RAPOSO *et al.* (orgs.) *Gramática do Português*, Volume I. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian: 49-66.
- KATO, Mary A. e MARTINS, Ana Maria (2016) “European Portuguese and Brazilian Portuguese: an overview in word order”. Leo WETZELS, Sergio MENUZZI e João COSTA (eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell: 15-40. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31197/1/Martins2016a.pdf>.
- MARQUILHAS, Rita (2013) “Fenómenos de mudança na história do português”. Eduardo P. RAPOSO *et al.* (orgs.) *Gramática do Português*, Volume I. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian: 17-45.
- MARTINS, Ana Maria (2013) “A posição dos pronomes pessoais clíticos”. Eduardo P. RAPOSO *et al.* (orgs.) *Gramática do Português*, Volume II. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian, pp. 2231-2302.
- MORAIS, Maria Aparecida e RIBEIRO, Ilza (2004) “Colocação dos Clíticos em Português Europeu e Brasileiro”. *Revista Linha D'Água* 17: 22-41. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37261/39982> >.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2011) *Gramática de usos do português*. 2ª edição atualizada (conforme o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa). São Paulo: Editora Unesp.
- RIBEIRO, Sílvia (2011) *Estruturas com SE anafórico, impessoal e decausativo em português*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (2008) *O Português Arcaico: uma aproximação. Volume II – Sintaxe e Fonologia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (2013) “O português do Brasil”. Eduardo P. RAPOSO *et al.* (orgs.) *Gramática do Português*, Volume I. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian: 145-154.

## Cap. 5. Zhang Yunfeng: Desde quando e em que condições o PB usa *ELE* e *LHE* com valor acusativo?

### 5.1. Introdução

No presente trabalho analisa-se o funcionamento do clítico *lhe* no quadro da reorganização do quadro pronominal do PBV: trata-se de um pronome prototipicamente com valor dativo que desempenha função de complemento indireto (CI), mas que, no PBV, acumula valor acusativo para representar o complemento direto (CD). Além disso, os pronomes tónicos *ele(s)/ela(s)* são licenciados no PB para ocupar também o lugar de CD, sem serem antecidos da preposição, repetindo o CD.

O uso supostamente inovador de formas *lhe/ele* ganha atenção nos estudos linguísticos (cf. Ramos 1999; Lucas 2008; Araújo & Carvalho 2015). No entanto, tanto quanto é do nosso conhecimento, foi pouco estudada a origem do ponto de vista diacrónico do uso do clítico *lhe* com valor acusativo, admitindo-se que o uso das formas *lhe/ele* com função acusativa já tem raízes antigas no português arcaico.

O presente trabalho pretende, com base no Corpus do Português (disponível em [www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org)) averiguar desde quando se usam as formas *lhe/ele* com valor acusativo e em que condições estas preenchem o lugar de CD.

#### 5.1.1. Metodologia e corpus

A seleção do *corpus* do presente trabalho baseia-se no Corpus do Português de Mark Davies e Michael J. Ferreira ([www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org)), que permite o acesso a textos de várias épocas (séc. XIV-XX) e das variedades europeia e brasileira da língua portuguesa.

Para observar o comportamento de *lhe* selecionaram-se os quatro verbos mais frequentes registados no CORLEX<sup>41</sup>, a saber (valores de frequência do lema): *ver* (23.316), *encontrar* (12.785), *conhecer* (8.329) e *ouvir* (6.448), e quatro verbos menos

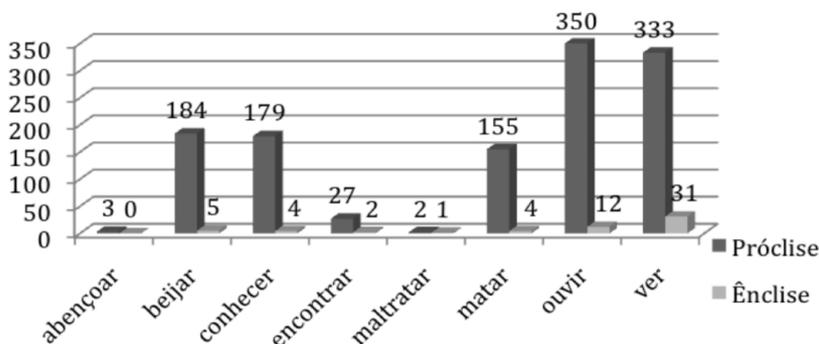
---

<sup>41</sup> *Corpus Léxico Multifuncional Computorizado do Português Contemporâneo*, disponível em [http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica\\_de\\_corpus/projecto\\_lmcp.php](http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_lmcp.php).

frequentes: *matar* (2.249), *beijar* (586), *maltratar* (119) e *abençoar* (110). Todos os verbos são [+dinâmico] e [+tético].

Num primeiro momento foram analisadas mil entradas aleatórias com ocorrências de *lhe* [v] e [v] *lhe* com o clítico *lhe* em posição de CD.

Os resultados revelam uma absoluta vantagem da próclise (95,43%) na colocação do clítico *lhe* (no PE e PB) em relação à ênclise (cf. gráfico seguinte).



Cap. 5. Gráfico 1: Colocação do clítico *lhe* (PE séc. XIV-XX e PB séc. XVIII-XX).

Com efeito, este Gráfico revela uma clara ascendência da próclise (95,4%) de *lhe* (no PE e PB). No total, a ênclise ocupa apenas 4,6%. Para a ênclise dos verbos *abençoar*, *beijar*, *conhecer*, *encontrar*, *maltratar* e *matar*, a frequência registada é até inferior a cinco ocorrências. Como na esmagadora maioria dos casos (95,4%), o clítico *lhe* se encontra à esquerda dos verbos em causa, exclui-se a ênclise neste estudo.

Aquando da seleção dos dados empíricos excluíram-se exemplos como «Ouvi ele dizer: fui ludibriado» (19:Fic:Br:Rey:Crimes), porque nestes casos o *ele* ocupa a função de sujeito lógico do verbo *dizer*, embora gramaticalmente se comporte como CD do verbo *ouvir*. Esta situação ocorre principalmente com os verbos *ver* e *ouvir* (tanto com *lhe* como com *ele*), o que poderá explicar a baixa frequência destes dois verbos nos dados recolhidos. Por isso no presente trabalho analisam-se apenas casos em que as formas *lhe* e *ele* ocupam a função de CD lógico e simultaneamente gramatical do verbo (cf. Mateus *et al.*, 2006: 285).

## 5.2. Quadro de pronomes na gramática do PB

### 5.2.1. O quadro tradicional de pronomes do PB

Em relação ao sistema pronominal definem-se, na gramática tradicional, formas específicas para as funções de sujeito, complemento direto e complemento indireto, como se observa no quadro seguinte.

		Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos não reflexivos	
			Átonos	Tônicos
Singular	1ª pessoa	eu	me	mim, comigo
	2ª pessoa	tu	te	ti, contigo
	3ª pessoa	ele, ela	o, a, lhe	ele, ela
Plural	1ª pessoa	nós	nos	nós, connosco
	2ª pessoa	vós	vos	vós, convosco
	3ª pessoa	eles, elas	os, as, lhes	eles, elas

Cap. 5. Quadro 1: Sistema pronominal (Cunha & Cintra [1984] 2000:279)

Neste quadro observa-se que os pronomes retos se distanciam dos oblíquos em função dos papéis sintáticos que desempenham: aos retos, cabe geralmente a função de sujeito, e aos oblíquos a função de complementos (direto e indireto). Para a primeira e a segunda pessoas, os itens pronominais *me*, *te*, *nos*, *vos* podem ocupar funções tanto de CD quanto de CI; para a terceira pessoa as formas *o*, *os*, *a*, *as* funcionam como CD e *lhe*, *lhes* como CI.

### 5.2.2 Reorganização do sistema pronominal no PB

Há autores, por exemplo Ramos (1999: 6-11), que apontam para um certo distanciamento no sistema pronominal entre o quadro pronominal do português brasileiro culto e formal e o do PB vernacular, sendo uma das questões mais discutidas o valor acusativo do clítico *lhe* (Araújo & Carvalho 2015: 65-67).

Observam-se, nesta secção, e desde logo no quadro seguinte, as mudanças centrais do sistema pronominal no PB ao longo dos anos mais recentes.

		Formas pronominais com função de sujeito	Formas pronominais com função de CD	
			Átonas	Tônicas
Singular	1ª pessoa	eu	me	mim
	2ª pessoa	tu, você	te, lhe	você
	3ª pessoa	ele/ela	lhe	ele/ela
Plural	1ª pessoa	nós, a gente	nos	nós, a gente
	2ª pessoa	vocês	lhes	vocês
	3ª pessoa	eles/elas	lhes	eles/elas

Cap. 5. Quadro 2: Reorganização do quadro pronominal do PB (cf. Arruda, 2006: 38, adaptado)

Neste quadro observa-se a substituição da forma tradicional *nós* pelo uso da forma *a gente*, que poderá desempenhar funções de sujeito, CD, e até CI quando se encontra preposicionada.

Quanto à segunda pessoa, a maior parte dos falantes brasileiros recorre a *você*. A perda da oposição *tu/você*<sup>42</sup> (intimidade-cortesia) provocou alterações nas formas que se comportam como CD e CI: *você* e *a gente* podem exercer funções sintáticas do sujeito, CD e/ou CI. Nota-se, no novo quadro pronominal, a presença do clítico *lhe* para a segunda pessoa, que corresponde ao caso oblíquo de *você*, possivelmente por razões de concordância: o uso da forma *você* como sujeito da segunda pessoa faz com que o verbo se conjugue na terceira pessoa, constituindo assim contexto favorável à subida do clítico *lhe* da terceira para a segunda pessoa. O uso do clítico *lhe* para a segunda pessoa também se revela possível no PE contemporâneo, correspondendo às formas de tratamento de cortesia *você*, *o senhor* e *a senhora*.

Também as formas átonas com função de CD (*o*, *a*, *os* e *as*) caem, de formal geral, em desuso no PBV. Apresentam-se então duas alternativas:

- (i) a forma átona *lhe* passa a acumular a dupla função (CD e CI) em algumas variedades do PB;
- (ii) as formas tônicas *ele(s)/ela(s)* são usadas como CD, sem serem antecedidas de preposição, como uma forma repetida do CD.

São estas duas alternativas supostamente inovadoras que estão em causa do presente trabalho.

<sup>42</sup> Ainda se encontra a distinção *tu-você* (intimidade-cortesia) em algumas regiões do Brasil, questão abordada na secção posterior.

### 5.2.2.1. Pronome clítico *lhe* com valor [±acusativo]

A aceitabilidade do uso do clítico *lhe* com valor acusativo na norma culta no PB ainda é muito discutível. Neves (2000: 454) esclarece que as «construções com o pronome LHE funcionando como complemento de verbos que se constroem com objeto direto não são aceitas como de norma culta», oferecendo um exemplo:

- (i) Cruzaram-se, olá como vai você, nunca mais lhe vi, que fim levou... (Idem, *ibidem*)

Apesar disto, este uso do clítico *lhe* como CD já se revela popular em, pelo menos, algumas variedades do PB. Ramos (1999: 85-87) analisou a forma dativa *lhe* em variedades do PB da região nordeste do Brasil, e identificou três comportamentos distintos em relação ao uso de *lhe* como acusativo no português brasileiro:

«Gramática A – generalizou *você* como forma de tratamento universal, porém manteve o uso canônico do *lhe* (a forma é usada como dativo) e introduziu a forma *te* para acompanhar *você* nas situações de intimidade e informalidade. Esta gramática corresponde ao eixo Rio-São Paulo.

Gramática B – generalizou *você* como forma de tratamento universal e substituiu o *te* (acusativo ou dativo) pelo *lhe*. Assim, o *lhe* tanto pode ser dativo quanto acusativo. Esta gramática inclui áreas do Nordeste: Maceió, Recife, Salvador, João Pessoa.

Gramática C – manteve a distinção *tu-você* (intimidade-cortesia), porém a referência direta ao ouvinte numa situação de respeito/cortesia favoreceu a ocorrência do *lhe* como acusativo de *você*, *senhor/senhora*, um fenômeno [...] conhecido como leísmo de cortesia. Entretanto, ao lado desse uso mais freqüente, esta gramática ainda registra o uso canônico do *lhe* e, ao contrário do eixo Rio-São Paulo, usa o *te* para acompanhar o pronome *tu*. Esta gramática inclui a região Norte e o Estado do Maranhão.» (Ramos: 1999, 85-87)

Observa-se, assim, que a situação também não é uniforme em todo o Brasil:

- (ii) não se usa o clítico *lhe* com valor acusativo na Gramática A;
- (iii) na Gramática B *te* (acusativo e dativo) é substituído pelo clítico *lhe* (acusativo e dativo).
- (iv) nas Gramáticas B e C, o clítico *lhe* alarga o seu domínio e passa a desempenhar função acusativa, mantendo ao mesmo tempo a sua função canônica (dativa).
- (v) Na gramática C, que ainda mantém a distinção *tu-você*, o clítico *lhe* (acusativo e dativo) entra em competição com *te* (acusativo e dativo)

### 5.2.2.2. Formas tónicas *ele(s)/ela(s)* com valor acusativo

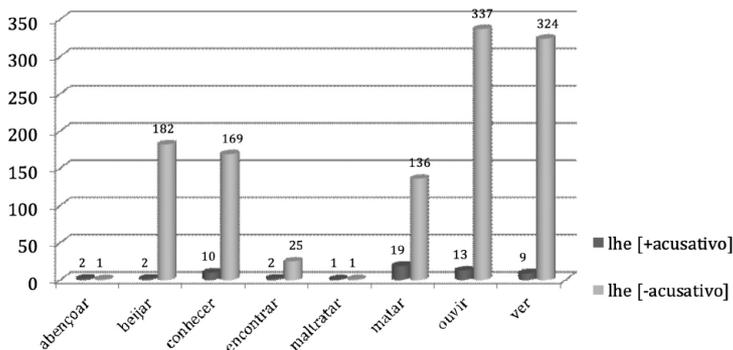
Cunha & Cintra ([1984] 2000: 290-291) consideram que as formas tónicas *ele(s)/ela(s)* são vistas como «equivocos e incorreções» quando utilizadas em função de CD, sendo características da «fala vulgar e familiar do Brasil». No entanto, as construções deste tipo já têm raízes antigas no português europeu, uma vez que já eram encontradas em escritos portugueses dos séculos XIII e XIV.

Neste estudo excluem-se as construções em que os pronomes *ele(s)/ela(s)* funcionam de forma «legítima» como CD, e que são assim elencadas por Cunha & Cintra ([1984] 2000: 290-291):

- a) Quando, antecedido da preposição *a*, repete o CD enunciado pela forma normal átona *o, a, os, as* (i.e. frase 2);
  - b) Quando precedido das palavras *todo* ou *só* (i.e. frase 3):
- (2) Temia-a, a ela, à mulher que o guiava. (Guimarães Rosa, *PE*, 160)
  - (3) Conheço bem todos eles. (Herberto Sales, *DBFM*, 150)»

### 5.3. Valores de *lhe*

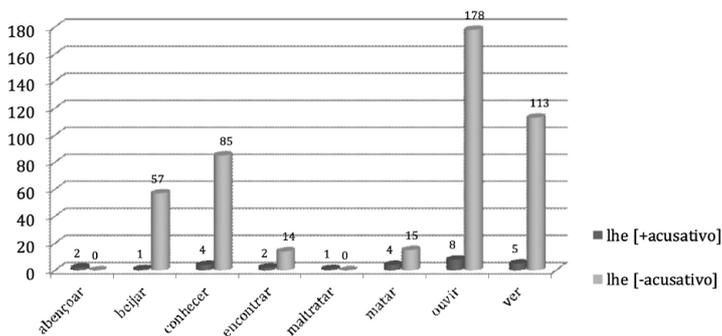
A análise efetuada revela que o clítico *lhe* é predominantemente usado com valor não acusativo, ou seja, valores dativo e possessivo (cf. Cunha & Cintra [1984] 2000: 304-306). Apresenta-se, em seguida, a frequência de ocorrências do clítico *lhe* empregado com valor acusativo, no PE e PB.



Cap. 5. Gráfico 2: Clítico *lhe* com valor [±acusativo] (PE séc. XIV-XX e PB séc. XVIII-XX)

O Gráfico 2, referente ao PB e ao PE, permite verificar a **predominância absoluta da função [-acusativa] do clítico *lhe***, especialmente nos verbos *beijar*, *conhecer*, *matar*, *ouvir* e *ver*. Na totalidade registam-se, respetivamente, 1.175 ocorrências do clítico *lhe* não acusativo (95,3%) e 58 ocorrências com o valor acusativo (4,7%). Nos verbos *abençoar* e *maltratar* os valores são idênticos, mas a frequência dos próprios verbos é muito baixa (< 3 ocorrências).

Analisa-se, de seguida, as frequências de ocorrência no PB (séculos XVIII e XX), com o intuito de verificar se a situação é diferente, ou não, da que se regista para o PE e PB. Os resultados são os seguintes.



Cap. 5. Gráfico 3: Clítico *lhe* com valor [+acusativo] (PB: séc. XVIII-XX)

No Gráfico 3 observa-se que a situação é muito semelhante. Entre as ocorrências que surgem no PB, continua a verificar-se a **vantagem absoluta do clítico *lhe* com valor não acusativo** em comparação com o valor acusativo. Registam-se, respetivamente, 462 ocorrências do clítico *lhe* não acusativo (94,9%) e 25 ocorrências do clítico *lhe* com o valor acusativo (5,1%). Os resultados permitem revelar que para os verbos selecionados, tanto no PE como no PB, em maioria dos casos (cerca de 95%), o clítico *lhe* não é empregado para ocupar posição de CD. No entanto, chama-se a atenção para o facto de que no Corpus do Português se registam poucos dados da língua oral, o uso do clítico *lhe* com valor acusativo poderá ser mais popular no PB, sobretudo na oralidade e para os falantes menos escolarizados (Freire 2011:16-23).

No quadro seguinte explicitam-se os valores de ocorrência e respetivas percentagens de *lhe* [+acusativo] e de *lhe* [-acusativo] no PE (séc. XIV-XX) e no PB

(séc. XVIII-XX). As percentagens totais reportam-se aos valores de *lhe* [+acusativo], no PE e no PB, e de *lhe* [-acusativo], no PE e no PB.

V(lemas) e frequência CORLEX	<i>lhe</i> [+acusativo]: Ocorrências e %		<i>lhe</i> [-acusativo]: Ocorrências e %	
	PE XIV-XX	PB XVIII-XX	PE XIV-XX	PB XVIII-XX
Abençoar: 110	0 (0%)	2 (100%)	1 (100%)	0 (0%)
Beijar: 586	1 (50%)	1 (50%)	125 (69%)	57 (31%)
Conhecer: 8.329	6 (60%) <sup>43</sup>	4 (40%)	84 (49,7%)	85 (50,3%)
Encontrar: 12.785	0 (0%)	2 (100%)	11 (44%)	14 (56%)
Maltratar: 119	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (0%)
Matar: 2.249	15 (78,9%) <sup>44</sup>	4 (21,1%)	121 (89%)	15 (11%)
Ouvir: 6.448	5 (38,5%)	8 (61,5%)	159 (47,2%)	178 (52,8%)
Ver: 23.316	4 (44,4%)	5 (55,6%)	211(65,1%)	113 (34,9%)

Cap. 5. Quadro 3: Formas *lhe* com valor acusativo e não acusativo (PE séc. XIV-XX e PB séc. XVIII-XX)

Para o clítico *lhe* com valor acusativo, é possível encontrar a seguinte ordem progressiva em relação à percentagem (de superior para inferior): *abençoar* > *matar* > *maltratar* > *beijar* > *ouvir* > *conhecer* > *ver* > *encontrar*. Os resultados obtidos correspondem aos de Araújo & Carvalho (2015: 72), que chegam a concluir que os verbos do tipo *dicendi* (verbo *abençoar*, por exemplo, verbo analisado também no presente trabalho) favorecem o uso de *lhe* acusativo, em comparação com os verbos cognitivos (verbo *conhecer*, também estudado no presente trabalho) e os verbos preceptivos (verbos *ver* e *encontrar*, ambos estudados também no presente trabalho). Em relação ao caso do pronome tónico *ele* com o valor acusativo, a ordem é um pouco diferente: *matar* > *conhecer* > *beijar* > *ver* > *encontrar* > *ouvir*. Não se registou nenhuma ocorrência para os verbos *abençoar* e *maltratar*.

<sup>43</sup> Das 6 ocorrências, 4 ocorrências (muito parecidas) registam-se na mesma obra *Autópsia de um Mar de Ruínas*, de João de Melo. Trata-se, possivelmente, de uma preferência pessoal deste autor, pelo que não podem ser valorizadas como representativas de toda uma fase histórica da língua.

<sup>44</sup> Das 15 ocorrências, 7 ocorrências (muito parecidas) registam-se na mesma obra *Autópsia de um Mar de Ruínas*, de João de Melo. Trata-se, possivelmente, de uma preferência pessoal deste autor, pelo que não podem ser valorizadas como representativas de toda uma fase histórica da língua.

## 5.4. Valores de *ele*

Como se referiu acima, os pronomes tónicos *ele(s)/ela(s)* também podem ser usados com função de CD. No presente trabalho os dados recolhidos no Corpus do Português relativamente à frequência do uso do pronome *ele* com valor acusativo para os mesmos verbos são analisados por contraste com os de *lhe* nos mesmo contexto.

Apresentam-se, no Quadro seguinte, as frequências do uso das formas *lhe* e *ele* com valor acusativo no PE (nos séculos XIV-XX) e no PB (nos séculos XVIII-XX). As percentagens totais reportam-se aos valores de *lhe* [+acusativo], no PE e no PB, e de *ele* [+acusativo], no PE e no PB.

V(lemas) e frequência CORLEX	<i>lhe</i> acusativo: Ocorrências e %		<i>ele</i> acusativo: Ocorrências e %	
	PE XIV-XX	PB XVIII-XX	PE XIV-XX	PB XVIII-XX
Abençoar: 110	0 (0%)	2 (100%)	0 (0%)	0 (0%)
Beijar: 586	1 (50%)	1 (50%)	0 (0%)	1 (100%)
Conhecer: 8.329	6 (60%) <sup>45</sup>	4 (40%)	1 (5%)	18 (95%)
Encontrar: 12.785	0 (0%)	2 (100%)	0 (0%)	7 (100%)
Maltratar: 119	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)
Matar: 2.249	15 (78,9%) <sup>46</sup>	4 (21,1%)	5 (38%)	8 (62%)
Ouvir: 6.448	5 (38,5%)	8 (61,5%)	0 (0%)	1 (100%)
Ver: 23.316	4 (44,4%)	5 (55,6%)	7 (24%)	22 (76%)

Cap.5. Quadro 4: Formas *lhe* e *ele* com valor acusativo (PE séc. XIV-XX e PB séc. XVIII-XX)

## 5.5. Competição entre *lhe* e *ele* com valor acusativo

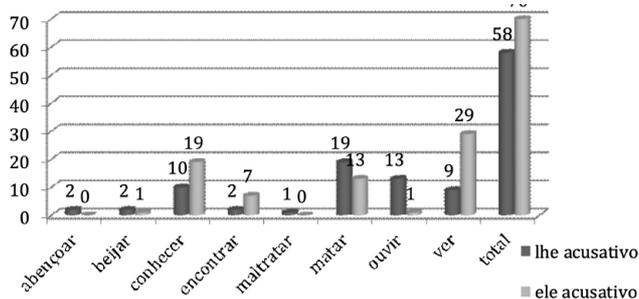
Ramos (1999: 84-85) aponta uma escala de frequência de ocorrência no uso dos pronomes com função acusativa: *ele* > *lhe* > *o*, e explica a preferência pelo preenchimento do CD com o pronome *ele* pelo facto de este ser, em termos de custos computacionais, o mais económico entre os três: acrescenta-se diretamente ao verbo

<sup>45</sup> Das 6 ocorrências, 4 ocorrências (muito parecidas) registam-se na mesma obra *Autópsia de um Mar de Ruínas*, de João de Melo. Trata-se, possivelmente, de uma preferência pessoal deste autor, pelo que não podem ser valorizadas como representativas de toda uma fase histórica da língua.

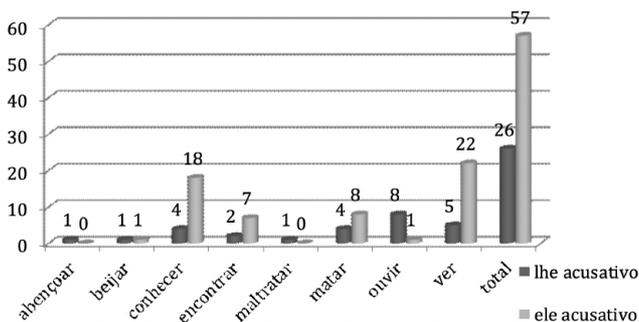
<sup>46</sup> Das 15 ocorrências, 7 ocorrências (muito parecidas) registam-se na mesma obra *Autópsia de um Mar de Ruínas*, de João de Melo. Trata-se, possivelmente, de uma preferência pessoal deste autor, pelo que não podem ser valorizadas como representativas de toda uma fase histórica da língua.

sem alternar a forma, e coloca-se sempre à direita deste. O clítico *o* é uma forma ainda em uso, embora com um uso muito restrito.

Apresenta-se, em seguida, a competição entre formas *lhe* e *ele* com valor acusativo no PE e PB (séculos XIV a XX) e apenas no PB (séculos XVIII e XX) para perceber se esta preferência pelo pronome *ele* é justificada no presente trabalho.



Cap. 5. Gráfico 4: *lhe* e *ele* com valor [+acusativo] (PE séc. XIV-XX e PB séc. XVIII-XX)



Cap. 5. Gráfico 5: *lhe* e *ele* com valor acusativo (PB: séc. XVIII-XX)

A partir destes dois gráficos verifica-se, no PE e PB, a **preferência pelo uso da forma *ele* para ocupar a posição de CD em contraste com o clítico *lhe*** (70 vs. 58). Esta tendência é mais óbvia no PB (séculos XVIII e XX), pois a frequência de *ele* com valor acusativo é mais do que o dobro da frequência de *lhe* com este valor (57 vs. 24).

No entanto, a situação varia de verbo a verbo, pois não há vantagem percentual no uso de *ele* com os verbos *abençoar*, *beijar*, *maltratar* e *ouvir* no PE e PB. No PB (séculos XVIII e XX), a vantagem também não é positiva para *abençoar*,

*beijar*, *maltratar* e *ouvir*. Os verbos abençoar, beijar e maltratar caracterizam-se por frequências muito baixas. Curiosamente encontra-se uma desvantagem no uso do *ele* também para o verbo *ouvir*, tanto no PE (séculos XIV e XX) como no PB (séculos XVIII e XX). Regista-se apenas uma ocorrência.

### 5.5.1. Dados diacrónicos

Cunha & Cintra ([1984] 2000: 290-291) explicitam que o uso de *ele(s)/ela(s)* com a função acusativa já se encontra atestado em escritos portugueses dos séculos XIII e XIV; no presente trabalho regista-se apenas um exemplo no século XV:

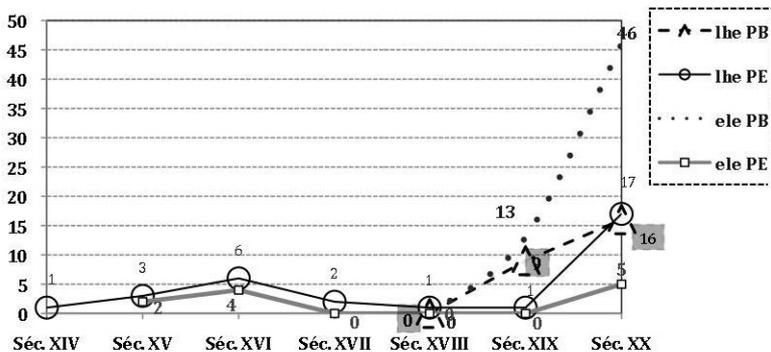
- (4) — Mata *ele!* Mata *ele!* Zica protegeu o filhinho com o corpo.  
(14:CIPM:Demanda)

No que respeita ao uso do clítico *lhe* com função acusativa, encontra-se um exemplo já no século XIV:

- (5) ...queria grande mal e se temya delle por a morte de seu padre que *lhe* matara cõ o paaõ, segûdo ja ouvistes. (13:CIPM:CGEsp)

Face ao exposto, é de crer que o uso das formas *lhe/ele* com valor acusativo tenha raízes já no português arcaico dos séculos XIV e XV, ou até mesmo no século XIII, como apontado por Cunha & Cintra.

Em seguida apresenta-se no Gráfico 5 a frequência do uso de *lhe* e *ele* como CD (tanto no PE como no PB) no decurso do tempo.



Cap. 5. Gráfico 6: Dados diacrónicos: *lhe* e *ele* com valor acusativo

Este Gráfico permite constatar que, para os verbos selecionados, o uso de *lhe* e *ele* com valor acusativo começa a surgir nos séculos XIV e XV. Entre os séculos XIV e XVIII não se registam, de forma geral, muitas ocorrências (não mais de 6) tanto para *lhe* como para *ele* com valor acusativo. A partir do século XVIII o PE e o PB divergem. Observa-se que, no PB, a frequência aumenta muito rapidamente nos séculos XVIII e XX, especialmente o uso de *ele* com função acusativa. No século XX verifica-se no PB uma notória preferência pela forma *ele* com valor acusativo (46 vs. 16). A partir do século XVIII, no PE, não se encontram muitas ocorrências tanto de *lhe* como de *ele* com valor acusativo. Curiosamente encontram-se 17 ocorrências de *lhe* no PE do século XX, mas estas registam-se na mesma obra *Autópsia de um Mar de Ruínas*, de João de Melo. Pressupõe-se que se trata de uma preferência pessoal deste autor, pelo que não podem ser valorizadas como representativas de toda uma fase histórica da língua; com esta exceção, o uso do *lhe* ou de *ele* com valor acusativo não está representado no PE no século XX.

### 5.5.2. Condições sintático-semânticas de uso de *lhe/ele* com valor acusativo

No âmbito da língua portuguesa, o uso da forma *lhe* com valor acusativo não é um fenómeno exclusivo do PB. Gonçalves (1996: 315-316) menciona o uso do clítico *lhe* com valor acusativo no português de Moçambique, quando o referente do pronome é [+humano]. Também segundo Ramos (1999: 82) no PB há um certo consenso dos falantes no que concerne à estranheza do uso do *lhe* quando o referente do pronome é [-humano], seja na língua falada, seja até mesmo na escrita.

A análise dos materiais confirma que o traço [+humano] é sempre ativado tanto com *lhe* como com *ele* com valor acusativo:

- (6) De qualquer forma, se um carteiro puder lhe encontrar, então você pode ter certeza de que receberá nossos zines ... (19Or:Br:Intrv:Web)
- (7) Mas você não tem medo que os policiais denunciados tentem lhe matar? (9Or:Br:Intrv:Pov)
- (8) [...] O filho do cumpadre Félix cês conhece ele né... (19:Fic:Br:Cabral:Xambioa)

Para além da transitividade, que outras propriedades (sintáticas e semânticas) dos verbos permitem o uso das formas *lhe/ele* com valor acusativo?

Os dados analisados permitem observar que o clítico acusativo *lhe* ocorre apenas nas estruturas monotransitivas (2008: 40), seja em PB ou em PE:

(9) ... eles não *lhe* maltratam nunca — entende? (19Or:Br:LF:Recf)

(10) o zé-povinho já *lhe* conhecia há cinco anos... (19:Fic:Pt:Rodrigues:Sol)

Quando os verbos aceitam estruturas bitransitivas (por exemplo *conhecer*, *encontrar*), o clítico *lhe* que não tem valor acusativo, mas dativo ou outro, como nos seguintes excertos de PE:

(11) ... mas quando falo com ele conto-*lhe* quem *lhe* matou o avô e quem me quis matar. (19N:Pt:Expr)

(12) Não *lhe* conheço o nome, “acrescentou o outro” (19:Fic:Pt:Costa:Fosso)

(13) — Meu querido! Murmurou ela derrubando a cabeça para *lhe* encontrar a boca. (19:Fic:Pt:Regio:Principe)

Em relação ao uso do pronome *ele*, a situação revela-se mais simples: o pronome *ele* com função acusativa acontece apenas em estruturas monotransitivas, e situa-se sempre à direita do verbo: quando ocorre à esquerda do verbo, ocupa normalmente a função do sujeito.

No que diz respeito aos papéis temáticos, os materiais recolhidos revelam que as formas *lhe/ele* com função acusativa são usadas para realização do argumento Tema e Alvo (Mateus e tal. 2003: 187):

(14) Eu já *lhe*[tema] conhecia de nome, antes de nos conhecer em casa de Bebê, sô Antônio. (18:Rocha:Dusá)

(15) — Não ouvi nada. — Engraçado. Acho que mataram *ele*[alvo] quando tava dormindo. (19:Fic:Br:Louzeiro:Devotos)

## 5.6. Conclusão

Com base em materiais selecionados do [www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org), analisa-se o uso supostamente inovador das formas *lhe/ele* com valor acusativo em Português. Os resultados revelam que os pronomes *lhe/ele* com função acusativa têm raízes antigas no português arcaico, nomeadamente no português do século XIV (ou até do século XIII, como referido por Cunha & Cintra [1984] 2000). O uso de *lhe/ele* com valor acusativo não está representado no PE atual, mas no PB este valor começa a registar uma utilização significativa a partir do século XIX.

A análise dos dados permite constatar:

- (i) **a vantagem absoluta do clítico *lhe* com valor não acusativo**, por comparação com o valor acusativo.
- (ii) **a preferência pelo uso da forma *ele* para ocupar a posição de CD em contraste com o clítico *lhe* (70 vs. 58)**. Esta tendência é mais óbvia no PB (séc. XVIII-XX), pois a frequência de *ele* com valor acusativo é mais do que o dobro da frequência de *lhe* com este valor (57 vs. 26).

No PB as formas *lhe/ele* são usadas com valor acusativo preferencialmente quando i) o referente do pronome é [+humano]; ii) A estrutura é monotransitiva; iii) O papel temático é Tema e Alvo.

A preferência pela forma *ele* no preenchimento do CD está certamente relacionada com dois factos: o de, no PB, *lhe* ser muito pouco usado, sendo as construções analíticas *para você* ou *para ele* as preferidas; e o de a explicitude lexical do SU no PB dar margem de manobra a que *ele* possa ser usado com outro valor que não o nominativo.

## 5.7. Bibliografia

- ALMEIDA, Gilce de Souza (2011), “Prescrição gramatical e uso: o caso do pronome *lhe* no português brasileiro”. *Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia* 15 (5). Rio de Janeiro. CiFEFiL: 2398-2408.
- ARAÚJO, F.; H. CARVALHO (2015) “TE e LHE como clíticos acusativos de 2ª pessoa em cartas pessoais cearenses”. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 1 (1): 62-80.
- ARRUDA, Niguelme Cardoso (2006), *A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo sincrónico*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2010), *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.
- CUNHA, C. & Cintra, Luis F. Lindley ([1984] 2000), *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (16ª ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- FREIRE, Gilson Costa (2005), *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Dissertação de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FREIRE, Gilson Costa (2011), “Acusativo e dativo anafóricos de 3ª pessoa na escrita brasileira e lusitana”. *Revista da ABRALIN* 10 (1): 11-32.
- GONÇALVES, Perpétua (1996), “Aspetos da sintaxe do Português de Moçambique”. I. H. Faria *et al.* (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho: 313-322.
- JUNIOR, Arnaldo Rebello Camargo (2007), *A realização do objeto direto em referência ao interlocutor*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- LUCAS, Elaine Mesquita (2008), *Transitividade variável em verbos monotransitivos e o uso inovador do clítico *lhe* no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
- MATEUS, Maria H. M. *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000), *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP.
- RAMOS, Conceição de Maria de Araújo (1999), *O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/espanhol peninsular*. Dissertação de Doutorado, Universidade Federal de Alagoas.





**Título da série:**

Português Língua Pluricêntrica - Estudos de Linguística.

**Descrição da série:**

A SÉRIE Português Língua Pluricêntrica - Estudos de Linguística é uma iniciativa do CPCLP/UPM, e do CELGA-ILTEC/UC, e tem como objetivo divulgar a investigação em Linguística do Português, língua pluricêntrica difundida e usada à escala global, e perspectivada à luz de enquadramentos teóricos diversos, na sua diversidade, nos seus contactos, na sua sincronia e na sua diacronia.

ISBN 978-99965-2-268-0



9 789996 522680